



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA POLITÉCNICA

DAMILE MENEZES PESSOA MATA

AGRICULTURA URBANA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA: Desafios e oportunidades
para a formulação de uma Política Pública na cidade de Salvador

Salvador

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA POLITÉCNICA

AGRICULTURA URBANA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA: Desafios e
oportunidades para a formulação de uma Política Pública na cidade de Salvador

Damile Menezes Pessoa Mata

Dissertação apresentada a Universidade Federal da
Bahia como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Meio Ambiente, Águas e Saneamento.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Campos Borja

Salvador

2014

Mata, Damile Menezes Pessoa.

Agricultura urbana de produção orgânica - desafios e oportunidades para a formulação de uma política pública na cidade de Salvador / Damile Menezes Pessoa Mata. – Salvador, 2014.

171f. : il. color.

Orientadora: Profa. Patrícia Campos Borja.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, 2014.

1. Agricultura urbana - Salvador. 2. Políticas Públicas. 3. Construção de cenários. I. Borja, Patrícia Campos. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 630

MAASA

Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA POLITECNICA



Damile Menezes Pessoa Mata

Agricultura urbana: desafios e oportunidades para a formulação de uma política pública em Salvador

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Patrícia Campos Borja
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Márcia Mara de Oliveira Marinho
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Lidice Almeida Arlego Paraguassu
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

Salvador, 31 de março de 2014

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de mais uma conquista.

A Patrícia Borja, minha orientadora, por acreditar no meu trabalho, pelas orientações valiosas e dedicação inesgotável.

Aos membros da Banca Examinadora, Lídice Paraguassu, pela sua generosidade em compartilhar tão valiosas informações e conhecimentos e Márcia Marinho, pelo seu incentivo inestimável.

A Viviana Zanta, por ter contribuído com suas reflexões para o rumo deste trabalho.

A Carolina Bloise, pela importante ajuda na pesquisa e tratamento dos dados para este trabalho.

Aos entrevistados e participantes das oficinas cujas contribuições fizeram este trabalho possível.

A minha família e amigos pelos constantes incentivos, em especial aos meus pais, por todo o apoio.

Aos colegas de trabalho da EBAL, SEDUR E UNIRB, pelo apoio nos momentos em que precisei estar ausente para realizar este trabalho.

Aos professores, colegas e Coordenação do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento.

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução e/ou divulgação total ou parcial da presente obra, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.

Nome do Autor: Damile Menezes Pessoa Mata

Assinatura do autor: _____

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Local: Salvador, BA

Endereço: Rua Aristides Novis, 02 - 4º andar, Federação - Salvador-BA

CEP. 40210-630

E-mail: damilemenezes@yahoo.com.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. OBJETIVOS	23
3. AGRICULTURA URBANA: DISCUTINDO CONCEITOS E DESAFIOS	25
3.1. Agricultura Urbana: Conceituação	25
3.2. Agricultura urbana e a questão alimentar.....	29
3.3. Agricultura Urbana e Sustentabilidade	32
3.3.1. Contribuições para a sustentabilidade ambiental urbana	33
3.3.2. Agricultura Urbana de Produção Orgânica e Agroecológica	35
3.3.3. Benefícios sociais da agricultura no meio urbano.....	41
3.4. Marco Legal da Agricultura Urbana.....	43
3.4.1. Experiências no Brasil	44
3.4.2. Experiências Internacionais.....	47
3.5. Agricultura Urbana e Políticas Públicas	51
4. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS: UMA ESTRATÉGIA PARA O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	59
4.1. Construção de Cenários segundo o Método de Michel Godet.....	63
5. METODOLOGIA.....	67
5.1. Identificação das categorias analíticas.....	67
5.2. Visitas Exploratórias.....	70
5.3. Entrevistas	74
5.3.1. Discurso do Sujeito Coletivo	76
5.4. Construção Participativa de Cenários para a Agricultura Urbana em Salvador77	
5.4.1. Identificação de Variáveis-chave e Construção de Matriz de Influência	78
5.4.2. Construção de Cenários	82
5.4.3. Oficina de Interação entre os Atores Sociais.....	83
6. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A AGRICULTURA URBANA EM SALVADOR: A PERCEPÇÃO DE ATORES-CHAVES	85
6.1. A percepção de feirantes	85
6.1.1. Conhecimento sobre a agricultura urbana em Salvador.....	85
6.1.2. Confiabilidade nos produtos da agricultura urbana de Salvador	86
6.1.3. Perspectivas para a agricultura urbana em Salvador	89
6.1.4. As vantagens da agricultura urbana em Salvador	92
6.1.5. Desvantagens da agricultura urbana em Salvador	94
6.1.6. Desafios e oportunidades para a agricultura urbana em Salvador na percepção dos feirantes.....	95
6.2. Percepção dos agricultores sobre a agricultura urbana em Salvador	95
6.2.1. Características socioculturais dos agricultores urbanos	95
6.2.2. Início da atividade e relações anteriores com a agricultura	97
6.2.3. Sucessão do trabalho	100
6.2.5. Condições de trabalho e a produção.....	101

6.2.4. Desafios e oportunidades sobre a agricultura urbana da Salvador na percepção dos agricultores	105
6.3. Ações e percepção de representantes do Poder Público sobre a agricultura urbana em Salvador	105
6.3.1. Desafios e oportunidades para a agricultura urbana na percepção de representantes do Poder Público	112
6.4. Sintetização das percepções dos feirantes, agricultores e Poder Público sobre a agricultura urbana em Salvador	112
7. PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA EM SALVADOR	115
7.1. Evolução da ocupação do espaço da cidade e permanência das hortas ..	116
7.2. Integração da Agricultura ao Planejamento Urbano	119
7.3. Integração da Agricultura Urbana nas Políticas de Segurança Alimentar .	122
7.4. Situação do agricultor	125
7.5. Formação e fortalecimento de grupos de agricultores.....	128
7.6. Acesso à terra para cultivo	129
7.7. Fontes de financiamento	129
7.8. Agregação de valor a produtos da AU.....	131
7.9. Assessoria técnica.....	132
8. CENÁRIO DA AGRICULTURA URBANA EM SALVADOR.....	134
8.1. Construção de variáveis-chaves que influenciam na agricultura urbana em Salvador	134
8.2. Matriz de influência das variáveis-chave para o desenvolvimento da agricultura urbana em Salvador	136
8.3. Variáveis-chave mais influentes e dependentes para a agricultura urbana em Salvador	137
8.4. Grau de influência das variáveis-chave para a agricultura urbana em Salvador	138
8.5. Caracterização das Forças Atuantes sobre os Fatores Críticos na Agricultura Urbana de Salvador	143
8.6. Identificação dos Estados Futuros Possíveis para a Agricultura Urbana em Salvador	145
8.6.1. Fatores Endógenos.....	145
8.6.2. Fatores Exógenos	151
8.7. Estabelecimento de premissas e condicionantes para as variáveis-chave	154
8.8. Estruturação da matriz de cenários	155
8.9. Validação da Matriz de Influência e da Matriz de Cenários da Agricultura Urbana em Salvador	156
8.10. Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador - Limites e Oportunidades.....	160
8.11. Definições para uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador	161
9. CONCLUSÃO	164
REFERÊNCIAS.....	171
APÊNDICE A – Evolução Física das Hortas.....	181

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cultivo organopônico em Cuba.....	49
Figura 2 - Projeto <i>Cultivate London</i>	50
Figura 3 - Projeto <i>Cultivate London</i>	50
Figura 4 - Horta urbana em Funchal.....	51
Figura 5 – Fases do método descrito por Godet.....	64
Figura 6 - Imagem aérea da Hortivasf, na Estrada da Muriçoca.....	71
Figura 7- Pragas na plantação.....	72
Figura 8 - Imagem aérea das hortas próximas a Subestação da Chesf, em São Marcos.....	73
Figura 9 – Imagem aérea da APROMOL.....	74
Figura 10 - Esquema da Identificação de Variáveis-chave e Construção da Matriz de Influência.....	79
Figura 11 – Tipo de variáveis-chave segundo grau de influência.....	80
Figura 12 – Exemplo de Matriz de Influência Segundo Variáveis-chave.....	81
Figura 13 - Representação Gráfica de Cenários, segundo os fatores exógenos e endógenos.....	83
Figura 14– Painel utilizado para sintetizar as ideias-chave durante a 1ª Oficina.....	135
Figura 15 – Matriz de Influência para a agricultura urbana, segundo atores sociais. 1ª Oficina. Salvador,2012.....	137
Figura 16 – Matriz de Cenários da Agricultura Urbana em Salvador. 2012.....	155
Figura 17 – Cenários Provável, Desejável, Indesejável e improvável da Agricultura urbana em Salvador.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipologias possíveis para atividades de AUP.....	25
---	----

Quadro 2 – Diferenças entre agricultura urbana e rural.....	28
Quadro 3 – Características da agricultura convencional e orgânica.....	37
Quadro 4 – Diferenças entre as visões baseadas na previsão e na prospecção.....	60
Quadro 5 – Metodologia da Macroplan para Construção de Cenários.....	61
Quadro 6 – Fases da pesquisa.....	67
Quadro 7 – Categorias e variáveis de estudo sobre política pública de agricultura urbana.....	69
Quadro 8 - Ideias-chave e ancoragem a confiabilidade nos produtos da AU de Salvador, na percepção dos feirantes.....	88
Quadro 9 - Ideias-chave e ancoragem sobre as perspectivas para a AU em Salvador, na percepção dos feirantes.....	90
Quadro 10 - Ideias-chave e ancoragem sobre as vantagens da AU em Salvador, na percepção dos feirantes.....	93
Quadro 11 - Ideias-chave e ancoragem sobre as desvantagens da AU em Salvador, na percepção dos feirantes.....	94
Quadro 12 – Variáveis-chave que influenciam no desenvolvimento da AU.....	95
Quadro 13 - Ideias-chave e ancoragem sobre origem dos agricultores e motivos de inserção na AU.....	96
Quadro 14 - Ideias-chave e ancoragem sobre início de atividades em AU em Salvador, segundo os agricultores.....	98
Quadro 15 - Ideias-chave e ancoragem sobre a inserção anterior na agricultura e atividades de complementação de renda.....	99
Quadro 16 - Ideias-chave e ancoragem sobre a participação dos filhos no trabalho com a agricultura a intenção dos agricultores de vê-los seguir na atividade.....	101
Quadro 17 - Ideias-chave e ancoragem sobre o acesso a auxílio técnico e financeiro.....	102
Quadro 18 - Ideias-chave e ancoragem sobre a situação econômica dos agricultores.....	103

Quadro 19 - Idéias-chave e ancoragem sobre dificuldades de trabalhar com AU...	104
Quadro 20 - Idéias-chave e ancoragem sobre os pontos positivos de se trabalhar com agricultura urbana.....	105
Quadro 21 - Dificuldades de trabalhar com AU na percepção dos agricultores.....	105
Quadro 22 - Atuação do Poder Público sobre a AU em Salvador.....	107
Quadro 23 - Forma de atuação do Poder Público na agricultura urbana.....	108
Quadro 24 - Conhecimento do Poder Público sobre a agricultura urbana local.....	108
Quadro 25 - Ações de apoio a agricultura urbana.....	109
Quadro 26 - Perspectiva de futuro da agricultura urbana em Salvador sob a percepção do Poder Público.....	110
Quadro 27 - Fatores limitantes e oportunidades para o desenvolvimento da AU em Salvador segundo a percepção do Poder Público.....	111
Quadro 28 - Desafios e oportunidades para a agricultura urbana na percepção de representantes do Poder Público.....	112
Quadro 29: Sintetização das percepções dos atores sobre a agricultura urbana em Salvador.....	113
Quadro 30 - Potencial de Poluição Ambiental e Risco de Segurança. Salvador, LOUOS. 2012.....	120
Quadro 31 – Atores Sociais Representados na 1ª Oficina de Construção de Cenários da AU.....	134
Quadro 32– Variáveis-chaves que influenciam na agricultura urbana de Salvador, segundo os atores sociais.1ª Oficina.....	135
Quadro 33 - Variáveis-chave mais influentes na agricultura urbana em Salvador, segundo atores sociais.....	138
Quadro 34 - Variáveis-chave mais dependentes na agricultura urbana em Salvador, segundo atores sociais.....	138
Quadro 35 - Premissas e Condicionantes para as Variáveis-chave.....	154
Quadro 36 – Descrição dos Cenários para a Agricultura Urbana em Salvador.....	155

Quadro 37 – Descrição dos Cenários para a Agricultura Urbana em Salvador, após validação em Oficina, 2012.....	157
Quadro 38 - Cenário Desejado e Provável para a Agricultura Urbana em Salvador.....	159

LISTA DE SIGLAS

AU - Agricultura Urbana

AUO - Agricultura Urbana Orgânica

AUP - Agricultura Urbana e Periurbana

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

LOUOS – Lei de Ordenamento e Uso do Solo

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

RESUMO

A cidade de Salvador vem passando um intenso crescimento urbano, que tem causado grandes tensões socioambientais. O presente trabalho surgiu a partir da reflexão sobre o potencial da agricultura urbana para a amenização de parte desses problemas. Uma vez que a atividade já vem sendo praticada na cidade de forma marginalizada e desassistida pelo Poder Público, percebeu-se que a formulação de uma Política Pública de Agricultura Urbana é de grande importância para o reconhecimento e apoio aos agricultores urbanos e para a manutenção da atividade com segurança e aproveitamento dos seus benefícios para a sociedade em geral. O trabalho teve como objetivos a análise dos desafios e oportunidades para a formulação de uma Política Pública de Agricultura Urbana Orgânica para Salvador, sistematizando seus princípios e diretrizes, com vistas à contribuir para a sustentabilidade da cidade. O enfoque metodológico do trabalho foi multidisciplinar, tendo sido avaliados diversos fatores, a exemplo de: urbanísticos, sanitários, legais, sociais, culturais, econômicos e comportamentais. O trabalho foi construído por meio de pesquisas bibliográficas, visitas exploratórias às hortas, entrevistas e oficinas com a participação de representantes das Universidades, Feirantes, Agricultores e Poder Público, utilizando como eixo central a metodologia de Construção Participativa de Cenários. Os resultados evidenciaram que os principais pontos a serem trabalhados para o desenvolvimento da atividade em Salvador são: a previsão de acesso a áreas para cultivo; a interação entre as instituições e o comprometimento dos atores envolvidos; a inclusão social e organização dos agricultores urbanos e a construção e formulação de uma Política Pública de Agricultura Urbana nos três níveis de governo, que é necessária para a manutenção da atividade no longo prazo. Por meio do estudo de cada um desses fatores foi possível identificar cenários futuros para a atividade, que foram posteriormente validados por meio de uma oficina. Ao final do trabalho, foram estabelecidos os princípios e diretrizes para uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador, tendo como marco norteador a sustentabilidade urbana aliada ao reconhecimento e a inserção social dos agricultores urbanos.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Políticas Públicas; Construção de Cenários

ABSTRACT

The city of Salvador, at the State of Bahia, Brazil, is undergoing an intense urban sprawl, which has caused major socio-environmental conflicts. The present study came up from the reflection about the potential of urban agriculture to appease some of those issues. Although this activity has been a regular practice in the city, the subject has been sidelined by governments. This demonstrates why we need an active Organic Urban Agriculture Public Policy to recognize and support the urban agriculturists, in the benefit of society as a whole. Our multidisciplinary approach enabled us to evaluate several factors, such as urban planning, sanitarian and legal requirements, as well as social, cultural, economic, and behavioral issues. Thus, bibliographical researches were carried out, as well as exploratory visits to vegetable gardening. Interviews and workshops were held with representatives of universities, marketers, agriculturists, and the State Authority, applying the Participatory Scenario Building methodology as pivoting point. The results have shown the main points that will be worked upon for the development of activity in Salvador: access to growing areas; interaction between institutions and commitments from the agents involved; social inclusion and organization of the urban agriculturists; and the construction and development of an Urban Agriculture Public Policy at all levels of government. This is essential for promoting the maintenance of the activity in the long-term. By evaluating each factor we succeed identify the future scenarios for the activity, that have been validated through a workshop. At the end of the work, principles and guidelines were established for an Urban Agriculture Public Policy in Salvador of Bahia, whose guiding framework is urban sustainability, together with the provision for social inclusion and the recognition of the urban agriculturists.

Keywords: Urban Agriculture; Public Policies; Scenario Building.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano deu-se, desde os seus primórdios, através da exploração dos recursos naturais. A industrialização, a urbanização e o modo de vida pautado em altos padrões de consumo e desperdício têm determinado níveis de exploração que deixam em risco os ecossistemas e a própria vida do homem na Terra.

A agricultura foi uma das primeiras atividades humanas realizadas para intervir no ambiente natural, objetivando o aumento da oferta de alimentos. É nesse momento que ocorre a transição de um modo de vida baseado no nomadismo para o sedentarismo, permitindo que se formassem os primeiros aglomerados humanos.

Até o século XVII, o homem mantinha uma forte relação com a terra e os demais elementos da natureza. Essa condição foi se modificando gradativamente após a Revolução Industrial, a qual foi acompanhada por uma enorme expansão dos centros urbanos e um processo de migração em massa do campo para as cidades. O resultado disso é que, atualmente, a maioria da população mundial concentra-se nas grandes cidades.

Em 2008, pela primeira vez, a população urbana superou a rural. Estima-se que, em 2030, 60% da população mundial, em grande parte composta por pobres, estarão vivendo em áreas urbanas. Esse crescimento gera grandes desafios para os planejadores das cidades dos países em desenvolvimento, já que 90% da população residente em favelas estão concentradas nestes locais (UNFPA, 2008). Na América Latina, esse problema é ainda mais grave, uma vez que, em 2000, 75,5% da população já estava concentrada em regiões urbanas (CHIANCA, 2009). Logo, percebe-se que em todo o mundo, como no Brasil, mesmo com todos os problemas decorrentes desse processo de urbanização, e apesar das políticas implantadas nas últimas décadas, para a diminuição da pobreza e melhoria da qualidade de vida no campo, o fluxo migratório se mantém em direção às cidades, lócus da produção e reprodução do capital. Sem conseguirem se encaixar na lógica e no mercado de trabalho das grandes e médias cidades, essas populações são empurradas para as periferias urbanas, onde vivem em condições de vida bastante desfavoráveis.

Além de gerar problemas de difícil resolução no nível do planejamento urbano, outros fatores como as crises econômicas, a alta no preço dos alimentos e os impactos das mudanças climáticas têm dificultado a busca por um desenvolvimento social urbano mais justo e equitativo.

Na atualidade, os centros urbanos convivem com a falta de acesso da população mais pobre à infraestrutura e serviços, além da deterioração das condições socioambientais. Nesse cenário, e com o aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos, a agricultura urbana e periurbana (AUP) surge como alternativa viável para a amenização de parte desses problemas por ser uma forma de produção de alimentos de menor custo financeiro e alta contribuição ambiental.

A agricultura urbana (AU) pode compor um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento dessa problemática, podendo contribuir para atenuar (o/a):

- Desemprego.
- Inacessibilidade da população mais pobre a alimentos de qualidade, gerando subnutrição.
- Alta produção de resíduos, carência e/ou inadequação de locais de despejo e/ou tratamento dos mesmos.
- Desconforto ambiental e carência de espaços abertos.
- Valor elevado da propriedade territorial.
- Perda de ligação do homem com os processos naturais, favorecendo uma despreocupação com o meio ambiente (DORST, 1973).

A literatura tem demonstrado que as maiores contribuições da AU são: a melhoria da segurança alimentar e da nutrição; a proteção da saúde; a geração de renda; o aumento da reciclagem de nutrientes; a inclusão social; a economia de combustível; a diminuição do custo dos alimentos; e a manutenção de espaços verdes nas cidades. Por outro lado, os maiores desafios estão na disponibilização de espaços para cultivo, apoio técnico e financeiro ao agricultor, logística de comercialização, legalização e fiscalização da atividade.

Segundo Flores (2003), em qualquer cidade, em algum momento, haverá agricultura urbana. Isso demonstra o caráter espontâneo dessa atividade, uma vez que em poucos locais ela está inserida dentro das políticas públicas. Essa constatação traz em si uma reflexão: se em qualquer cidade a agricultura urbana (AU) é praticada,

isto significa que ela assume funções diferentes em cada local. Com isso, pode-se considerar que a AU está intimamente ligada à dinâmica urbana e às demandas locais e é justamente por se reconhecer esse vínculo, que as iniciativas do Poder Público voltadas para o fortalecimento dessa atividade exigem um profundo conhecimento da realidade local e de suas dinâmicas.

A agricultura urbana, na maioria das vezes, surge espontaneamente nas cidades como resposta social à pobreza e à exclusão social. Nos países mais pobres ou naqueles onde há problemas de abastecimento, a população recorre à AU como forma de garantir o seu acesso ao alimento. Normalmente os locais utilizados para o cultivo são os quintais, as áreas públicas invadidas ou cedidas e as áreas residuais. Somente nas duas últimas décadas a agricultura urbana vem ganhando atenção dos poderes públicos, inclusive dos países mais ricos.

Em muitos países já se inicia o apoio institucional à agricultura urbana, tendo-se registro de diversas experiências relevantes em todos os continentes. Essas experiências têm características bastante diferentes entre si, uma vez que a AU está necessariamente ligada à realidade local, normalmente no nível do município.

No Brasil, o apoio institucional já se inicia com incentivos do Governo Federal através do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem disponibilizado anualmente cerca de R\$ 10 milhões para projetos de agricultura urbana em parceria com os estados, municípios e ONGS (MDS, 2010). Dentro do Ministério, o apoio à agricultura urbana faz parte das estratégias do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para promover a segurança alimentar. Conforme o Art. 3º, da Lei nº 11.346/2006:

Art. 3º: A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006)

Portanto, a agricultura urbana está inserida dentro das estratégias do MDS por ser uma alternativa socialmente inclusiva, com geração de segurança alimentar de baixo custo e que pode trazer ganhos ambientais.

Os recursos do MDS para agricultura urbana têm sido disponibilizados por meio do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, via editais públicos, podendo se candidatar órgãos da administração pública. Esses recursos vêm sendo direcionados para a criação dos Centros de Agricultura Urbana e Periurbana (CAUP). Em 2010, o País contava com 12 Centros e 10 estavam em fase de implantação (PORTAL BRASIL, 2011).

Embora a agricultura urbana seja uma prática centenária no Brasil, só recentemente se passou a registrá-la e sistematizá-la. Em 2008, o IPES – *Instituto de Promoción Del Desarrollo Sostenible* – publicou uma lista com 480 iniciativas ligadas à agricultura urbana que foram cadastradas em 11 Regiões Metropolitanas do Brasil. Essas iniciativas incluem centros de informação e apoio ao agricultor, legislações municipais e hortas propriamente ditas, que produzem para fins comerciais ou como parte de projetos sociais, entre outros. Na Região Metropolitana de Salvador foram cadastradas 18 iniciativas de AU, sendo a maioria relacionada à produção de hortaliças e ervas (IPES, 2008). No entanto, a Vigilância em Saúde Ambiental de Salvador cadastrou 49 unidades agrícolas ativas na cidade (PARAGUASSU, 2013).

Os dados demonstram que as iniciativas espontâneas de AU vêm aumentando, porém com pouco ou nenhum apoio institucional em grande parte dos municípios (LOVO & SATANDREU, 2007). Alguns estados, como São Paulo, Goiás e Minas Gerais, no entanto, já possuem políticas públicas instituídas por lei.

Apesar dos benefícios já citados da prática da AU, existem alguns entraves que dificultam o desenvolvimento da atividade, mesmo nas cidades onde existe o apoio das Prefeituras. O principal deles é a integração da agricultura no planejamento urbano, pois o alto valor da terra urbana, provocado pelo mercado imobiliário, dificulta a destinação de áreas para a AU.

Outro grande desafio é a incorporação da produção orgânica dentro das cidades e, mais ainda, a produção orgânica dentro dos princípios da agroecologia. A carência de biodiversidade, a pobreza de nutrientes do solo urbano e o desconhecimento técnico dos agricultores tornam o uso de produtos agroquímicos muito mais atrativo para viabilizar a AU.

Assim, tem sido prática corrente o uso de agroquímicos. Esses compostos passaram a ser utilizados no início do século XX, com a produção agrícola intensiva e tem

gerado inúmeros danos ao meio ambiente e à saúde humana, por serem produtos biocidas, podendo ser transportados para outros locais por água e vento, por exemplo, e também acumular em cadeias alimentares. Muitos destes produtos são também tóxicos ao ser humano, o que gera riscos para os aplicadores, os consumidores, os moradores de regiões próximas à área tratada e o próprio ambiente, através da contaminação do solo, da água e do ar (COSTA *et al*, 2011).

Como forma de adotar estratégias mais apropriadas à saúde e ao meio ambiente, vêm sendo disseminadas novas práticas na agricultura urbana, como o aproveitamento de resíduos orgânicos urbanos, o reuso de águas, a manutenção da biodiversidade urbana e a preservação da qualidade do solo urbano. É importante destacar que, mesmo nas hortas onde se utiliza adubo orgânico, muitas vezes os insumos vêm de áreas rurais, como o esterco de boi e de galinha. Nesse caso, minimiza-se parte dos danos ambientais causados pela utilização de fertilizantes químicos, mas não torna a prática sustentável em face da energia gasta para o transporte destes insumos. Por outro lado, no ambiente urbano existe uma grande quantidade de resíduos orgânicos que tem ido para os aterros, quando não são lançados a céu aberto, mas que poderiam ser utilizados como adubo em substituição a estes, também orgânicos, mas que vêm do meio rural.

A transição do modelo de agricultura onde se utilizam agroquímicos para um voltado para a agroecologia é lenta e demanda não só conhecimento técnico multidisciplinar, mas também políticas públicas e demandas da sociedade nesta direção. Inclusive, atualmente, o principal fator motivador para a produção orgânica é a crescente busca da população por esse tipo de produto. Certamente, a quantidade de informação disponível acerca da sustentabilidade e da saúde vem tornando o mercado consumidor mais receptivo e os produtos orgânicos mais valorizados.

Os entraves para essa transição são muitos. Um deles é a falta de conhecimento técnico dos agricultores. Muitos dos agricultores urbanos aprenderam a cultivar a terra no meio rural, onde os fatores ambientais são diferentes do urbano. Por estar intimamente ligada ao melhor aproveitamento das características locais, a agricultura orgânica no meio urbano não é igual à praticada no meio rural e por isto, o conhecimento puramente empírico não é suficiente. Para uma adaptação das técnicas agrícolas orgânicas a um meio hostil como o urbano, é necessário um

conhecimento teórico que a maioria desses agricultores não possui. Outro fator de entrave está no tempo de transição necessário para se conseguir boa produtividade com a agricultura orgânica. Muitas vezes são necessário anos de trabalho para recuperar a fertilidade do solo através de métodos orgânicos, e os agricultores, compostos em sua maioria por uma parcela mais pobre da população, dependem da renda imediata para a sua sobrevivência.

Não existem na literatura muitos relatos de experiências de agricultura urbana de produção orgânica (AUO), sobretudo em grandes cidades. Esse fato pode ser considerado natural, uma vez que dado o recente interesse sobre a AU, as políticas públicas têm atuado muito mais no sentido de, inicialmente, fortalecer a atividade para depois torná-la ambientalmente mais sustentável. Porém, considerando-se o grande potencial de contribuição ambiental da AUO, é importante a incorporação desta prática nas políticas públicas.

Em Salvador, a agricultura urbana é citada no PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - vigente como um dos objetivos de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional que deveria ser estabelecida no município. Conforme o Art. 33 da Lei nº 7.400/2008:

Art. 33. O Município promoverá programas de educação ambiental atendendo às seguintes diretrizes:

IV - promoção e apoio à formação de recursos humanos para a preservação, conservação e gerenciamento do ambiente e da agricultura urbana sustentável (SALVADOR, 2008, p. 21).

E ainda conforme o Art. 115 da mesma Lei:

Art. 115. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional deverá orientar-se pelos seguintes objetivos:

VII - apoiar atividades de agricultura urbana, estimular novos projetos de qualificação profissional e produção agrícola (SALVADOR, 2008, p. 66).

Portanto, o Município possui dispositivos legais para o desenvolvimento da agricultura urbana, porém de forma insuficiente, pouco consistente e que não foi traduzida em uma política pública capaz de implementar medidas relevantes para o avanço desta atividade.

Apesar de já existirem hortas urbanas estabelecidas em Salvador, para o bom desenvolvimento da AU, devem ser considerados aspectos relacionados à realidade local, por ser esta característica uma das principais que diferenciam a AU da

agricultura rural. É necessário ainda o esforço para identificar, dentro da cidade, as potencialidades de contribuição da AU para a sustentabilidade urbana.

Considerando que a AU em Salvador vem sendo desenvolvida de forma espontânea e sem apoio dos governos, faz-se necessária a construção de um marco legal que reconheça a atividade e os que dela sobrevivem. Esta dissertação pretende portanto, discutir de que forma a estruturação de uma Política Pública de Agricultura Urbana Orgânica em Salvador pode contribuir para um maior aproveitamento das suas potencialidades socioambientais.

Para chegar a esse resultado, foi utilizada a metodologia de Construção Participativa de Cenários adaptada especificamente para este trabalho, com a participação de atores envolvidos diretamente com a agricultura urbana em Salvador, por meio de entrevistas e oficinas.

No início do trabalho, é feita a revisão de literatura sobre a agricultura urbana, em seguida é explicada a metodologia utilizada no trabalho e expostos os resultados obtidos por meio das entrevistas, oficinas e revisão de literatura. Por fim, são apresentados os possíveis Cenários para a AU em Salvador, e as oportunidades e desafios para a construção de uma Política Pública de Agricultura Urbana Orgânica para a cidade de Salvador.

2. OBJETIVOS

Objetivo geral

- Analisar os desafios e as oportunidades para a formulação de uma Política Pública de Agricultura Urbana Orgânica para Salvador, e sistematizar seus princípios e diretrizes, com vistas à contribuir para a sustentabilidade da cidade.

Objetivos específicos

- Discutir os fatores políticos, técnicos, socioculturais, econômico-financeiros, institucionais, legais e urbanísticos da implantação da agricultura urbana, considerando a experiência brasileira e algumas das experiências internacionais mais relevantes.
- Analisar as experiências de agricultura urbana orgânica e não orgânica na cidade do Salvador, identificando os fatores que limitam ou possibilitam a formulação de uma política pública para a área.
- Estudar cenários futuros da agricultura urbana orgânica em Salvador.

3. AGRICULTURA URBANA: DISCUTINDO CONCEITOS E DESAFIOS

3.1. Agricultura Urbana: Conceituação

O conceito de agricultura urbana está vinculado ao local de sua produção, sendo influenciado pela cultura, pelos aspectos sociais, além das relações ambientais e econômicas e, ainda pelo ecossistema urbano.

Agricultura urbana pode ser definida como o cultivo de plantas e criação de animais para alimentação e outros usos e, ainda, atividades correlatas, como a produção e entrega de insumos e a transformação e comercialização de produtos, dentro e ao redor das cidades e vilas. A agricultura urbana localiza-se dentro ou na periferia de uma cidade e dispõe de uma grande variedade de produção, desde a de subsistência e processamento no nível doméstico, até a agricultura plenamente comercializada (VEENHUIZEN, 2006).

A agricultura pode ser realizada no meio urbano em diversos locais e escalas, conforme pode ser visualizado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Tipologias possíveis para atividades de AUP

Tipologias	Espaços característicos
Espaços Privados	Lotes vagos. Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade. Lajes e tetos. Quintais ou pátios. Áreas periurbanas. Áreas verdes em conjuntos habitacionais.
Espaços públicos	Terrenos de propriedade municipal, estadual e federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização abaixo:
Verdes urbanos	Praças e Parques.
Institucionais	Escolas e creches. Posto de saúde. Hospitais. Presídios Edifícios públicos e privados.
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas. Laterais de estradas e avenidas. Margens de cursos d'água. Áreas inundáveis. Faixa sob linhas de alta tensão. Ambientes aquáticos (rios e lagoas).
Unidades de Conservação	Áreas de Proteção Ambiental. Reservas Ecológicas. Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades.
Áreas de tratamento	Aterro sanitário. Lagoas de oxidação.

Fonte: Terrile(2006) *apud* Lovo & Satandreu (2007).

Se por um lado conceituar agricultura urbana e periurbana é uma tarefa complexa, também o é a sua própria delimitação física e funcional. Com o crescimento das cidades, muitas áreas que tinham função predominantemente agrícola passaram a integrar o meio urbano, de modo que áreas antes consideradas periurbanas com intensas atividades agrícolas passaram a exercer funções urbanas. Dessa forma, uma atividade agrícola praticada em determinado local, pode ser classificada como rural, periurbana ou urbana ao longo do tempo, dependendo da dinâmica de desenvolvimento da cidade.

Apesar da dificuldade, conceituar agricultura urbana é indispensável para que ela seja reconhecida e integrada nas políticas públicas, uma vez que esta é uma atividade historicamente marginalizada pelo Poder Público, na maioria das grandes cidades ao redor do mundo, mesmo sendo uma prática secular e de importância econômica significativa.

Uma forma de definir a agricultura urbana é compreender as suas relações com a agricultura rural, com o desenvolvimento urbano sustentável ou com os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos (MOUGEOT, 2000). Algumas diferenças podem ser encontradas entre a agricultura urbana e rural. No meio urbano a produção, o processamento e a comercialização estão muito mais próximas e inter-relacionadas que no meio rural, por causa da proximidade com o mercado consumidor, sendo este o principal fator de rentabilidade econômica da agricultura urbana. Isso por que a escala de produção, comparada ao meio rural é quase sempre bem menor.

Outro fator importante para a conceituação de agricultura urbana está relacionado ao tipo da produção, havendo uma ênfase geral para o fornecimento de alimentos tanto para humanos quanto para animais. No entanto, não é desejável haver uma exclusão de cultivos não-alimentícios que, muitas vezes, se constituem em importante fonte de renda para famílias de agricultores urbanos, a exemplo de flores ornamentais e ervas medicinais. Há também controvérsias no quesito destinação dos produtos, pois, especialmente para a elaboração de políticas públicas, é necessário diferenciar a agricultura de subsistência de pequena escala, da agricultura com fins comerciais.

Luc Mougeot (2000) propõe o seguinte conceito para agricultura urbana:

A agricultura urbana é praticada dentro (interurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades e até megalópoles), onde se cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para esta mesma área urbana (MOUGEOT, 2000, p. 7).

Em resumo, a AU é praticada dentro das cidades, utiliza insumos e recursos vindos do meio urbano onde está inserida e produz para esse mesmo meio. Nota-se que essa definição considera tanto os aspectos da localização, quanto das relações funcionais e econômicas que a AU possui com o ambiente urbano.

Segundo Cesar Marulanda (2009), agricultura urbana é:

uma das formas de fazer agricultura que permite utilizar espaços de todo o tipo, tanto em tamanho quanto em condições físicas para cultivar algumas plantas que são de utilidade para as pessoas que habitam os setores urbanos. Esses espaços podem não ser tradicionalmente apropriados para a agricultura porque estão localizados em varandas, paredes ou tetos. Porém podem ser também solos em condições razoáveis, possíveis de serem melhorados através de alguns materiais que permitem adequar sua condição física, química e biológica para que se possa estabelecer ali algum tipo de cultivo.

Alain Satandreu (2009), por sua vez, propõe uma diferenciação entre agricultura urbana e periurbana. Para ele, a agricultura intraurbana ocupa espaços dentro da malha urbana, com áreas de cultivo pequenas, normalmente dimensionadas em m², e a propriedade é diversificada, podendo ser pública, privada ou institucional. A agricultura periurbana, por outro lado, ocupa espaços tradicionalmente agrícolas que foram absorvidos pela urbanização, localizando-se em zonas de expansão urbana e nas interfaces urbano-rural. Essas áreas são maiores, podendo ser dimensionadas em hectares e a propriedade da terra é majoritariamente privada.

A AU pode estar localizada em espaço privados (quintais, lajes, varandas, terraços e terrenos periurbanos), em áreas públicas (parques, praças, canteiros centrais de avenidas e espaços recreativos), em áreas não edificáveis (sob linhas de alta tensão, laterais de ferrovias, margens de estradas e rodovias, margens de rios, encostas, áreas inundáveis) e em áreas institucionais (escolas, empresas, hospitais, presídios, empresas privadas) (SATANDREU, 2009).

O Quadro 2 apresenta as diferenças entre a agricultura urbana e rural.

Quadro 2– Diferenças entre Agricultura Urbana e Rural

	Rural	Urbana e Periurbana
Tipos de fazendas	Geralmente convencionais.	Não convencional. Pode ser móvel. Não dependente muito de espaço livre (hidroponia, jardinagem, cultivos em telhados, etc.)
Renda	Produtos dos cultivos são a principal fonte de renda. Os produtores estão engajados em tempo integral.	Os produtos são comumente uma segunda opção de renda. Os produtores frequentemente trabalham em meio período.
Características dos agricultores	Os agricultores aprendem e executam a atividade com a família.	Agricultores formados em parte por imigrantes recentes.
Conhecimento	Forte conhecimento tradicional.	Fraco conhecimento tradicional.
Produtos	Alimentos básicos. Bovinos, ovinos.	Alimentos perecíveis, hortaliças, plantas ornamentais, ervas. Produtos lácteos, aves, porcos.
Colheita	Colheita sazonal.	Colheita o ano inteiro (reuso de águas)
Fatores de produção	Baixo custo da terra (por hectare, quando comparado à área urbana). Baixo custo do trabalho. Elevados custos comerciais. Custo da água variável.	Alto custo e escassez de terra. Alto custo do trabalho. Baixos custos comerciais (menos transporte) Alto custo da água. Disponibilidade de resíduos orgânicos de baixo custo e águas residuais.
Organização social	Frequentemente são organizados. Maior facilidade para formar grupos uma vez que pertencem ao mesmo grupo social.	Grupos mais difíceis de se configurar, já que os agricultores estão mais dispersos, fazem parte de grupos sociais diferentes e têm outros compromissos além da agricultura (pouco tempo).
Contexto Social	Maioria das famílias engajadas na agricultura e dividindo o mesmo grupo social. Mais homogêneo. Relativamente estável. Poucos <i>stakeholders</i> externos. Agricultores são mais organizados.	Agricultores frequentemente têm outras atividades fora da sua vizinhança. O percentual de familiares engajados na agricultura dentro da vizinhança é altamente variável. Agricultores participam de grupos socioeconômicos diferentes. Ambiente dinâmico com grandes flutuações. Muitos <i>stakeholders</i> externos com interesses diferentes e visões contrastantes sobre o objeto. Agricultores dificilmente são organizados.
Contexto Ambiental	Relativamente estável. Agroquímicos	Frágil, recursos naturais frequentemente poluídos.
Acesso à pesquisa e extensão	Mais provável (embora em declínio).	Difícilmente disponível (mas as pessoas podem ter acesso direto às bibliotecas, organizações de pesquisa, informações de mercado, etc.).
Acesso ao crédito	Mais provável (embora mais disponível para os grandes agricultores).	Difícilmente disponível (frequentemente os agricultores participam de programas de crédito para o setor informal)
Mercado	Mercados distantes Baixo grau de processamento local	Proximidade dos mercados Maior grau de processamento local

Segurança no acesso à terra	Relativamente alto	Inseguro, frequentemente informal Uso de terras públicas Competição pelo uso do solo
------------------------------------	--------------------	--

Fonte: ZEEUW, 2004 *apud* RUAUF, 2013.

As características da agricultura urbana estão muito ligadas ao local onde é praticada. No entanto, como mostrado no Quadro 2, diversos estudos indicam que existem algumas similaridades entre as diversas experiências.

De um modo geral, diferente da agricultura rural, a AU constitui apenas parte da renda familiar. Normalmente, os próprios agricultores ou outras pessoas da família se dedicam a outras atividades.

No meio rural, a agricultura urbana é uma atividade socialmente reconhecida e legalizada, diferente do meio urbano. Devido à vulnerabilidade e instabilidade social dos agricultores e aos conflitos de interesse existentes no meio urbano, torna-se mais difícil também o desenvolvimento de políticas públicas nessas áreas.

No meio urbano, o acesso a recursos naturais, especialmente a água, é muito elevado, diferente do meio rural, onde esse custo é reduzido e o acesso a água despoluída ainda é mais fácil. Esse é o principal motivo para a utilização de água imprópria para irrigação ou ligações clandestinas de água na AU. De um modo geral, há ainda poucas iniciativas para a utilização de água através de fontes e/ou tecnologias alternativas.

Como observado no Quadro 2, a atividade de AU possui diversas limitações em comparação a agricultura rural, no entanto, algumas vantagens poderiam ser melhor aproveitadas, a exemplo de um maior acesso a serviços de um modo geral, a facilidade para a produção intensiva durante todo o ano e a proximidade com o mercado consumidor, reduzindo custos e perdas.

3.2. Agricultura urbana e a questão alimentar

A agricultura urbana vem sendo largamente apresentada pela literatura como uma importante via para a garantia da segurança alimentar nos centros urbanos. A segurança alimentar, segundo a FAO (2012), existe quando um grupo tem a qualquer momento acesso a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para atender às suas necessidades e preferências alimentares para uma

vida ativa e saudável. Os principais fatores que influenciam sobre a segurança alimentar e sobre a qual a AU pode atuar são: disponibilidade e facilidade de acesso a alimentos, adequação desses a uma dieta equilibrada e saudável e aceitabilidade social e cultural dos alimentos (RUAF, 2012).

A questão da soberania alimentar, para além do debate sobre a segurança alimentar, vem sendo amplamente discutida, desde o momento em que se começou a perceber a existência de um grande excedente agrícola em algumas regiões do mundo e fome em massa em outras. Esse desequilíbrio levou à criação da FAO em 1945. Essa Organização propôs eliminar os excedentes destinando-o a países que possuíssem déficit de alimentos. No entanto, nos anos de 1980, com o avanço das tecnologias agrícolas, percebeu-se que a fome era consequência da marginalização econômica de certas populações, uma vez que mesmo com a possibilidade de aumento da produtividade através de novas tecnologias, algumas regiões continuavam sem acesso a elas e sem acesso ao alimento. Logo percebeu-se que a principal medida para acabar com a fome mundial não seria aumentar a produção dos que já produzem muito para distribuir aos mais pobres, mas dar a todos os meios para produzir (CHONCHOL, 2005). Por esse motivo, a agricultura urbana tem sido indicada por diversos organismos internacionais como uma via importante para a garantia da soberania e segurança alimentar das populações urbanas.

Com a urbanização desenfreada e o aumento da concentração de pobreza nas cidades, a população pobre vem se urbanizando mais rápido do que a população como um todo. O problema da insegurança alimentar, que no passado era tipicamente rural, vem se tornando um problema urbano, de difícil resolução já que a população que depende totalmente da compra de alimentos, tem sua situação agravada por não possuir acesso aos recursos naturais para a produção. (FAO, 2008).

A população pobre utiliza cerca de 50% dos seus rendimentos na compra de alimentos. Existem previsões de que essa situação tenda a se agravar no próximos 20 anos em face dos problemas gerados pelas mudanças climáticas, principalmente os relacionados à volatilidade do preço dos alimentos (FAO *et al.*, 2009). Nesse cenário, a agricultura urbana poderá ter um papel importante no enfrentamento à escassez e consequente alta nos preços dos alimentos.

No Brasil, segundo dados do Action AID (2010), 4,2% da população urbana vive em situação de extrema pobreza e 17,4% dos domicílios urbanos estão em situação de insegurança alimentar moderada e grave. Paralelamente a isso, tem aumentado nos centros urbanos o número de pessoas obesas entre as classes menos favorecidas, o que não significa um pleno suprimento das necessidades nutricionais destes indivíduos. Esse cenário nacional é refletido também na capital baiana. Segundo dados do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (IBGE, 2009), cerca de 70% do orçamento das famílias soteropolitanas no quesito alimentação são gastos em: arroz, massas, açúcares, refrigerantes, carnes e gorduras vegetais, ou seja, há um alto consumo de produtos industrializados e um baixo consumo de frutas, verduras e legumes.

Programas de agricultura urbana, se bem implementados, podem promover o acesso e estimular o consumo de alimentos mais saudáveis e frescos a preços relativamente baixos, produzidos na própria vizinhança. A AU pode contribuir com uma parcela importante do consumo de produtos agrícolas nas cidades. Em Havana, por exemplo, 58% de todos os vegetais consumidos são produtos de AU. Em La Paz, 30%, em Hong Kong, 45%, e em Singapura, 25% (RUAF, 2012).

O que vem acontecendo em geral é que cada vez mais as terras e a produção agrícola vêm sendo concentrada entre poucos. O desenvolvimento da agricultura de larga escala vem avançando em detrimento dos pequenos produtores. Hoje, as grandes redes de supermercado, os fabricantes de agroquímicos, dentre outros, pressionam os mercados agrícolas a produzirem o que é de seu interesse, tendo como consequência a diminuição dos cultivos de tradição local, que são ainda produzidos pelos pequenos agricultores (CHONCHOL, 2005). A agricultura urbana frequentemente produz ervas medicinais e certos tipos de verduras e legumes de cultivo local, mas que não tiveram grande disseminação por outras culturas, contribuindo assim para a manutenção das tradições culinárias locais.

Nesse sentido, observa-se que a agricultura urbana se torna um importante elemento de soberania alimentar, uma vez que sendo pouco influenciada pela pressão dos grandes mercados, produz com foco na satisfação das necessidades da população local, segundo as suas próprias tradições alimentares. Apesar de ainda pouco reconhecida pelos governos locais, a agricultura urbana vem

desempenhando um papel de relevância na alimentação das populações urbanas. Segundo Chianca (2009), a AUP fornece alimentos a aproximadamente 700 milhões de pessoas em todo o mundo.

As ações governamentais no nível federal são importantes para a garantia da soberania alimentar, assegurando o acesso a alimentos saudáveis com qualidade e quantidade suficientes para a população de baixa renda. Porém, complementarmente a elas, é no nível municipal que está o maior potencial de resultado das políticas alimentares, atendendo as especificidades locais na produção, distribuição e consumo. A agricultura urbana pode contribuir para a soberania alimentar dos municípios, criando condições mais favoráveis para a geração de segurança alimentar e melhoria dos padrões nutricionais da população (DUBELLING & SATANDREU, 2003).

3.3. Agricultura Urbana e Sustentabilidade

A necessidade do homem de trabalhar a terra para extrair alimentos é uma questão não apenas de sobrevivência. A atração que o homem sente pela atividade agrícola tem raízes mais profundas, ligadas a uma vontade natural de evasão do ambiente urbano, para um retorno a um misto de ócio e trabalho em contato direto com a natureza (FUNCHAL, 2010).

É evidente que a agricultura urbana sozinha não é capaz de atender à totalidade da demanda de alimentos das cidades, nem absorver todo o composto produzido a partir dos resíduos orgânicos urbanos, tampouco sozinha irá resolver os problemas de conforto térmico, permeabilidade do solo, desemprego, e outros existentes nas grandes cidades. No entanto, em maior ou menor grau, poderá contribuir para a proteção do meio ambiente urbano de diversas formas.

Muitos autores consideram a agricultura urbana importante para o equilíbrio ecológico nas cidades. Segundo McClintock (2010), a agricultura urbana contribui para a garantia da segurança alimentar; cria empregos; oportunidades de aproveitamento dos resíduos urbanos orgânicos (uma vez que podem ser utilizados como composto nas hortas ao invés de seguirem para os aterros sanitários); promove conforto térmico; e, através da diminuição das distâncias entre a produção

e os mercados, diminui o uso de combustíveis fósseis e os custos de transporte. Esse último fator pode contribuir em muito para a redução da pegada ecológica das cidades, através da diminuição das distâncias percorridas pelos alimentos até o consumidor final e da diminuição da necessidade de empacotamento, processamento, refrigeração, etc.

3.3.1. Contribuições para a sustentabilidade ambiental urbana

A agricultura pode contribuir de diversas formas para a sustentabilidade do ecossistema urbano, criando possibilidades para o fechamento de parte dos ciclos naturais, através do uso de águas cinzas e resíduos orgânicos, e ainda melhorando as condições ambientais e econômicas das cidades.

Um dos principais ganhos da agricultura urbana é a proximidade com os mercados consumidores. Muitos agricultores urbanos utilizam suas hortas para consumo próprio e para comercialização dos excedentes. A localização dessas hortas dentro dos grandes centros permite que mesmo os pequenos agricultores tenham a possibilidade de vender todo ou quase todo o excedente na própria vizinhança, o que acontece até mesmo entre os produtores maiores, que quando não possuem produtos em quantidade suficiente para os grandes mercados, têm na própria vizinhança o seu principal mercado consumidor.

A proximidade das hortas com as áreas adensadas, além de promover ganhos econômicos para os agricultores urbanos, possibilita grande economia de combustível, através da redução das distâncias dos produtos que normalmente vêm do meio rural, contribuindo para a diminuição da poluição e dos custos dos alimentos (McCLINTOCK, 2010). Em média, os alimentos disponíveis nos supermercados nos Estados Unidos, viajam 2.000 km entre o ponto de produção e o de consumo (SMITH & NASR, 1992). Em outros países essas distâncias podem ser menores, mas os ganhos com a economia energética podem ser ainda maiores.

A presença de grandes áreas de vegetação nas cidades também favorece o conforto ambiental. A rega constante e a evapotranspiração gerada com as hortas permitem uma redução significativa das amplitudes térmicas e a diminuição das ilhas de calor (típica dos meios urbanos), com implicações diretas na qualidade de vida e na

diminuição dos consumos energéticos por recursos como o ar-condicionado (FUNCHAL, 2011).

Para oferecer conforto térmico significativo, a agricultura urbana precisa estar inserida no zoneamento das cidades, através da identificação das ilhas de calor, de estudos de viabilidade de inserção dessas hortas no meio urbano, com delimitação de áreas onde será priorizado o uso da agricultura. Para isso, é necessária a quebra do paradigma de que o solo urbano não é solo agricultável, mas solo para construção.

A Câmara Municipal de Funchal, em Portugal, já está avançando nesse sentido, pois preserva parte do solo urbano para a agricultura sob o pensamento de que este, assim como o rural, se constitui em reservas para produção alimentar, mesmo que do ponto de vista conjuntural econômico ou urbanístico a sua utilização agrícola se revele pouco interessante. A destruição das características naturais do solo se constitui em um erro estratégico grave em termos de futuro (FUNCHAL, 2011), deixando o município permanentemente dependente de outros para o seu abastecimento alimentar. De acordo com estudos históricos, a produção urbana de alimentos em países como EUA e Inglaterra sempre aumentou em momentos de crise econômica (McCLINTOCK, 2010), e pode ser uma alternativa viável para o abastecimento de parte das necessidades alimentares das grandes cidades em situações de crise política ou desastres ambientais nas áreas fornecedoras de produtos agrícolas.

Outro benefício da AU é a preservação de áreas permeáveis, que controlam o fluxo da água de chuva e reduzem os custos do manejo de águas pluviais (RUAF, 2012).

A preservação da biodiversidade também é um fator de contribuição da AU para as cidades. Ultimamente, diversos estudos vêm demonstrando que a biodiversidade é importante para o ecossistema urbano, o que demonstra a dependência do homem sobre os recursos naturais. Além de promover a preservação e aumento da biodiversidade vegetal, as áreas agrícolas urbanas servem ainda de refúgio e local de reprodução para invertebrados, aves e outros (RUAF, 2012). Em muitos locais densamente urbanizados, como em Salvador, podem ser encontradas diversas espécies animais nas hortas, especialmente naquelas mais alinhadas com os princípios da agroecologia, como cobras, raposas e outros pequenos mamíferos.

3.3.2. Agricultura Urbana de Produção Orgânica e Agroecológica

As cidades hoje se constituem em um enorme depósito de nutrientes. A maior parte da matéria orgânica consumida nas cidades é proveniente do campo, sendo que boa quantidade se perde durante o transporte e o armazenamento. Os resíduos orgânicos em sua maioria são depositados no solo ou nas águas, porém de forma demasiadamente concentrada, o que causa desequilíbrios nos ecossistemas.

A agricultura nos princípios agroecológicos, praticada dentro das grandes cidades pode se constituir em uma importante fonte de destinação dos nutrientes provenientes do processo de degradação dos resíduos orgânicos e águas servidas. Esse tipo de agricultura vem crescendo como alternativa à agricultura convencional e revela-se muito importante em regiões com menores condições para competir no mercado de produtos em massa, como é o caso das áreas urbanas, onde muitas vezes a escala de produção é pequena se comparada à do meio rural.

Na maioria das vezes o solo urbano encontra-se desgastado, com poucos nutrientes, uma vez que esses são depositados em lixões e aterros, e organismos vivos, dificultando a adaptação de plantas, caso não haja algum tipo de adubação. Para a fertilização do solo, normalmente utilizam-se adubos químicos, formados de nitrogênio, fósforo e potássio, nutrientes que estão presentes também nos vegetais utilizados para alimentação. Por meio da compostagem, que consiste num processo de decomposição e estabilização biológica dos substratos orgânicos sob condições específicas, esses vegetais podem originar ricos compostos para adubação, sem ser necessário recorrer ao uso de adubos sintéticos.

Por outro lado, devido ao cultivo intensivo da maioria das hortas urbanas, há um rápido desgaste da fertilidade do solo. Na agroecologia, para facilitar a reposição de nutrientes, muitas vezes se pratica a criação de animais juntamente com a horticultura, o que permite um incremento nos ganhos dos agricultores e a produção de esterco para fertilização do solo (MOUGEOT, 2006).

Na agricultura tradicional, além da adubação química, na maioria das vezes se faz uso de biocidas, os chamados agroquímicos ou agrotóxicos. Essa prática tem se ampliado no Brasil e, em 2008, o País era o maior consumidor mundial desses compostos. O uso excessivo de agrotóxicos pode causar doenças diversas nos

humanos, incluindo o câncer, sendo, no entanto, difícil identificar as causas da doença, pois não é possível associar imediatamente o surgimento de células cancerígenas com uso de agrotóxicos ou aditivos consumidos ao longo dos anos (FERNANDES, 2009)

No caso da agricultura orgânica, originalmente, seu conceito era guiado pela utilização de energia e insumos provenientes das proximidades da propriedade. Isso incluía o uso de energia de fontes alternativas, a produção de adubo local, o controle de pragas por meios naturais, entre outros princípios.

Em 2010, o Fundo ONG – Componente Ambiente, do Mecanismo Financeiro do Espaço Econômico Europeu, em Portugal, reuniu na publicação “Passos Simples para a Sustentabilidade” uma série de recomendações para uma prática agrícola mais sustentável, direcionada especialmente para os pequenos agricultores. Segundo essa publicação, a agricultura orgânica:

consiste num modo de produção que privilegia os ciclos fechados no que diz respeito aos recursos utilizados na exploração agrícola e evita recorrer a fatores de produção externos; rejeita a utilização dos químicos de síntese, ou seja, que não existem na natureza e são criados pela indústria, recorrendo, alternativamente, à rotação de culturas, aos compostos e fertilizantes orgânicos e a métodos mais naturais de controle de doenças, infestantes e pragas, tais como a associação de culturas ou a estimulação de predadores naturais (BAPTISTA, 2010, p. 16).

No Brasil, segundo o Art. 1º da Lei nº 10.831, que dispõe sobre a Agricultura Orgânica, o sistema é definido da seguinte forma:

Art. 1º - Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

É possível observar que na definição de agricultura orgânica proposta pelo Governo Federal, somente as comunidades rurais são citadas. Além disso, o conceito de agricultura orgânica não necessariamente está dentro dos princípios da

agroecologia. Atualmente, esse conceito está mais restrito ao não uso de produtos químicos artificiais nos cultivos. Existem produções orgânicas que utilizam maquinário moderno, adotam monoculturas e outros hábitos que não diferem em muito da agricultura tradicional a não ser pelo não uso de adubos químicos e pesticidas. Por não estarem guiados pelos processos naturais, esses cultivos são dependentes de insumos externos, o que diminui o seu potencial de contribuição para a sustentabilidade (ALTIERI e NICHOLLS, 2003). No entanto, mesmo nesses moldes, a agricultura orgânica vem sendo aceita socialmente como uma alternativa aos produtos da agricultura tradicional, por serem ainda assim mais sustentáveis e saudáveis.

As principais diferenças entre a agricultura orgânica e a tradicional podem ser vistas no Quadro 3.

Quadro3 – Características da agricultura convencional e orgânica

Característica	Convencional	Orgânica
Dependência do petróleo	Alta	Média - alta
Necessidade de mão-de-obra	Baixa - contratada	Média - alta, usualmente contratada
Intensidade de manejo	Alta	Média - alta
Intensidade de preparo do solo	Alta	Média - alta
Diversidade de plantas	Baixa	Baixa - média
Variedade - culturas	Híbridos	Híbridos ou polinização aberta
Origem das sementes	Compradas	Compradas, algumas são próprias
Integração lavoura-pecuária	Nenhuma	Pouca - uso de resíduos orgânicos
Dependência de insumo externo	Alta	Média - alta
Manejo de insetos	Manejo integrado de pragas (MIP) - químico	MIP, biopesticidas e alguns biocontroles
Manejo de ervas daninhas	Químico - preparo do solo	Controle cultural - preparo do solo
Nutrição de plantas	Fertilizantes químicos	Biofertilizante microbiológico, fertilizante orgânico
Manejo de água	Alta escala	Aspersor e gotejamento

Fonte: Altieri e Nicholls, 2003.

Como pode ser observado, o cultivo orgânico fora dos princípios da agroecologia, possui poucas diferenças significantes na sua lógica de produção com relação à agricultura tradicional. Uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia, por sua vez, não é aquela que simplesmente não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes

sintéticos em seu processo produtivo. Muitas vezes essa opção não necessariamente assegura a sustentabilidade do sistema agrícola ao longo do tempo, logo, nem sempre a agricultura orgânica é uma agricultura ecológica. O próprio uso de materiais orgânicos de forma inadequada pode causar problemas no funcionamento dos ciclos naturais (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

O cultivo agroecológico está pautado na reprodução dos processos naturais em favor da agricultura. A agroecologia está baseada na preservação da biodiversidade, no incremento da eficiência biológica global, mantendo a produtividade do agroecossistema de modo que seja mantida a sua capacidade de se sustentar, utilizando o menos possível suportes e insumos externos.

Segundo Altieri (2004), a agroecologia:

é a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura “sustentável” nas suas diversas manifestações e/ou denominações (ALTIERI, 2004).

Dessa forma, percebe-se que o conceito de agroecologia pode abranger a agricultura orgânica, mas não se limita a esta. É importante perceber essa diferença, pois a agricultura urbana de produção orgânica (AUO) deve buscar utilizar insumos orgânicos dentro do próprio meio urbano. Sendo assim, a AUO praticada dentro de princípios agroecológicos, pode contribuir para a sustentabilidade da cidade de forma muito mais significativa.

De um modo geral, para a prática da AUO dentro dos princípios da agroecologia são necessários alguns requisitos, sendo eles (FERNANDES, 2009):

- Diversificação de cultivos e rotação de culturas, respeitando as épocas de plantios, a escolha por variedades de hortaliças adaptadas e tradicionais, o plantio em espaçamentos adequados e a eliminação, sempre que possível, de condições de estresse das plantas.
- O plantio em consórcios, técnica em que são cultivados, ao mesmo tempo, duas ou mais espécies que não competem entre si pela busca por água, nutrientes e luz, mas que se complementam e na maioria das vezes

produzem em épocas diferentes, proporcionando assim uma maior preservação da biodiversidade, ganhos econômicos o ano todo, maior produtividade do solo, proteção do solo contra erosão, dentre outros (FIALHO E SOUZA, 2003).

- O manejo adequado do solo, realizando, antes da plantação, a análise do solo e posterior correção, se necessário; a adubação orgânica do solo, a adubação verde¹, a compostagem e a fabricação de húmus de minhoca.
- O consumo racional da água.
- O manejo ecológico das pragas.

O manejo de resíduos sólidos e de águas residuais por meio de utilização na agricultura urbana é um bom exemplo de como os princípios agroecológicos podem ser aplicados no meio urbano.

Um dos maiores problemas ambientais dos nossos dias é a enorme quantidade de resíduos produzidos especialmente nas grandes cidades. A cada dia, são gerados no planeta 4 milhões de toneladas de resíduos comerciais e domiciliares, sendo cerca de 50% destes compostos por matéria orgânica, 25% de materiais recicláveis e 25% de materiais considerados rejeitos. Grande parte desses resíduos é depositada nas periferias dos centros urbanos, muitas vezes a céu aberto, o que favorece a proliferação de doenças e a degradação ambiental (OLIVEIRA, 2009). Quando não se reciclam os resíduos orgânicos e industriais, aumenta a pressão sobre a natureza para a obtenção de insumos que gerem novos artefatos e produtos industrializados, limitando a reposição de nutrientes do solo para a produção de alimentos.

A compostagem, prática agroecológica, permite reduzir a quantidade de resíduos orgânicos que seriam depositados nos aterros sanitários, aumentando assim a vida útil dos mesmos. Além disso, ela permite produzir compostos que podem ser utilizados como corretivos e condicionadores dos solos agrícolas (BAPTISTA *et al.*, 2010). Se esses compostos forem utilizados na agricultura urbana, contribui-se, assim, para a diminuição dos gastos energéticos provenientes da utilização de adubos químicos e para o fechamento de parte do ciclo dos nutrientes dos grandes centros urbanos.

¹ A adubação verde consiste no plantio intercalado de plantas que fixam nitrogênio no solo, para que outras culturas possam utilizar os nutrientes.

Quanto à capacidade de absorção do total de resíduos orgânicos, estudos realizados pelo International Development Research Centre (IDRC) em Gana, chegaram à conclusão de que a AU combinada com o paisagismo poderia absorver cerca de 20% dos resíduos orgânicos gerados em cidades daquele País, por meio de investimentos em gestão de resíduos e compostagem. Resultados semelhantes foram encontrados em cidades da República Dominicana. (MOUGEOT, 2006).

A AU pode utilizar resíduos sólidos domésticos, agrícolas, resíduos das próprias hortas ou de parques urbanos, agroindustriais, gerados por matadouros, indústrias de processamento de alimentos, lodo de esgoto de fossas sépticas e estações de tratamento de esgoto, dentre outros.

A prática de compostagem na AU pode ajudar na gestão de resíduos sólidos da seguinte forma (RUAF, 2012):

- Diminuição da coleta, transporte e custos da destinação final.
- Aumento da eficiência dos processos de reciclagem e incineração de resíduos inorgânicos, através da diminuição da matéria orgânica na corrente de resíduos.
- Diminuição do gás metano que é gerado nos aterros sanitários.
- Aumento da produção agrícola por meio de fertilização com baixo custo.
- Criação de empregos formais ou informais para a coleta e reciclagem dos resíduos.

A AU pode contribuir ainda para o uso racional da água. Embora a disponibilidade de água para irrigação seja um dos principais desafios para a agricultura urbana, existem diversas possibilidades que podem contribuir para os atuais sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário urbanos.

Muitos agricultores utilizam água tratada de modo informal ou águas residuais sem tratamento, porém através da captação de água de chuva e do reuso de águas servidas com o tratamento adequado para irrigação, reduz-se o consumo de água tratada proveniente dos sistemas públicos de abastecimento e os riscos para a saúde pública decorrente do uso de águas residuais não tratadas.

A urbanização crescente vem afetando a demanda por água tratada e o volume de águas residuais produzidas nas cidades, sendo que muitas vezes a separação entre

os tipos de águas residuais é bastante ineficiente, aumentando desnecessariamente os custos de tratamento. Outro problema é a disposição dessas águas, que muitas vezes são misturadas, à drenagem urbana. Por outro lado, os sistemas de drenagem ficam sobrecarregados devido à alta impermeabilização do solo, causando o aumento do escoamento superficial, provocando enchentes e inundações.

Sistemas simples de aproveitamento de água de chuva ou de tratamento de águas cinzas com eliminação de patógenos, como filtro biológico, ou até mesmo o reuso de água por disposição direta no solo sob condições controladas, podem ser alternativas para a irrigação das hortas com menores impactos sobre o sistema de abastecimento de água e saúde pública locais.

Na Jordânia, um dos países que possui a maior escassez de água no mundo, foram realizadas experiências para a utilização de águas cinza para a irrigação de hortas urbanas. Nesse País, onde três quartos da população vive em cidades médias e grandes, a água potável disponível *per capita* está em torno de 200 metros cúbicos por ano, ou seja, há pouca água disponível para beber, e muito menos para utilização na agricultura. Nessas experiências, que utilizaram águas provenientes das pias de cozinha e dos chuveiros, foi realizado um tratamento simples através de filtração, com pouca intervenção nas instalações originais das residências. O resultado foi uma água adequada para irrigação e uma economia que variou entre 10% a 40%, entre as famílias que já possuíam hortas e que utilizavam água proveniente dos sistemas públicos de abastecimento para a rega (MOUGEOT, 2006).

3.3.3. Benefícios sociais da agricultura no meio urbano

Em muitas áreas urbanas as famílias de baixa renda gastam mais da metade dos seus rendimentos em alimentos. Logo, qualquer economia nos gastos com alimentação se traduz em uma importante parte da renda que fica disponível para outros usos (SMIT & NASR, 1992), movimentando assim a economia da cidade como um todo.

A prática da agricultura urbana se integrada a uma política de desenvolvimento social, pode gerar novos empregos, facilitar o acesso da população mais pobre a

uma alimentação mais saudável e criar um campo favorável para a disseminação de programas de educação ambiental, principalmente nas escolas e bairros periféricos. Além disso, pode proporcionar o acesso à terra a uma população que, devido ao alto valor do solo urbano, não teria condições de ter garantido o seu direito à moradia e ao trabalho.

A AU também pode ser trabalhada como um meio para desenvolver o sentido de comunidade em determinados locais e assim promover a participação cidadã. Estudos demonstram que há um aumento na autoestima coletiva quando a vizinhança consegue se envolver em projetos com resultados relevantes para o grupo. Projetos de agricultura urbana podem ser utilizados como elementos multiplicadores, pois a partir deles, podem ser promovidos encontros, aprendizados, levando a um sentimento de coletividade, confiança, autonomia da comunidade e independência mútua (RUAFA, 2012).

Apesar da maioria dos estudos em agricultura urbana focarem os benefícios sociais na segurança alimentar de populações de baixa renda, algumas cidades europeias que não possuem problemas graves de pobreza urbana têm incentivado a agricultura como recurso lúdico, de recreio e terapêutico e também como forma de melhoria da qualidade paisagística das cidades, com a criação de hortas nos espaços intersticiais e de sobras das vias públicas, muitas vezes deixados ao abandono e degradação (FUNCHAL, 2011).

Em Londres, com a crise financeira dos últimos anos, o desemprego tem crescido entre os mais jovens. Através do projeto Cultivate London, jovens entre 16 e 24 anos desempregados, são estimulados a participarem de projetos de agricultura urbana. Diferentemente dos países pobres, onde a AU é estimulada como forma de garantia da segurança alimentar e geração de renda, em Londres ela tem como principal objetivo tirar esses jovens da ociosidade, dando-lhes uma ocupação produtiva, evitando que estejam pelas ruas praticando vandalismo, e ao mesmo tempo, aumentando a sua autoestima por estarem aprendendo uma atividade nova, conseguirem ver o resultado do seu esforço e extraírem alguma renda dele (PATHWAYS, 2012).

3.4. Marco Legal da Agricultura Urbana

Atualmente, parte da população mais pobre dos perímetros urbanos já utiliza espontaneamente a agricultura como forma de suplemento alimentar ou complementação da renda familiar (RAU, 2010).

O perfil dos agricultores urbanos é formado basicamente por agricultores originalmente periurbanos ou da zona rural, que migraram para a cidade, ou com o crescimento delas, tiveram suas hortas absorvidas.

Além disso, historicamente a produção urbana de alimentos em países como EUA e Inglaterra sempre aumentou em momentos de crise econômica (McCLINTOCK, 2010), o que mostra a sua importância para a garantia da segurança alimentar.

Os bons resultados obtidos através dessas iniciativas espontâneas fizeram com que as políticas agrícolas ao redor do mundo passassem a apoiar a agricultura urbana e periurbana, que vêm ganhando visibilidade, sendo hoje uma das estratégias da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para promover a segurança alimentar em centros urbanos de países em desenvolvimento e atingir uma das metas do milênio que é até 2015 diminuir pela metade o número de pessoas em situação de fome (FAO, 2010).

Na publicação *Growing Cities, Growing Food – Urban Agriculture on the Policy Agenda* (ZEEUW *et al.*, 2001), publicada pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional (DSE), autores de diversas partes do mundo mostram seus estudos acerca da agricultura urbana inserida nas cidades enquanto política pública, bem como mostram dados relevantes a favor desta prática, inclusive por meio de estudos de caso. Os autores evidenciam que em muitos países a agricultura urbana vem recebendo apoio dos governos, tanto em países de regime socialista quanto capitalista. Exemplo disso é o sucesso das hortas urbanas em Cuba. Cultivadas dentro dos princípios da agroecologia, elas são uma importante fonte de alimentos frescos para a cidade de Havana desde o fim do bloco socialista em 1989, e têm ajudado a garantir a segurança alimentar de parte da população (ALTIERI *et al.*, 1999).

Nota-se, porém, que mesmo nos locais onde a agricultura urbana já está sendo implementada com sucesso, a iniciativa ainda vem mais dos setores da agricultura e

muito menos do planejamento urbano. Apenas recentemente, alguns esforços estão sendo realizados no sentido de inserir a agricultura no planejamento das cidades, incluindo responsabilidades e limitações dos planejadores urbanos. É o caso de Portugal, onde há um forte incentivo das universidades e órgãos governamentais para o avanço da agricultura urbana integrada ao planejamento urbano, com o objetivo de contribuir para a segurança alimentar, diversificar a dieta da população, atribuir função a espaços ociosos no meio urbano, incentivar o contato do homem com a natureza, melhorar a circulação da água, melhorar o conforto ambiental e preservar a biodiversidade (FUNCHAL, 2011).

3.4.1. Experiências no Brasil

A agricultura urbana é uma realidade em todas as regiões do Brasil, sendo praticada das mais diversas formas: com ou sem apoio dos governos, espontâneas ou planejadas, com diferentes tipos de cultivos e organização social, etc. Segundo o IPES (2005), que realizou um levantamento de diversas experiências em todo o País, nas mais diversas regiões, 75% delas estão localizadas em capitais de Estados, justamente onde há uma maior concentração populacional e uma maior escassez de terra para cultivo. Em sua maioria, os produtos são vendidos *in natura*, sem nenhum tipo de processamento. Outro fato interessante de observar é que as experiências que provêm de iniciativas individuais são mais antigas que aquelas com apoio governamental, o que demonstra mais uma vez que a agricultura sempre existiu no meio urbano, porém só recentemente vem ganhando a atenção dos governos, universidades, ONG, etc.

De um modo geral, a AU recebe pouco ou nenhum apoio dos governos e/ou reconhecimento institucional. Somente alguns municípios ou estados possuem algum tipo de marco legal relacionado à AU. O município de São Paulo possui a Lei nº. 11.727/04 que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana e define suas diretrizes. Os objetivos do Programa são:

- I - combater a fome; II - incentivar a geração de emprego e renda; III - promover a inclusão social; IV - incentivar a agricultura familiar; V - incentivar a produção para o autoconsumo; VI - incentivar o associativismo; VII - incentivar o agroecoturismo; VIII - incentivar a venda direta do produtor; IX - reduzir o custo do

acesso ao alimento para os consumidores de baixa renda. (SÃO PAULO, 2004)

O Programa prevê a utilização de áreas públicas e privadas, com incentivos fiscais para aqueles terrenos onde seja desenvolvida a agricultura urbana. Prioriza ainda o acesso ao crédito, à assistência técnica, à economia solidária, à associação entre os produtores, à facilitação da comercialização, à venda local e a compra dos produtos pelo setor público.

No entanto, mesmo contando com um marco legal, questões como a falta de dados concretos sobre os benefícios financeiros da AU para o município, hábitos culturais e de falta de educação ambiental, fizeram com que a AU não avançasse como se previa quando da construção da Lei, que foi feita de forma participativa através do Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de São Paulo, com participação dos setores públicos e da sociedade civil organizada (LOVO & SATANDREU, 2007).

No estado de Goiás a Lei nº 16.476/09, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana, tem como objetivos:

I – ampliar as condições de acesso à alimentação e aumentar a disponibilidade de alimentos, inclusive para autoconsumo; II – gerar empregos e renda, especialmente por meio da agregação de valor aos produtos; III – proteger a saúde e o estado nutricional do grupo materno-infantil e de outros grupos específicos, combatendo a desnutrição e a mortalidade materno-infantil; IV – ampliar e qualificar os programas institucionais de alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, restaurantes populares, estabelecimentos penais e outros; V – garantir a qualidade higiênico-sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos produzidos no seu âmbito; VI – estimular práticas alimentares e estilo de vida saudáveis; VII – promover o trabalho familiar e de cooperativas, associações e outras organizações da economia popular e solidária; VIII – promover a equidade de gênero, raça e etnia, com garantia de acesso aos recursos gerados e ao seu controle (GOIÁS, 2009)

O foco dessa política está em torno da segurança alimentar e nutricional da população urbana, especialmente de grupos mais vulneráveis, buscando promover equidade de gênero, raça e etnia; geração de emprego e renda; integração da AU em programas institucionais de alimentação; proteção do meio ambiente urbano e aproveitamento de espaços urbanos ociosos para a prática da AU. Os instrumentos de apoio à essa política são: o crédito e o seguro agrícola, a educação e

capacitação, a pesquisa e assistência técnica, a certificação de origem e qualidade dos produtos (GOIÁS, 2009).

Em outras cidades e estados, algumas prefeituras e universidades já vêm implementando alguns projetos, como em Belém do Pará, onde a agricultura urbana, inclusive com a criação de animais, tem demonstrado grande importância na diversificação das refeições e melhoria da nutrição das populações urbanas mais pobres (MADALENO, 2000).

Em Minas Gerais estão algumas das experiências mais exitosas de AU no Brasil. Em Governador Valadares, já existe um Programa Municipal de Agricultura Urbana, que promove o estímulo à atividade por meio de incentivos fiscais, redução de tarifas de serviços públicos, assistência técnica, microcrédito, entre outros (GOVERNADOR VALADARES, 2003). Em Belo Horizonte, existem os Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs), que tiveram início em 1996. O objetivo principal desses Centros é dar apoio às comunidades urbanas de baixa renda, envolvendo-as num processo participativo, visando o desenvolvimento local sustentável. Esses Centros implantam projetos pilotos de agricultura urbana na cidade e promovem cursos e oficinas de capacitação para monitores. Posteriormente, por meio do Programa Cidades Cultivando para o Futuro (CCF), as discussões em torno da agricultura urbana foram ampliadas no município, de modo que atualmente a AU foi incorporada na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 9.959/10) na lista de atividades permitidas na cidade (COSTA & COUTINHO, 2011).

A Prefeitura do Rio de Janeiro também empreende uma série de ações para o incentivo à agricultura urbana, promovendo cursos sobre hortas comunitárias para populações de baixa renda e viabilizando um maior acesso do agricultor aos programas de financiamento já existentes. Há também outras medidas importantes como a isenção do pagamento de IPTU a propriedades com comprovada produção agrícola e a implementação de cursos sobre culturas pouco tradicionais, porém de alto valor econômico e medicinal (VIDAL, 2009).

No Piauí, existe o projeto Hortas Comunitárias que visa gerar trabalho e renda para famílias carentes do município de Teresina. Os locais escolhidos para implantação das hortas são prioritariamente áreas urbanas sem uso, sujeitas ao acúmulo de resíduos e que propiciam a prática de crimes devido ao pouco movimento de

peças e ausência de infraestrutura. A Prefeitura de Teresina cadastra as famílias interessadas em trabalhar na AU, faz a identificação das áreas onde serão implantadas as hortas, após a limpeza dota a área de infraestrutura de energia elétrica, irrigação, galpão e cerca e realiza treinamentos e capacitação dos agricultores. Em 2009, o lucro mensal gerado com o cultivo de cebolinha, coentro e alface, foi de R\$ 452,25, quando o salário mínimo era de R\$ 465,00 (PAZ, 2009).

3.4.2. Experiências Internacionais

A agricultura urbana é praticada em todo o mundo, em diversas realidades, desde cidades grandes de países ricos, onde a AU tem um significado mais filosófico, de estilo de vida, até cidades pobres, onde sua importância é a garantia de alimentos a quem não pode pagar por eles. Estima-se que em todo o mundo, a agricultura urbana forneça alimentos para cerca de 700 milhões de pessoas (FAO, 2009), o que a configura enquanto atividade de grande importância na dinâmica urbana, apesar de ainda pouco apoiada pelos governos locais.

Nesse sentido, a FAO, vem estimulando a agricultura urbana especialmente nos países mais pobres e naqueles onde o consumo de frutas e hortaliças está abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (FAO, 2009).

Não por acaso, em 2005, Cuba era o único país da América Latina onde a população consumia o mínimo de 400g *per capita*/dia de frutas e hortaliças recomendado pela OMS (FAO, 2009).

Pesquisas realizadas sobre a agricultura urbana em Cuba revelam fatores que influenciaram no sucesso da atividade neste País. Os textos de Miguel Altieri (1999) e Mário González e Catherine Murphy (2001) buscam mostrar algumas ações das universidades e do Poder Público que podem ser replicados, com as devidas adaptações, a outras realidades.

Com o colapso do bloco socialista em 1989, Cuba passou a ter dificuldades para a obtenção de produtos industrializados, dentre eles aqueles ligados à produção agrícola, tais como defensivos e fertilizantes sintéticos, e combustíveis para o transporte dos alimentos. Essa condição criou uma crise no abastecimento, levando

a população dos centros urbanos a iniciar de forma espontânea a agricultura urbana para o suprimento alimentar (ALTIERI, 1999).

Com os bons resultados obtidos através dessas iniciativas, o governo cubano passou a apoiar oficialmente a agricultura urbana, oferecendo assistência técnica e informação e criando hortas estatais para a produção de alimentos para a população local. Um dos principais benefícios dessas hortas é o aumento da disponibilidade de alimentos onde a demanda é maior, ou seja, nos centros urbanos. Em 1994, foi criado o Departamento de Agricultura Urbana dentro do Ministério da Agricultura, em parceria com os poderes municipais. Uma das principais medidas do governo foi a oferta de terra sem custo, desde que utilizada para o cultivo. A crise, aliada aos incentivos governamentais, fez com que muitas pessoas passassem a se dedicar pela primeira vez à agricultura (ALTIERI, 1999).

Outra medida importante foi a descentralização dos mecanismos de apoio. Isso foi importante não somente para a rapidez nos processos, como para a adequação às realidades locais, fator primordial para o bom desenvolvimento da agricultura urbana. Para que as demandas de cada agricultor fossem atendidas, o governo disponibilizou nos municípios agentes que ficam responsáveis por áreas específicas da cidade, para oferecer apoio aos agricultores, levar ao governo as demandas locais e participar nas reuniões decisórias sobre as medidas de apoio à agricultura urbana (GONZÁLEZ & MURPHY, 2001).

Em Cuba, o principal método de cultivo utilizado é a organoponia, onde as plantas são cultivadas em contêineres, devido à baixa qualidade do solo das grandes cidades (Figura 1). Nessa técnica, as sementes são plantadas em sementeiras e posteriormente transferidas para canteiros ou contêineres preenchidos com uma mistura de 50% de composto orgânico e 50% de fibras naturais, normalmente utilizadas na cultura hidropônica. O potencial de produção da organoponia é de 16kg por m² (GONZÁLEZ E MURPHY, 2001).

Figura 1 - Cultivo organopônico em Cuba



Fonte: Gonzáles & Murphy, 2011.

Há ainda experiências de sucesso em outros países da América Latina que demonstram que a agricultura urbana pode influenciar na diversificação da dieta e dos hábitos alimentares. Em El Alto (Bolívia), o consumo e a diversidade alimentar dos agricultores urbanos sofreram mudanças positivas ao passar de 6 para 15 o número de espécies de frutas e verduras incluídas em sua cesta básica de alimentos. Em Vila Maria del Triunfo (Peru) e em Bogotá (Colômbia), aumentou-se a frequência no consumo de hortaliças, e em Antióquia (Colômbia), o consumo de frutas e hortaliças *per capita* aumentou de 47g para 62g por dia, após apenas seis meses de iniciado um programa do governo com cooperação internacional para a promoção da agricultura urbana (SATANDREU, 2009).

Na Europa, com a atual crise econômica, têm crescido o número de experiências de AU. Em Londres, o programa Cultivate London busca oferecer uma alternativa de ocupação para jovens desempregados da faixa etária entre 16 e 25 anos, cuja taxa de desemprego atual é de 20% (Figuras 2 e 3). Muitos desses jovens afirmam que o programa mudou suas vidas por oferecer uma alternativa de ocupação quando eles estariam nas ruas praticando atos de vandalismo. Diferentemente dos países pobres, onde a AU é estimulada como forma de garantia da segurança alimentar e geração de renda, em Londres ela tem como principal objetivo tirar esses jovens da ociosidade, dando-lhes uma ocupação produtiva, e ao mesmo tempo, aumentando a

sua autoestima por estarem aprendendo uma atividade nova, conseguirem ver o resultado do seu esforço e extraírem alguma renda dele (PATHWAYS, 2012).

Figura 2 - Projeto Cultivate London



Fonte: Pathways, 2012

Figura 3 - Projeto Cultivate London



Fonte: Pathways, 2012

Em Portugal, o município de Funchal desenvolve um Programa de Hortas Urbanas desde 2005. Os principais objetivos são promover a segurança alimentar e a diversificação da dieta, demonstrar que os espaços verdes, além da função de recreação e contemplação, podem ter função produtiva, promover um novo modelo de ocupação para espaços ociosos, recriar a ligação do homem com a natureza, fomentar a compostagem e melhorar o meio ambiente urbano (FUNCHAL, 2011).

Atualmente, o município possui cerca de 33.000m² de hortas, envolvendo 523 pessoas distribuídas em 20 projetos. Os munícipes podem se cadastrar para receber o direito de cultivo em lotes públicos por períodos renováveis de 3 anos. O município oferece lotes providos de água, que pode ser de nascentes, poços ou da rede pública, energia e um pequeno depósito. O resultado positivo pode ser percebido pela quantidade de pessoas interessadas no projeto: existem cerca de 1.000 pessoas na fila de espera por um lote (FUNCHAL, 2011).

Figura 4 - Horta urbana em Funchal



Fonte: Funchal, 2011

3.5. Agricultura Urbana e Políticas Públicas

É ponto pacífico entre a maioria dos autores que tratam da agricultura urbana que é necessária a construção de políticas públicas de apoio à atividade para que ela contribua para o meio urbano em todas as suas potencialidades.

Em pesquisas realizadas em 17 cidades onde a AU é praticada (Acra, Cairo, Cayagan de Oro, Dakar, Dar es Salaam, Harare, Londres, Cidade do México, Sofica, Jacarta, Lima, Havana, Shangai, La Paz, Ho Chi Min, Hubli-Dharwad e Nairobi), foram elencadas, em ordem de importância, as principais razões pelas quais os cidadãos se envolveram com a agricultura urbana (NUGENT, 2000):

- Produção para consumo doméstico.
- Aumento da renda.
- Crise econômica.
- Altos preços dos alimentos nos mercados.
- Diversificação das atividades.
- Fonte de emprego.
- Guerras ou conflitos.
- Mudanças no clima.

É importante notar que a maioria das cidades pesquisadas em encontram-se em países em desenvolvimento, o que é o caso do Brasil. Esses pontos, portanto, devem ser levados em consideração na elaboração de políticas públicas em cidades com perfis semelhantes. Outro ponto a ser observado é que dentre as principais motivações, as que envolvem questões econômicas ocupam lugar de destaque, sendo um grande indicativo de que a AU nestes locais, deve ser estimulada para atender prioritariamente a uma população mais pobre.

Para que a atividade possa funcionar, é necessário minimamente: local acessível para que a mercadoria possa ser bem distribuída, acesso aos serviços públicos (energia elétrica e saneamento), e regulamentação para o uso da terra (NUGENT, 2000).

Uma das principais questões limitantes para o avanço da agricultura urbana é o alto valor monetário e a dificuldade de acesso à terra pelas populações mais pobres, que por sua vez seriam diretamente as mais beneficiadas pela atividade e, por isso, os agricultores urbanos, em sua maioria, não possuem a posse definitiva da terra que cultivam. Como forma de burlar ou se adaptar a essa realidade, muitos deles se apropriam, com ou sem consentimento dos proprietários, de áreas não construídas, públicas ou privadas, para o cultivo de subsistência ou comercialização. Como a legislação é omissa e em muitos casos proibitiva com relação à agricultura nas

idades, os agricultores ficam desassistidos pelo Poder Público, que os expulsa de suas terras sem oferecer benefícios compensatórios, enquanto os agricultores que utilizam terras particulares ficam submetidos a acordos informais com os proprietários em relações que não possuem qualquer tipo de garantia ou proteção das instituições públicas (ELLIS & SUMBERG, 1998). Uma das formas de garantir o acesso a terra é a organização de grupos de agricultores, pois assim eles se tornam mais fortalecidos para buscar atender aos seus interesses.

Muitas vezes são necessários investimentos em preparação do solo, irrigação, energia elétrica, equipamentos, que podem contribuir para a melhoria da produção e consolidação da atividade naquele local. Os incentivos financeiros são de grande importância para o desenvolvimento da AU e podem ser concedidos mediante a imposição de condições que tornem a atividade mais segura e eficiente, como o não uso de pesticidas, o uso de água não contaminada, etc. Os benefícios podem ser concedidos de diversas formas, como pelo crédito direto ao produtor, incentivos fiscais para os produtores e varejistas que comprem produtos da AU, empresas privadas que permitam a utilização de suas áreas ociosas para a AU, inserção da AU em programas de compra pelo governo, entre outros (BOURQUE, 2001).

Incentivos não financeiros podem ser utilizados no sentido de legitimar socialmente a atividade. Campanhas de divulgação da AU, inserção de informações e notícias sobre atividade nas mídias de grande circulação são formas eficientes de alcançar esse objetivo (BOURQUE, 2001).

No entanto, sabe-se, para que o agricultor se torne mais suscetível a investir tempo e recursos, ainda que escassos, na melhoria da sua atividade, é necessário que ele possua garantias de acesso à terra e permanência, no longo prazo, em determinado local (MOUGEOT, 2006).

A questão da ocupação e propriedade do solo é um dos principais pontos a serem trabalhados dentro de uma política pública de AU. Frequentemente quando se pensa em espaço para agricultura na cidade, imagina-se de imediato os espaços livres mais visíveis que são os mais cobiçados pelo mercado imobiliário. Porém existem muitas possibilidades a serem exploradas no meio urbano, como a utilização de terrenos baldios, terras ao redor de condomínios, áreas não edificáveis, fundos de vale, terrenos em escolas e hospitais, ou até mesmo

coberturas de edifícios. Esses espaços normalmente geram uma soma de área maior do que se imagina que uma cidade possa ter. É necessário que as municipalidades realizem inventários sobre todos os espaços livres na cidade, para que se pense em formas de viabilizar a AU nestes locais, sem deixar de levar em conta que nem todo espaço livre seja adequado para a produção de alimentos, devido a riscos de contaminação em determinados casos (MOUGEOT, 2006).

A localização e o tamanho do espaço disponível influenciam no tipo do cultivo. Em espaços menores predomina o cultivo de alimentos perecíveis, enquanto no maiores, normalmente localizados em periferias, predomina o cultivo de alimentos básicos, como mandioca, milho, entre outros. Alguns grupos produzem apenas para subsistência, outros praticam comércio eventual e há ainda aqueles que produzem prioritariamente para a venda. A elaboração de políticas públicas deve considerar essas diferenças, pois elas demandam diferentes tipos de ações de apoio e controle, que vão desde aspectos relacionados à propriedade da terra a aspectos do saneamento e saúde (ELLIS & SUMBERG, 1998).

A intervenção dos governos é de fundamental importância, pois a ausência de medidas regulatórias para produtos agrícolas cria nichos de mercado para que alguns produtores vendam produtos com pouca ou nenhuma medida de segurança e higiene a preços mais baixos. Porém, apesar de necessária, a participação do Poder Público deve ser bastante cuidadosa, pois nem sempre um aumento na produção agrícola urbana significa que as necessidades nutricionais das populações mais pobres estão sendo atendidas. Se mal elaborados e conduzidos, os dispositivos legais podem favorecer a apropriação desses por uma população não tão pobre, deixando os mais pobres numa situação pior à que se encontravam antes da sua implementação (ELLIS & SUMBERG, 1998).

A agricultura urbana também pode ter desvantagens, como sobrecarga sobre alguns serviços que já são saturados na cidade e o desvio do abastecimento de água para a agricultura em locais onde o fornecimento doméstico já é desfavorável, resultando em efeitos globais sobre o bem-estar dos cidadãos; os custos sociais como ruído, odor e eliminação de resíduos e o potencial para abrigar ou disseminar vetores de doenças, tanto em animais quanto em seres humanos; o roubo de culturas, vandalismo, roubo de utensílios, equipamentos e insumos, necessitando medidas de

segurança adequadas; a absorção de poluentes fazendo com que os alimentos tenham elevados níveis de substâncias tóxicas à saúde quando há culturas próximas a estradas movimentadas(ELLIS & SUMBERG, 1998).

Para minimizar possíveis consequências negativas, sugere-se que sejam promovidas medidas regulatórias para estas atividades, tais como zoneamento; criação de critérios de regulação do acesso à terra, protegendo os agricultores urbanos; fomento às ações de ONGs e grupos comunitários que já se debruçam sobre este tema; e a adoção de uma postura mais permissiva com relação à dinâmica já adotada, sem no entanto criar novas demandas para setores onde a capacidade de administração pública já é escassa.

Para a elaboração de políticas públicas de agricultura urbana, Mougeot (2006) propõe que as municipalidades se questionem sobre o que a AU pode fazer pela cidade e não o contrário. Para a construção de um cenário ideal, são considerados como principais pontos chave:

- A integração da AU na gestão urbana, como ferramenta e parte integrante do desenvolvimento urbano.
- A existência políticas e pesquisas que deem suporte a um sistema de abastecimento local significativo.
- A existência de espaços verdes produtivos, ajudando a diminuir a desigualdade de acesso a esses espaços entre os ricos e os pobres.
- Integração do tratamento e reuso de resíduos na AU.
- Fortalecimento do produtor, através de organização em grupos que possam negociar de forma mais eficaz o acesso à terra, a apropriação da tecnologia disponível, e a comercialização dos seus produtos a um preço justo (MOUGEOT, 2006).

Os objetivos de uma Política Pública de Agricultura Urbana devem ser a legitimação da atividade de forma economicamente viável. Com incentivos do poder público, as condições de trabalho e a produtividade tendem a aumentar, despertando um interesse cada vez maior nas pessoas em praticar a atividade. Diminuição das inseguranças e aumento dos incentivos são os fatores chave para a elaboração de uma Política Pública de AU (NUGENT, 2000).

No Brasil, o governo federal, com a criação do Programa Fome Zero em 2003, decidiu iniciar os estímulos à AU como estratégica para a Política Nacional de Segurança Alimentar, visando reduzir a insegurança alimentar nas periferias das grandes cidades através da criação de alternativas para as famílias produzirem alimentos para o autoconsumo e gerar renda (MOREIRA, 2009).

O Fome Zero é uma das estratégias do governo federal para a promoção da segurança alimentar e nutricional no país e está articulado em torno de quatro eixos: acesso a alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social. Dentro desses quatro eixos, o objetivo é que os diversos ministérios possam atuar de forma integrada através de programas e ações inseridas em desses quatro eixos. A agricultura urbana está inserida como uma das ações do eixo de acesso a alimentos. Como objetivos principais, estão o autoconsumo e o abastecimento de cozinhas comunitárias e restaurantes populares.

Enquanto política pública a agricultura urbana está inserida no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dentro da linha de trabalho da Segurança Alimentar, como projeto que visa estimular a produção orgânica de alimentos nas grandes cidades. Os objetivos são o auto consumo e o abastecimento das Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares, PAA e venda do excedente no mercado local - Feiras Populares. Os resultados pretendidos são: inclusão social, melhoria da alimentação, geração de trabalho e renda dos envolvidos (MDS, 2012).

As Cozinhas Comunitárias e os Restaurantes Populares fazem parte da Rede de Equipamentos Públicos de apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos, que visa promover o acesso à alimentação às populações de baixa renda. Esses Equipamentos são destinados ao preparo de refeições comercializadas a preços acessíveis ou distribuídas gratuitamente a população em situação de vulnerabilidade social. As Cozinhas Comunitárias devem produzir no mínimo 100 refeições por dia e devem estar instaladas em regiões com baixo IDH, como bolsões de pobreza, periferias e regiões metropolitanas (MDS, 2012)

Os Restaurantes Populares têm o mesmo objetivo das Cozinhas Comunitárias, porém são de maior porte. Devem produzir no mínimo 1.000 refeições por dia e devem estar localizados nos centros urbanos ou em locais de grande fluxo de pessoas para que tenham maior alcance entre as populações de baixa renda.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por sua vez, é um Programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ligado às ações do Fome Zero. O PAA foi criado em 2003 e tem como objetivo garantir o acesso ao alimento em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. O programa funciona através de apoio financeiro a organizações de agricultores familiares para aquisição de alimentos visando a formação de estoque para venda posterior, ou através de compra direta da produção da agricultura familiar em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender à demanda de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. Os produtos amparados são: arroz, castanha-de-caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, leite em pó integral, milho, sorgo e trigo.

Para ter acesso ao crédito do PAA, o agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é um instrumento de identificação do agricultor familiar (MDA, 2012).

Segundo a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural. Portanto, o agricultor urbano não é considerado agricultor familiar para efeito de acesso aos benefícios do Governo Federal. Logo, há uma contradição quando se diz, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social, que a agricultura urbana pode participar do Programa de Aquisição de Alimentos, quando existem impedimentos legais para que o agricultor urbano acesse este benefício. O que de fato acontece é que o agricultor urbano não pode acessar hoje nenhum dos benefícios oferecidos pelo Ministério da Agricultura.

A via de acesso a recursos federais pelo agricultor urbano é através de Editais do MDS, que disponibiliza recursos através de editais de financiamento de projetos de agricultura urbana. No entanto, somente órgãos da administração direta ou indireta, dos Estados e Distrito Federal podem se candidatar inscrevendo projetos de apoio à AU, ou seja, individualmente o agricultor urbano não pode acessar os recursos do governo federal nem para a agricultura familiar, nem para a agricultura urbana.

No entanto, essa questão vem sendo discutida pelos grupos de agricultores mais organizados e inclusive pelo MDS. O III Seminário Latino Americano e Caribenho de Agricultura Urbana, organizado por esse Ministério e realizado em novembro de 2012, debateu sobre a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana,

sendo a revisão dos critérios de acesso aos programas de apoio à agricultura familiar, um dos pontos a serem trabalhados para a ampliação dos benefícios para o agricultor urbano. Foi divulgado nesse evento que o apoio à AU já faz parte do Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012-2015, o que demonstra que a atividade vem ganhando importância no nível federal. O MDS atualmente vem trabalhando na elaboração de uma Portaria para regular o seu Programa e Política de Agricultura Urbana e Periurbana, que pode se configurar como o primeiro passo para a institucionalização das ações de apoio à AUP.

4. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS: UMA ESTRATÉGIA PARA O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a definição das diretrizes que devem estar presentes em uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador, será utilizado nesse trabalho o método da Análise Prospectiva para Construção de Cenários. Esse método foi o escolhido por ser eficiente quando é necessário um planejamento de longo prazo.

As técnicas prospectivas começaram a ser utilizadas durante a Segunda Guerra Mundial pelos Estados Unidos como um mecanismo de apoio à formulação de estratégias bélicas. Nos anos 70, a técnica de cenários passou a ser utilizada em grandes empresas, para elaborar estratégias de expansão de multinacionais. Nas últimas décadas, essa técnica vem se consolidando como elemento de apoio ao planejamento territorial (BUARQUE, 2003).

A atitude prospectiva foi descrita por Gaston Berger em 1975, (MARCIAL, 2005) para apresentar uma nova forma de enxergar o futuro, considerando a interação entre fatores, analisando tendências e levando em conta o gênero humano como agente modificador do futuro. Berger considera que o futuro é a razão de ser do presente, pois muitas das atitudes atuais são justificadas pelos projetos que se tem em médio ou longo prazo (GODET , 2007).

Na previsão clássica, o passado era o principal e muitas vezes o único determinante do futuro. A análise prospectiva, por sua vez, busca a compreensão sistêmica do presente para analisar o rebatimento da conjuntura atual num futuro determinado, sobre algum fator específico.

O termo “prospectivo” tem tradução idêntica em todas as línguas latinas e utiliza-se comumente para designar a “*disciplina que se dedica à antecipação para clarificar a ação presente à luz dos futuros possíveis e desejáveis*” (GODET , 2007).

A análise prospectiva é utilizada para a construção de cenários, que longe de serem previsões do futuro, são descrições de qual seria a situação se acontecessem certos fatos possíveis. Com os cenários, os tomadores de decisões podem planejar ações, tendo compreensão dos possíveis desdobramentos na direção do cenário desejado (SOUZA, 2009). Dessa forma, evita-se que se atue apenas na resolução de crises.

O Quadro 4 abaixo mostra as principais diferenças entre as visões baseadas na previsão e na prospecção.

Quadro 4 – Diferenças entre as visões baseadas na previsão e na prospecção

Previsão	Prospecção
Concentra-se nas certezas, oculta-se as incertezas.	Concentra-se nas incertezas, legitimando o seu reconhecimento.
Origina prospecções sobre um único ponto e lineares.	Origina imagens diversas, mas lógicas, do futuro.
Privilegia as continuidades.	Toma em consideração as rupturas.
Afirma o primado do qualitativo sobre o quantitativo.	Alia qualitativo e quantitativo.
Oculta os riscos.	Sublinha os riscos.
Favorece a inércia.	Favorece uma atitude de Flexibilidade e o espírito de Responsabilidade.
Parte do que é simples para o que é complexo.	Parte do que é complexo para o que é simples.
Adota uma abordagem normalmente setorial.	Adota uma abordagem global.

Fonte: Schwartz (1996) *apud* DPP (1997).

Segundo Marcial (2005), o homem pode assumir as seguintes atitudes perante o futuro: construir o futuro, influenciar na sua construção, reduzir os riscos do futuro incerto ou ficar refém do mesmo. Os cenários prospectivos têm como objetivo final planejar o futuro, eliminando assim esta última hipótese.

Diversas metodologias para a elaboração de cenários prospectivos vêm sendo desenvolvidas e utilizadas desde o início da sua aplicação, apesar das bases serem bastante parecidas.

Os estudos regionais com base na metodologia de cenários começaram a ser desenvolvidos no Brasil nos anos de 1990, para a definição de prioridades estratégicas, especialmente após a implantação do Plano Real, quando a estabilização econômica abriu maiores possibilidades para o pensamento de longo prazo. Em 1998, foi realizado o Projeto "Brasil 2020", implementado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, utilizando essa técnica (BUARQUE, 2003).

No documento Cenários Exploratórios de Minas Gerais - 2007-2023, a Macroplan (2007) realizou um estudo para a revisão de quatro cenários para o Estado de Minas Gerais que haviam sido colocados em 2003. Quatro anos depois, a trajetória do

estado foi analisada à luz de novas incertezas e variáveis, que possam ter modificado o caminho proposto na análise anterior. Essa reavaliação periódica dos cenários se faz necessária, pois os cenários não são uma previsão do futuro e sim indicam tendências possíveis ou prováveis. Uma vez que a realidade se modifique à revelia do que foi planejado, os cenários devem ser reavaliados, bem como os caminhos para se chegar à realidade desejada. Segundo a Macroplan (2007):

cenário é a descrição de um futuro possível, provável ou desejável para um sistema e seu contexto, e do caminho ou trajetória que o conecta com a situação inicial desse sistema e contexto. São hipóteses, e não teses; são narrativas, e não teorias; são divergentes e não convergentes.

A metodologia utilizada pela Macroplan pode ser resumida em seis passos conforme apresentado no Quadro 5 (MACROPLAN, 2007).

Quadro 5–Metodologia da Macroplan para Construção de Cenários

Fase do estudo	Atividade
Estudo retrospectivo	Análise da evolução política, econômica e social, avaliando as variáveis de mudança e permanência no ambiente que influenciam no objeto de estudo.
Descrição da situação atual	Identifica o contexto e as principais características do objeto de estudo, possibilitando a identificação das principais variáveis e atores.
Mapeamento dos principais condicionantes do futuro	Permite a identificação dos fatores de inércia, atores mais relevantes e as incertezas críticas fundamentais no processo de geração de cenários.
Matriz de combinação de incertezas	Técnica que permite, a partir dos condicionantes mapeados, estabelecer incertezas críticas-síntese na forma de dois eixos ortogonais, que por meio de suas combinações, geram a base para os cenários.
Desenvolvimento e quantificação dos cenários	Detalhamento dos cenários e quantificação com indicadores previamente escolhidos, de forma indicativa
Focalização dos cenários	Aprofunda o entendimento da filosofia de cada cenário, sendo uma das formas de análise, a técnica da Análise Estrutural ² , que identifica o grau de dependência e influência entre as variáveis de cada sistema.

Fonte: Macroplan, 2007.

² A análise estruturada é uma metodologia de análise de discurso onde se trabalha graficamente as informações recebidas através de diagramas de fluxos de informações.

Para a construção dos cenários é fundamental identificar os fatores que exercem maior influência sobre o objeto estudado. Segundo Marcial (2005) existem fatores que guardam em si aspectos fortemente influenciadores do futuro. São eles:

- a. As estratégias dos atores, que são as ações que os atores envolvidos realizam para atingir os seus objetivos e as interações entre elas.
- b. As tendências de peso, que são perspectivas consolidadas o bastante para admitir sua permanência no período considerado.
- c. Os elementos predeterminados, que são os elementos conhecidos e que interferem no comportamento de muitas variáveis.
- d. Os fatos portadores de futuro que são as incertezas, os eventos inevitáveis (mas que não se tem certeza de quando vão acontecer), os eventos imprevisíveis e outros.

A identificação dos principais fatores de influência sobre o objeto, ou forças motrizes, constitui-se em uma parte fundamental do processo de construção de cenários. Essa definição não deve ser feita por uma só pessoa, mas por um grupo de especialistas ou pessoas envolvidas diretamente com o objeto estudado. Isso porque as forças motrizes podem parecer óbvias para uma pessoa e oculta para outras (STURARI, 2008). Nessa fase, normalmente são realizadas as entrevistas e seminários de prospectiva, onde se busca identificar as forças motrizes e captar da forma mais ampla possível a visão e as estratégias de enfrentamento dos principais atores que atuam sobre o objeto.

Um dos métodos bastante utilizado é o método Grumbach, que foi desenvolvido em 1996, por Raul Grumbach, influenciado, dentre outros, por Michel Godet. A principal ferramenta para aplicação desse método é um software que foi desenvolvido especialmente com esse objetivo. Os grupos de atores envolvidos são: o decisor estratégico, que é a pessoa de maior poder na instituição que se pretende estudar; o grupo de controle, que são pessoas que conduzirão a execução dos processos; os peritos, consultores externos à instituição (QSP, 2012).

Como em todos os métodos citados, o primeiro passo é a realização de um diagnóstico completo da instituição sobre a qual se deseja trabalhar. Após o diagnóstico, busca-se extrair os pontos fortes e fracos da instituição, as oportunidades e os limites para se chegar ao cenário desejado. Na terceira fase,

busca-se estabelecer medidas de curto, médio e longo prazos, baseados em uma visão atual do sistema e do ambiente e na geração e interpretação de cenários prospectivos, através dos métodos Delphi e Matriz de impactos cruzados, com auxílio do software Puma (QSP, 2012).

Ao final, são estabelecidos três cenários: o mais provável, o ideal e o de tendência, que é o que provavelmente ocorrerá se o curso dos acontecimentos se mantiver como no momento presente. Estabelecidos os cenários e as medidas, é elaborado um documento chamado Plano Estratégico, que deve ser submetido à aprovação do decisor estratégico (QSP, 2012).

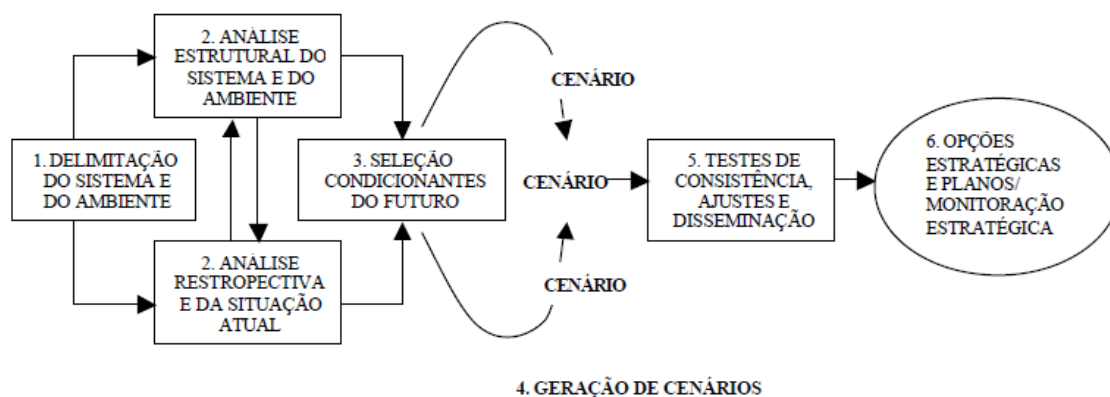
4.1. Construção de Cenários segundo o Método de Michel Godet

Michel Godet é francês, economista e professor do Conservatório Nacional de Artes e Negócios, onde ocupa a cadeira de Prospectiva Estratégica. É membro do Conselho de Análise Econômica, que se reporta ao Primeiro Ministro da França. Nos últimos 20 (vinte) anos, tem prestado consultoria a grandes empresas como BASF, AXA e Renault e para o próprio governo francês (LA PROSPECTIVE, 2012).

É justamente essa aproximação com o governo que tem levado alguns críticos a questionarem a isenção dos seus estudos e falas públicas. Segundo Lambert (2012) em artigo para o Jornal Le Monde Diplomatique, diversos economistas, entre eles Godet, usa de metodologias e relatórios, supostamente isentos, para legitimar as decisões políticas do governo, inclusive em questões relacionadas às últimas crises econômicas pela qual tem passado a Europa.

Dentro dessa perspectiva, Godet estaria fazendo mau uso da sua própria metodologia, mostrando assim que a construção de cenários pode ser fortemente influenciada pelo executor da técnica, intencional ou não intencionalmente.

Figura 5 – Fases do Método descrito por Godet



Fonte: Godet, 2007 *apud* Stollenwerw in Marcial, p.71.

No livro *Prospectiva Estratégica*, Michel Godet (2007) conceitua o termo e propõe uma metodologia que pode ser usada em empresas e no Planejamento Territorial.

Segundo Godet (2007), um cenário é um conjunto formado pela descrição de uma situação futura (desejada ou não) e pela cadeia de acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura. Portanto, os cenários irão embasar a construção do planejamento estratégico.

Os cenários podem ser divididos em dois grandes grupos: os cenários exploratórios e os de antecipação ou normativos. Os cenários exploratórios são aqueles baseados em tendências passadas e presentes, que conduzem a um futuro verossímil. Os de antecipação, adotados nesse trabalho, são aqueles que, considerando as tendências passadas e presentes, partem de imagens alternativas para chegar a um futuro desejado. Ou seja, o objetivo não é somente identificar as principais tendências naturais de futuro, mas apontar caminhos para que um futuro desejado aconteça.

O processo que conduz à construção dos cenários possui várias fases, podendo ser agrupadas em duas principais:

- Fase exploratória - É a fase onde se estuda o objeto como um todo e se identificam os desafios para o futuro.

- Fase normativa - É a fase da definição das escolhas estratégicas, possíveis e desejáveis.

Segundo Godet (2007), para que a elaboração das estratégias da construção de um cenário seja exercida com eficácia, há que se ter em conta cinco ideias chave para a elaboração da prospectiva estratégica:

1. O mundo muda, mas os problemas mantêm-se

Em outras palavras, é fundamental buscar o distanciamento histórico quando se pretende projetar um futuro. Ao longo da História, é possível observar que alguns comportamentos humanos permanecem inalterados com o passar dos anos. Também os ciclos como os econômicos, tecnológicos e climáticos devem ser considerados para que se possa ser, na medida do possível, imparcial frente ao futuro evitando super estimar os fatos presentes.

2. O futuro, fruto do acaso, da necessidade e da vontade

Em alguns momentos, mesmo nas situações mais previsíveis, acontecem rupturas, imprevisibilidades. Não é possível imaginar todas as rupturas possíveis, porém é necessário identificar as rupturas potenciais, os caminhos que conduzem a elas e as suas consequências.

3. Contra a complicação do complexo

Em outras palavras, não se deve utilizar instrumentos complicados para trabalhar a realidade que é complexa. Não confundir complexidade com complicação.

4. Colocar as boas questões e desconfiar das ideias feitas

Deve-se fugir da tirania das ideias dominantes. Quando se fala muito em uma determinada ideia, é difícil reconhecer outros pontos de vista. É necessário que o pesquisador se pergunte porque determinadas questões nunca são abordadas.

5. Da antecipação à ação por via da apropriação

É necessário que a ação individual seja motivada por um projeto global, portanto, é indispensável que o grupo foco das ações compreenda se aproprie das ideias antes que elas sejam postas em prática, pois sem isso não se consegue sucesso no projeto.

5. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida considerando uma abordagem multidisciplinar, uma vez que para o estudo dos desafios e oportunidades para a formulação de uma política pública de agricultura urbana orgânica em Salvador devem ser avaliados diversos fatores, a exemplo dos urbanísticos, sanitários, legais, sociais, culturais, econômicos e comportamentais.

A metodologia utilizada neste trabalho foi composta pelas seguintes fases (Quadro 6):

Quadro 6 – Fases da pesquisa

Fase	Técnicas de pesquisa	Objetivos
1.	Pesquisa bibliográfica e documental	Identificar as categorias analíticas a serem consideradas na análise do objeto de pesquisa e os documentos legais e institucionais referentes à agricultura urbana no Brasil e em Salvador.
2.	Visitas exploratórias	Aproximar-se do objeto, visando entender a realidade de agricultura urbana em Salvador e identificar os principais atores atuantes.
3.	Entrevistas com informantes-chave	Identificar as variáveis-chave para a construção de uma Política Pública de AUO em complementaridade à pesquisa bibliográfica e documental.
4.	1ª Oficina com atores da Agricultura Urbana em Salvador	Validar as variáveis-chave, analisar as influências e interdependências entre as variáveis, identificar possíveis atores na construção de uma Política Pública de AUO em Salvador.
5.	Construção dos cenários para a AUO em Salvador	Propor cenários para a AUO em Salvador, considerando perspectivas positivas e negativas sob o aspecto da construção de uma Política Pública de AU nos três níveis de governo.
6.	2ª Oficina com atores da Agricultura Urbana em Salvador	Validar e revisar as relações de influência e dependência entre as variáveis-chave encontradas na 1ª Oficina e validar os cenários propostos.
7.	Construção dos princípios e diretrizes para a AUO em Salvador	Analisar os resultados obtidos nas etapas anteriores, sistematizar os princípios e diretrizes para uma Política Pública de AU em Salvador.

Fonte: Própria

5.1. Identificação das categorias analíticas

O estudo envolveu a coleta de dados e informações segundo as categorias de análise definidas no marco conceitual, as quais expressam os fatores que influenciam a formulação de uma política pública de agricultura urbana orgânica.

As categorias de análise foram elaboradas a partir da revisão bibliográfica acerca do tema agricultura urbana de produção orgânica, focando aspectos relacionados direta ou indiretamente às políticas públicas. Para a elaboração das categorias principais foram selecionados os aspectos mais citados na literatura e considerados importantes para o sucesso da atividade. Cada categoria conta com um conjunto de variáveis que representam aspectos que podem influenciar nas categorias.

Por meio das pesquisas bibliográficas e documentais foi possível identificar diversos fatores que podem influenciar na elaboração de uma política pública de agricultura urbana orgânica, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Categorias e variáveis de estudo sobre política pública de agricultura urbana

Objeto	Categorias analíticas	Variáveis
Agricultura Urbana Orgânica	Regulação urbana	Planejamento e gestão
		Uso e ocupação do solo
		Acesso à terra (posse, distribuição e disponibilidade)
		Marco legal e institucional (urbano, sanitário e ambiental)
	Segurança Alimentar	Abastecimento
		Estado nutricional
		Preço do produto
		Qualidade e diversidade do produto
	Meio ambiente natural e infraestrutura de serviços	Abastecimento de água e irrigação
		Proteção e sustentabilidade ambiental
		Manejo dos resíduos
		Reuso de águas residuais
		Uso da energia (eficiência energética e ciclo de vida dos produtos)
	Política setorial	Insumos (sementes, fertilizantes, etc.)
		Planejamento e gestão
		Assistência técnica
		Marco legal e institucional
		Comunicação e informação social
		Recursos financeiros
	Organização social	Associativismo
Liderança		
Escoamento da produção (logística de venda e distribuição)		
Comunicação e informação		
Gerenciamento da qualidade e diversidade da produção		

Fonte: Própria.

O estudo dos fatores que influenciam sobre o objeto visa identificar o contexto e delimitar o objeto de estudo, identificando quais são as principais variáveis e os principais atores. Para a construção de cenários essa fase exploratória, onde se estuda o objeto como um todo, é essencial para que o desenvolvimento do trabalho se dê de forma consistente.

Para a delimitação do objeto, foi construído um panorama da agricultura urbana em Salvador, buscando fazer uma análise retrospectiva e da situação atual daqueles fatores que podem influenciar diretamente sobre a AU em Salvador.

5.2. Visitas Exploratórias

Durante a pesquisa, foram realizadas visitas exploratórias em três hortas de Salvador, visando conseguir uma maior aproximação do objeto. Nessas visitas, buscou-se manter conversas informais com os agricultores a fim de deixá-los mais à vontade para a próxima fase, que seriam as entrevistas.

A escolha das hortas se deu pelas suas diferentes características. Buscou-se uma horta de produção orgânica, uma horta unifamiliar e uma horta coletiva criada pelo poder público para se conseguir uma amostra das diferentes realidades encontradas em Salvador.

Foram visitadas as seguintes hortas:

- **HORTIVASF**

Localizada na Estrada da Muriçoca, o terreno é de propriedade da Chesf e possui aproximadamente 12.500m² (Figura 6). Através de um projeto em parceria com a Igreja Católica, os agricultores foram selecionados entre os moradores da invasão ao lado do terreno, chamada Vila São Francisco, para participarem de um treinamento sobre técnicas de cultivo orgânico. Segundo relatos, foram cadastradas 100 pessoas, sendo selecionadas apenas cerca de 20. O terreno foi distribuído entre as famílias, e a partir daí eles teriam direito de cultivar a terra e vender ou consumir os produtos, desde que a produção fosse orgânica.

Figura 6 - Imagem aérea da Hortivasf, na Estrada da Muriçoca



Fonte: Google Earth, 2008.

Os produtores não são cooperados, cada um cultiva a sua parte e comercializa e/ou consome o que produz. Apenas os benefícios oferecidos pela Chesf (sementes, ferramentas, etc.) são divididos igualmente entre eles.

Os agricultores que ali trabalham, não possuem na agricultura a única fonte de renda familiar. Normalmente as mulheres trabalham na horta durante a semana e os homens, que têm outras atividades, trabalham nos finais de semana. Embora a presença na horta seja menor, os homens são os líderes da associação, são eles que representam os interesses coletivos fora daquele espaço de trabalho.

Um dos problemas que esses agricultores enfrentam é a proliferação de pragas no cultivo, havendo uma queixa quanto a falta de assistência técnica para resolver a questão (Figura 7).

Figura 7- Pragas na plantação



- **HORTA SÃO MARCOS**

Essa horta possui apenas uma família como responsável. Não possuem propriedade do terreno, que se constitui em área *non-aedificandi*. O responsável pela horta e sua família moram no local em uma casa de madeira devido às limitações legais impostas para construções de alvenaria no local.

O terreno é de propriedade da Chesf, porém a pessoa responsável pela horta afirmou ter comprado aquela propriedade em mãos de terceiros, que também eram agricultores. Essa horta possui cerca de 4.800m², mas segundo o agricultor que ali reside, já foi maior. A diminuição da área se deu pela pouca capacidade da família dele de cultivar áreas maiores, já que não contam com apoio de outras pessoas para ajudar no cultivo. A Chesf não oferece recursos financeiros ou insumos a esse agricultor, mas não impede que a família utilize o terreno, desde que não faça uso de agroquímicos e não construa em alvenaria.

Essa horta está localizada próxima a Hortivasf como pode ser visto na Figura 8.

Figura 8 - Imagem aérea das hortas próximas à Subestação da Chesf, em São Marcos



Fonte: Google Earth, 2008.

- **APROMOL**

A horta da Associação do Condomínio Moradas da Lagoa (Apromol), foi criada em 1999, num convênio entre a ONG Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM), a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), a para a construção de moradia para moradores de rua e pessoas em situação de extrema pobreza no bairro de Alto de Coutos, através do Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH). De acordo com a CDM, 36 famílias Segundo dois dos entrevistados, na época do cadastramento, muitos moradores não tinham qualificação para conseguir emprego e viviam de atividades informais ligadas ao bairro onde estavam. O Governo do Estado da Bahia realizou então, um convênio com uma fábrica de móveis para que se instalasse naquele local e contratasse parte dessas pessoas para trabalhar na fábrica, mediante treinamento prévio. No entanto, alguns deles, com nível de escolaridade muito baixo, alguns analfabetos, não

puderam ser contratados por não conseguirem acompanhar o treinamento ou não preencherem os requisitos mínimos exigidos pela fábrica. Segundo uma das entrevistadas, através da mediação de um padre, a Conder cedeu um terreno para que aqueles moradores que não pudessem ser absorvidos pela fábrica e tivessem interesse, pudessem trabalhar com agricultura. Muitos aceitaram a proposta e participaram do treinamento com técnicos da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (Seagri) e Conder.

Essa é a maior entre as hortas visitadas, com um terreno de aproximadamente 13.600m² (Figura 9).

Figura 9 - Imagem aérea da APROMOL



Fonte: Google Earth, 2011.

5.3. Entrevistas

Uma vez identificados, de modo geral, as principais potencialidades e os pontos de entrave para o desenvolvimento da AU em Salvador, foram realizadas entrevistas com o objetivo de identificar de que forma cada um dos principais atores está inserido no contexto da AU em Salvador e quais são as principais ideias-chave, na visão deles, que estão ligadas à AU. Para isso, estabeleceu-se a realização de no

mínimo de três entrevistas por ator social. Para a escolha dos atores foi levada em consideração toda a cadeia de influência da agricultura urbana em Salvador. Desse modo, foram selecionadas três seguimentos sociais:

- **Agricultores**, por serem a parte mais interessada, os executores da atividade.
- **Poder Público**, por estarem diretamente ligados às questões políticas e de apoio à agricultura urbana.
- **Consumidores**, uma vez que o foco do trabalho é a agricultura urbana não somente para subsistência, mas para geração de renda.

A seguir são descritos os procedimentos adotados para a realização das entrevistas segundo os atores sociais:

- **Agricultores**

Foram entrevistados seis agricultores em três hortas urbanas de Salvador, sendo que apenas quatro deles responderam a todas as perguntas. Foi aplicada uma entrevista semiestruturada, sendo que algumas perguntas foram feitas a alguns agricultores e não a outros, dependendo do andamento da entrevista.

Para facilitar a entrada na horta e ganhar a confiança do entrevistado, todas as entrevistas foram previamente agendadas, de modo que a visita não fosse atrapalhar as atividades normais dos agricultores e assim eles dispusessem de mais tempo para a entrevista.

Os entrevistados foram selecionados de acordo com o tipo de horta, a saber:

- Uma horta orgânica.
- Uma horta convencional em área *non aedificandi*.
- Uma horta comunitária.

De um modo geral, os agricultores foram receptivos e não ocorreram contratemplos.

- **Poder Público**

Foram entrevistados 3 profissionais atuantes na EBDA e na Seagri, diretamente ligados às ações de agricultura urbana em Salvador.

- **Consumidores (associações, feirantes, comprador individual)**

Foram entrevistados 6 feirantes: 1 do Mercado do Ogunjá, 1 da Feira de São Joaquim e 4 da Ceasinha do Rio Vermelho, todos trabalham com venda de hortifrúti. Os feirantes foram entrevistados a partir de formulário com perguntas estruturadas e

as respostas foram anotadas pelo entrevistador. Os feirantes também foram receptivos, apesar do pouco tempo que, de um modo geral, dispunham para a entrevista.

As perguntas realizadas nas entrevistas, abertas e fechadas, foram definidas a partir das categorias analíticas e das informações necessárias para a construção de cenários.

As entrevistas foram gravadas e transcritas e a partir delas foram extraídas informações necessárias para o estudo.

5.3.1. Discurso do Sujeito Coletivo

Para a análise das entrevistas foi utilizado o método de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para a construção de um discurso único, de onde são extraídas as principais ideias colocadas por eles (LEFÉVRE & LEFÉVRE, 2003).

Essa metodologia busca a obtenção de uma soma de ideias sobre determinado problema. As perguntas são abertas, e o entrevistado deve poder se manifestar mais ou menos livremente, para que haja um discurso. Feitas as perguntas, é necessário agrupá-las de modo que formem apenas um discurso, que expresse o pensamento de uma coletividade. Isso é feito basicamente através da extração de ideias-chave, de sínteses contidas em cada um dos discursos obtidos. O Discurso do Sujeito Coletivo se utiliza das seguintes figuras metodológicas (LEFÉVRE & LEFÉVRE, 2003):

- **Expressões-chave**

São trechos do discurso que devem ser destacadas e que revelam a essência do depoimento. As expressões chave devem ser sempre literais, pois é por meio delas que serão construídas as ideias centrais e as ancoragens. É importante que não sejam modificadas, para que não se perca o seu real significado nas etapas seguintes.

- **Ideias centrais ou ideias-chave**

São expressões que descrevem de maneira sintética o sentido do discurso analisado. Não são uma interpretação do que foi dito, mas uma descrição do sentido do depoimento. São as ideias mais importantes do depoimento, o que fica quando se eliminam as informações supérfluas.

- **Ancoragem**

É uma ideia, o pressuposto, teoria, hipótese ou conceito sob a qual a ideia está alicerçada.

- **Discurso do Sujeito Coletivo**

É um discurso síntese, composto pelas expressões-chave, que têm a mesma ideia central ou ancoragem. Identificadas as essências de cada um dos depoimentos, é possível agrupar, ou categorizar aqueles que possuem a mesma essência, ou ideias semelhantes, podendo assim ser somados em um único discurso.

No DSC, os depoimentos não se anulam ao serem encaixados em uma categoria, pois o objetivo é que se produzam tantos discursos-síntese quanto necessários para representar, fidedignamente uma determinada ideia expressa coletivamente (LEFÉVRE & LEFÉVRE, 2003).

5.4. Construção Participativa de Cenários para a Agricultura Urbana em Salvador

Para a construção de cenários fez-se uso de técnicas de pesquisa e estratégias provenientes e adaptadas da revisão de literatura. Além da articulação com a metodologia de Godet (2007) de construção de cenários e do Discurso de Sujeito Coletivo (LEFÉVRE & LEFÉVRE, 2003) para a identificação das ideias-chaves, fez-se uso das recomendações existentes na publicação **Identificación participativa y análisis de actores de la agricultura urbana** (IPES, 2007), que apresenta um conjunto de experiências de implementação de políticas públicas de agricultura urbana em diversas cidades e países, a exemplo de Lima (Peru), Bogotá (Colômbia) e Belo Horizonte (Brasil). Também se utilizou a metodologia da Macroplan (2007) para a identificação das principais condicionantes endógenas e exógenas do futuro da agricultura urbana de Salvador.

De acordo com as metodologias estudadas é imprescindível a participação dos atores envolvidos com o objeto de estudo no processo de construção de cenários. Para isso, foram realizadas duas oficinas com representantes dos principais atores sociais identificados na fase anterior. A primeira oficina teve os seguintes objetivos:

- validar as conclusões extraídas da revisão bibliográfica e das entrevistas;

- validar as ideias-chaves de influência no tema de estudos identificadas nas entrevistas;
- construir a matriz de influência sobre as políticas públicas de AU em Salvador;
- identificar as forças motrizes que influenciam no tema em estudo.

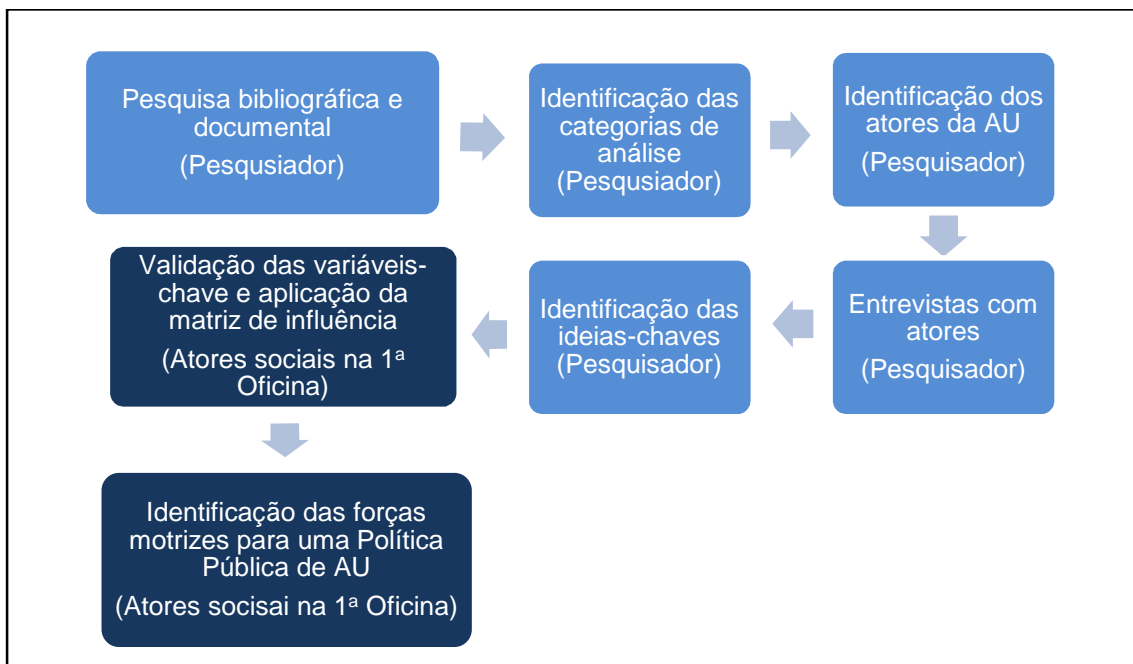
A segunda oficina buscou construir os cenários para a Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador. Para tanto, anteriormente, foi feito um exame dos principais fatores de risco e, com o uso da metodologia da Macroplan (2007), já citada, foram identificadas as principais condicionantes endógenas e exógenas do futuro da agricultura urbana de Salvador. A partir daí fez-se uma proposta de cenários que foi levada para discussão junto aos atores sociais na segunda oficina.

5.4.1. Identificação de Variáveis-chave e Construção de Matriz de Influência

Com a pesquisa bibliográfica e documental e a realização da pesquisa exploratória foi possível familiarizar-se com a temática da agricultura urbana e identificar as principais categorias de análise do fenômeno, já apresentadas no item 5.1. Por meio da entrevista foram extraídas as ideias-chave com o uso da análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Com as ideias-chave identificadas fez-se uma discussão com os participantes na 1ª Oficina de forma a validá-las. A partir daí construiu-se a Matriz de Influência das ideias-chave, que nesse ponto passaram a ser intituladas de variáveis-chaves, segundo a metodologia de construção de cenários desenvolvida por Godet (2007). Com o resultado da Matriz foi possível identificar as principais forças motrizes atuantes sobre a agricultura urbana em Salvador, que podem interferir nos cenários futuros e na política pública da área (Figura 10).

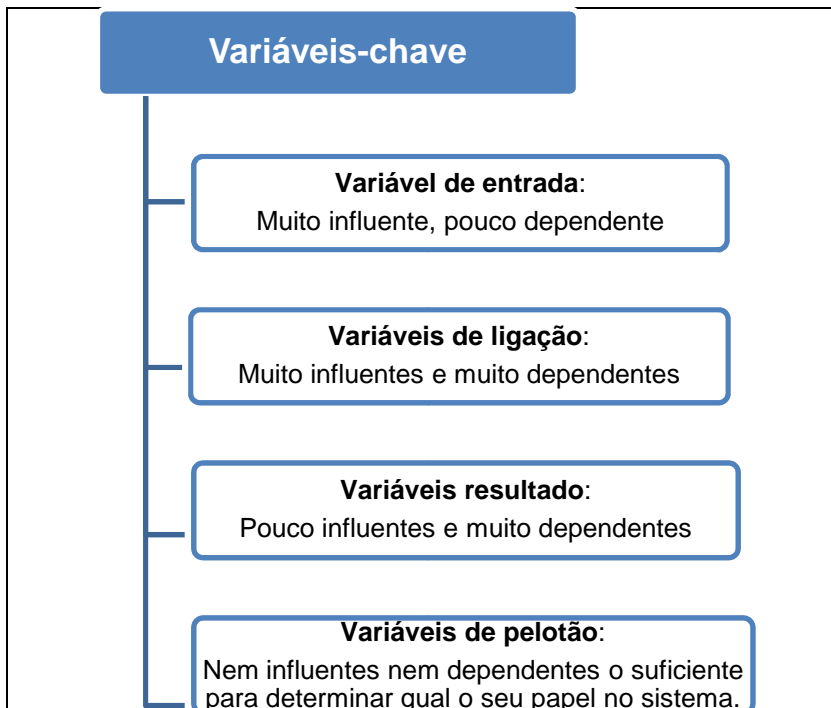
Figura 10 – Esquema da Identificação de Variáveis-chave e Construção da Matriz de Influência



Fonte: Própria.

A matriz de influência tem como objetivo analisar as variáveis que mais exercem influência sobre o sistema (no caso, a agricultura urbana em Salvador) e quais aquelas que mais dependem das outras variáveis para acontecer. Segundo a técnica de Godet (2007), além do grau de influência de uma variável sobre as outras, a Matriz também fornece informações sobre a função de cada variável no sistema. De acordo com o seu grau de influência ou dependência, as variáveis podem ser classificadas em variável de entrada, de ligação, de resultado e de pelotão, conforme apresentado na Figura 11.

Figura 11 – Tipo de variáveis-chave segundo grau de influência



Fonte: Própria.

São características das variáveis as seguintes:

- **Variável de entrada:** muito influente e pouco dependente. Pode ser considerada explicativa do sistema e condiciona a dinâmica do conjunto, devendo ser objeto de ações prioritárias.
- **Variável de ligação:** muito influente e muito dependente e, portanto, instável. Deve-se ter em conta que as ações sobre ela repercutirão sobre outras variáveis e terão efeitos de retroação sobre ela própria, modificando assim profundamente a dinâmica global do sistema.
- **Variável resultado:** Pouco influente e muito dependente. Sua evolução explica-se pelo impacto de outras variáveis sobre ela, principalmente as de entrada e de ligação.
- **Variável de pelotão:** Não são influentes nem dependentes o suficiente para que se possa tirar uma conclusão sobre o seu papel no sistema.

Na Matriz, para cada variável são atribuídos pontos de 0 a 3. No eixo x, as variáveis são classificadas de acordo com a sua dependência com relação às variáveis do eixo y. No eixo y, elas são classificadas de acordo com a sua influência. Ou seja, quanto mais influente for a variável, maior a sua pontuação no eixo y e quanto mais dependente, maior a sua pontuação no eixo x. Quando as mesmas variáveis se cruzam, o valor da pontuação deverá ser igual a 0.

Para o preenchimento da Matriz são feitas perguntas aos participantes de forma cruzada, como por exemplo: "qual o nível de influência da variável **A** sobre a variável **B**?". Se a influência for fraca, atribui-se valor 1; se for média, atribui-se valor 2; e se for forte, atribui-se valor 3. Quando as variáveis se cruzam entre elas mesmas, atribui-se o valor 0.

Um exemplo dessa aplicação pode ser visto na Figura 11. Nela, foi considerada a existência de quatro variáveis-chave (A,B,C e D). Ao final de cada linha, obtêm-se o somatório dos pontos estabelecidos acerca da influência ou dependência de cada variável. No caso em questão a conclusão que se chega é a de que a variável C é a mais influente e a B a mais dependente.

Figura 12 – Exemplo de Matriz de Influência Segundo Variáveis-chave

		Variáveis dependentes				Σ
		A	B	C	D	
Variáveis influentes	A	0	4	0		4
	B	2	0	0	2	4
	C	4	4	3	3	14
	D	2	2	0	0	4
	Σ	8	10	3	5	

Fonte: Própria, baseada em OISHI, 2012.

Para a realização da 1ª Oficina buscou-se assegurar a participação de diferentes atores sociais de forma a possibilitar visões diferenciadas sobre o objeto de discussão. Para dar início a Oficina os participantes foram convidados a se apresentarem de forma que fosse possível identificar as relações existentes entre eles sobre o objeto de estudo. Para facilitar este processo foi utilizada a técnica da teia de aranha. Essa técnica é usada para quebrar o gelo durante a apresentação dos participantes. Nela, todos ficam posicionados em círculo, de modo que todos possam ver um ao outro. O facilitador se apresenta, explica a dinâmica e entrega a ponta de um rolo de barbante a um dos participantes, que se apresenta, explica qual a sua participação dentro do contexto da agricultura urbana e passa para outro, à sua escolha, até que todos se apresentem e se forme uma teia de aranha, que simbolizará a necessidade de interação entre eles.

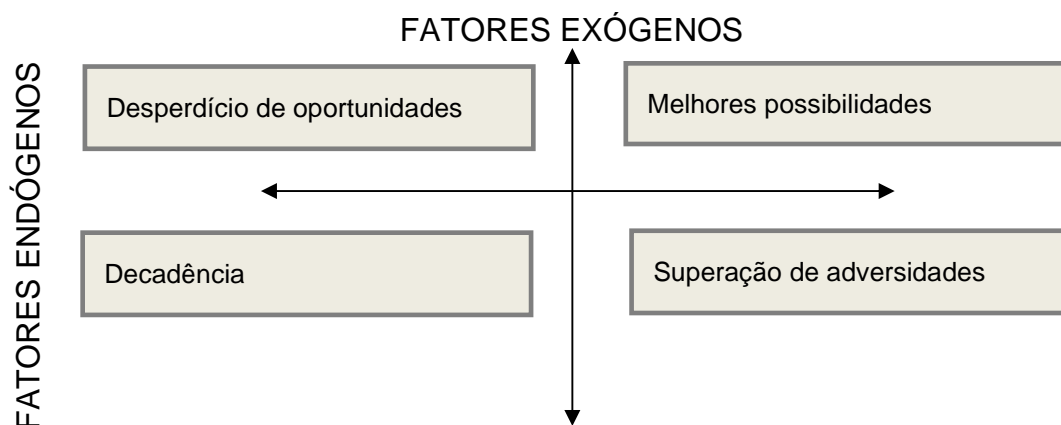
5.4.2. Construção de Cenários

Após a identificação dos principais fatores críticos para a agricultura urbana em Salvador foi feita uma caracterização das forças que podem atuar sobre cada fator e a identificação dos estados futuros possíveis para cada um. Sendo conhecidas as variáveis mais influentes e as mais dependentes, foi possível dar início a construção de cenários para uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador.

De acordo com a Metodologia Macroplan (2007) para tal construção é necessário identificar as principais condicionantes endógenas e exógenas de futuro. Por se tratar de um tema que possui influência predominantemente local, apenas os fatores endógenos a cidade de Salvador foram tratados na 1ª Oficina. Os fatores exógenos, mais relacionados às políticas nacionais, foram estudados separadamente.

Identificados os principais fatores endógenos e exógenos foi feita uma descrição dos mesmos e levantadas hipóteses positivas e negativas de futuro. Identificadas as incertezas críticas, os cenários foram propostos por meio de um gráfico cujas relações de hipóteses diferenciam os cenários futuros possíveis.

Figura 13 - Representação Gráfica de Cenários, segundo os fatores exógenos e endógenos.



Fonte: Macroplan (2007).

5.4.3. Oficina de Interação entre os Atores Sociais

Identificadas as principais variáveis-chave atuantes e propostos os cenários para uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador, a segunda oficina, que contou com a participação de representantes das mesmas categorias de atores da 1ª Oficina, teve como objetivo validar os estudos realizados e realizar os ajustes necessários.

Para isso, os resultados parciais foram apresentados aos atores que fizeram suas considerações sobre eles e em conjunto, foi definido aquele cenário considerado como desejável para o futuro da agricultura urbana em Salvador.

6. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A AGRICULTURA URBANA EM SALVADOR: A PERCEPÇÃO DE ATORES-CHAVES

6.1. A percepção de feirantes

Conforme metodologia, a percepção dos feirantes sobre a AU em Salvador foi analisada a partir de entrevistas. Além de obter um panorama sobre o conhecimento dos pequenos comerciantes com relação aos produtos cultivados em Salvador, buscou-se avaliar a receptividade dos mesmos e identificar os pensamentos dominantes sobre a atividade agrícola na cidade.

Foram realizadas cinco entrevistas, com feirantes dos mercados do Ogunjá e Rio Vermelho, espaços do Governo do Estado, onde comerciantes de produtos agrícolas, artesanato e outros têm permissão de uso para atividades comerciais de pequeno porte, em espaços delimitados chamados de "boxes".

Também, conforme a metodologia, a extração das ideias-chave sobre os desafios e oportunidades da AU em Salvador se deu por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo e da Análise de Discurso. A seguir são apresentadas as principais percepções dos feirantes sobre a temática em questão, considerando as questões-chave que podem influenciar no desenvolvimento da atividade na cidade, as quais foram identificadas na revisão da bibliografia e na pesquisa documental.

6.1.1 Conhecimento sobre a agricultura urbana em Salvador

Pôde ser observado por meio das entrevistas que a maioria dos feirantes não conhece a agricultura urbana. Apenas um entre os cinco entrevistados declarou ter conhecimento sobre a agricultura na cidade de Salvador. Inicialmente, este resultado poderia indicar que a produção agrícola urbana não é muito significativa e por isso os feirantes de alguns dos maiores mercados de Salvador não a conhecem, ou ainda que os agricultores urbanos vendem a sua produção para atravessadores, que não dizem a verdade sobre a origem dos alimentos, temendo o preconceito dos feirantes. Ao longo da pesquisa, a primeira hipótese foi confirmada. Os seguintes depoimentos podem ser destacados:

Não, aqui não. Aqui na cidade mesmo, não. **Entrevistado 01.**

Não tenho, aliás, (...) É, tenho conhecimento sim, porque existe. Existe esses tipos de hortifrúti, principalmente alface, na área aí. **Entrevistado 02.**

Não. **Entrevistado 03.**

Não. **Entrevistado 04.**

Não **Entrevistado 05.**

Para que os feirantes tomem conhecimento da AU em Salvador, uma medida importante que deverá ser tomada é a divulgação dessa atividade nos meios de comunicação.

Esse trabalho de divulgação deverá focar principalmente nas contribuições socioambientais da atividade e na higiene e segurança dos alimentos. É necessário esclarecer às pessoas que a agricultura é possível na cidade e que ela pode ajudar a preservar as áreas verdes remanescentes. Além disso, deve-se mostrar que a atividade auxilia muitas famílias que vêm do campo a se estabelecerem financeiramente no meio urbano.

Com esse apelo pela sustentabilidade urbana e contribuição social, buscar-se-á aumentar a procura, o interesse e a confiança do consumidor e dos feirantes sobre esses alimentos. Para isso, é necessário que medidas efetivas sejam tomadas em prol da AU na cidade para que a divulgação não se mostre um instrumento falso e a atividade perca ainda mais confiabilidade.

6.1.2 Confiabilidade nos produtos da agricultura urbana de Salvador

A confiabilidade dos feirantes sobre a AU de Salvador foi analisada por meio da disposição dos feirantes de comprar os produtos das hortas da cidades para a venda aos consumidores. Assim, fez-se a seguinte pergunta: Se o Sr(a) soubesse que existe horta aqui em Salvador, compraria os produtos para vender no seu box? Por quê?

Nesta questão, observa-se que a maioria dos feirantes comprariam os produtos da agricultura urbana, exceto um, que declarou conhecer cultivos urbanos dentro da cidade. As percepções extraídas são citadas a seguir:

Compraria, se tivesse qualidade, eu sei que a procura é grande... Eu compraria. **Entrevistado 01.**

Não. Eu acho que não é adequado, sei lá, ter nenhum tipo de produção aqui dentro de Salvador. Não compraria, não. (...) Poluição, esgoto, esse tipo de coisa assim. (...) É comercializado ali pela Sete Portas, por ali. Inclusive é até um alface bonito. Entendeu? É até um alface bonito e tal, mas se eu souber que é da região ali, eu não compro. **Entrevistado 02.**

Sim, compraria. Seria mais em conta pra gente não é? Consumir um produto daqui mesmo não é? Geralmente os produtos daqui vêm de fora, têm um custo mais alto, não é? E comprando daqui mesmo sairia mais em conta. **Entrevistado 03.**

Lógico, porque para a gente sai mais em conta, poderia estar aqui, estar mais perto, entendeu? **Entrevistado 04.**

Desde quando fosse uma coisa confiável, não é? Não teria problema nenhum. Porque a gente tem que saber a procedência do produto. De onde é que está vindo, como é que está sendo cultivado e etc e tal. Porque nós trabalhamos com alimento e lidamos com o que? Com saúde! Então é muito preocupante. Geralmente nossos produtos aqui, são todos de procedência. Pego assim, já sabendo de onde vem, como é o cultivo e por aí vai. **Entrevistado 05.**

O consumo de vegetais está diretamente ligado a uma ideia de alimentação saudável e os feirantes estão conectados a essa realidade, por isso consideram importante oferecer um produto de qualidade ao consumidor.

Os feirantes declararam ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a agricultura orgânica, o que leva a crer que o uso de agroquímicos não é um fator preponderante para a determinação da qualidade do alimento, mas sim a distância de outras fontes de contaminação (esgoto, solo contaminado, etc.) e ainda a aparência do produto.

Um dos feirantes declarou conhecer algumas hortas urbanas, mas apesar de o produto ter boa aparência, não compraria, pois não confia nas condições de higiene ao qual o produto está submetido. Segundo o feirante, uma das hortas se encontra próxima a um cemitério e que por isso, provavelmente, a água de irrigação e o solo estariam contaminados.

Outro feirante declarou que é grande a procura por produtos vindos de São Paulo. Apesar de serem mais caros, os clientes acreditam na melhor qualidade desses produtores. De fato, os produtos vindos dessa região, na sua maioria, possuem melhor aparência do que os locais, mas isso não garante que sejam mais saudáveis, já que não se tem informações sobre o uso de agroquímicos ou métodos e condições de cultivo e irrigação. Nenhum dos feirantes declarou que os clientes buscam saber sobre esse tipo de informação.

Há uma crença de que a cidade é um ambiente poluído, enquanto que o campo é um ambiente mais saudável e, portanto mais adequado ao cultivo de alimentos.

Outro fator importante para a escolha dos produtos que serão vendidos é o preço. Diversos autores colocaram o preço do produto como uma das principais vantagens da agricultura urbana, o que foi confirmado nas entrevistas. Observou-se que o custo do transporte é muito importante na composição do preço final, por isso a proximidade das hortas seria um fator estimulante, possibilitando o aumento da margem de lucro dos feirantes.

Portanto, é possível concluir que para serem adquiridos pelos feirantes, os produtos da agricultura urbana devem oferecer preço competitivo, higiene e boa aparência. A reunião desses três fatores, segundo a visão dos feirantes, é o que torna o produto desejado para comercialização.

A partir dos depoimentos dos feirantes foi possível extrair suas ideias-chaves sobre a AU em Salvador e a condição para seu desenvolvimento (a ancoragem, segundo a técnica da construção de cenários). A seguir são apresentadas as ideias-chave e a ancoragem sobre a AU em Salvador na percepção dos feirantes quanto à questão aqui discutida (Quadro 8):

Quadro 8 - Ideias-chave e ancoragem a confiabilidade nos produtos da AU de Salvador, na percepção dos feirantes. Salvador, 2012

Ideias-chave	1	Compraria os produtos se tivessem qualidade, se fossem confiáveis e de boa procedência.
	2	Sim, compraria, pois sairia mais em conta.
	3	Não, acho que não é adequado devido à poluição e proximidade das hortas com esgoto.
Ancoragem para a AU em Salvador	Para serem adquiridos pelos feirantes, os produtos da agricultura urbana devem oferecer qualidade, preço competitivo, e higiene.	

Fonte: Própria.

6.1.3 *Perspectivas para a agricultura urbana em Salvador*

Visando captar as percepções dos feirantes sobre as perspectivas futuras da AU em Salvador foi realizada a seguinte questão: Como o Sr(a) imagina a agricultura urbana em Salvador no futuro? O Sr(a) acha que a agricultura urbana em Salvador tem futuro? Por quê?

A partir das entrevistas foi observada grande insegurança por parte dos feirantes ao responder essa pergunta, parecendo demonstrar que nenhum deles jamais havia pensado antes sobre a questão. Pode-se concluir portanto, que a agricultura urbana, apesar de há muito tempo ser praticada na cidade, ainda é uma ideia nova para os vendedores de hortifrúti.

As percepções extraídas sobre a questão em pauta foram as citadas a seguir:

Eu acharia que esse era um grande projeto que melhorava bastante, principalmente a qualidade dos produtos, porque hoje a maior parte dos produtos "é tudo com agrotóxico", vêm do sul da Bahia. Se nós tivéssemos umas hortas mais próximas "era" melhor. No caso hortaliças, pimentões, que são horti-fruti mais fáceis, uma couve-flor, um brócolis, era uma coisa, tanto produtivo, como era mais fácil pra gente aqui trabalhar. (...) Ficava tudo mais fácil, e a qualidade, melhor³. **Entrevistado 01.**

Não. (...) Por causa do espaço, não vejo área... Não vejo assim uma área adequada que possa ter um alimento, que possa produzir qualquer coisa. Eu acho que não. **Entrevistado 02.**

Acho que não tem futuro, porque não tem como manter uma estrutura dessa dentro da própria Salvador, acho que não tem como manter não. (...) Espaço, porque geralmente, tá crescendo muito, entendeu? E vai acabar cedendo pra prédio, essas coisas. **Entrevistado 03.**

Sim, acho que se o governo der mais apoio aos pequenos produtores, der mais auxílio, acho que pode melhorar sim, a produção aqui, em Salvador, na Bahia, Recôncavo. **Entrevistado 04.**

Eu não sei, pode até ser que eu seja ignorante nesse aspecto, não é? Mas eu acho que dentro de uma cidade grande, eu acho que fica difícil, a não ser que tenha toda uma tecnologia pra que venha a ser feita essa agricultura. Porque geralmente aqui as pessoas estão mais voltadas pra... Eu acho que quando fala assim, cultivo de horta, etc. e tal eu acho que tende mais assim, pra o interior, não é? Para o campo. Que são as pessoas que já lidam com mais (...). Porque as pessoas daqui da cidade já são voltadas mais para estudar, para ter um progresso melhor. **Entrevistado 05.**

³Nessa pergunta, observa-se que um dos entrevistados associou a agricultura urbana com a produção orgânica, de modo que foi levada em consideração a importância que o mesmo deu à agricultura orgânica, embora não tenha sido esse o assunto da pergunta.

A partir dos depoimentos dos feirantes foram extraídas as ideias-chaves, sobre a AU em Salvador e a condição para seu desenvolvimento. No Quadro 9 são apresentadas as ideias-chave e a ancoragem sobre a AU em Salvador na percepção dos feirantes quanto à questão aqui discutida.

Quadro 9 - Ideias-chave e ancoragem sobre as perspectivas para a AU em Salvador, na percepção dos feirantes. Salvador, 2012

Ideias-chave	1	A agricultura urbana, se orgânica, é viável, pois melhoraria a qualidade e o acesso aos produtos.
	2	A agricultura urbana será viável se o governo oferecer mais apoio aos pequenos produtores.
	3	A agricultura urbana seria viável com o uso de novas tecnologias.
	4	A agricultura urbana não é viável pois não existem áreas adequadas para cultivo em Salvador. Não há espaço, a pressão imobiliária é grande.
	5	A agricultura urbana não é viável pois as pessoas nos grandes centros têm outros interesses.
Ancoragem para a AU em Salvador	A agricultura urbana em Salvador tem potencial de desenvolvimento, especialmente se for de produção orgânica. Para isso, é necessário apoio do governo e uso de novas tecnologias. Os principais pontos de entrave são o espaço físico, pois há pouco espaço na cidade para o cultivo de alimentos e dentre os poucos existentes, muitos não possuem requisitos de higiene ou sofrem pressão do mercado imobiliário. Outro fator limitante é a falta de interesse da população urbana nas atividades agrícolas. O cidadão urbano prefere buscar atividades mais rentáveis e que necessitem uma maior qualificação escolar.	

Fonte: Própria.

De acordo com as ideias-chaves conclui-se que, na visão dos feirantes, para que a agricultura urbana seja viável é necessário:

- apoio do governo;
- uso de novas tecnologias, adequadas para um uso agrícola no meio urbano;

- que a produção seja orgânica.

Por outro lado, os feirantes identificaram pontos de entrave para o desenvolvimento da AU em Salvador, a saber:

- falta de espaço e de áreas adequadas para cultivo.
- pressão imobiliária.
- falta de interesse da população urbana nas atividades agrícolas.

As opiniões sobre o futuro da agricultura urbana foram bastante divididas. Entre os feirantes que acreditam que a AU tem potencial de desenvolvimento, um deles destacou a possibilidade da produção orgânica, principalmente de hortaliças menores, cujo cultivo é mais fácil. Outro fator de vantagem para o cultivo desses produtos é a proximidade do local da venda. Hortaliças menores perdem o viço e estragam mais rapidamente que as verduras e frutas, por isso quanto mais frescas, mais tempo podem ficar expostas no box, diminuindo as perdas.

Outra possibilidade para o futuro da AU é a inserção de pessoas em situação de marginalidade nas atividades agrícolas. Essa visão é compartilhada inclusive pelo Poder Público, como pôde ser notado nas entrevistas. Isso mostra uma visão do agricultor urbano como alguém pobre, sem qualificação e com poucas opções de renda.

Apesar de ser uma das possibilidades de futuro relatada pelos entrevistados, essa visão pode ser justamente o principal ponto de entrave para a continuidade da AU em Salvador. A visão marginalizada da agricultura urbana pode ser um dos fatores pelos quais não haja interesse entre os filhos de agricultores em continuar com a atividade. No meio urbano, tem mais *status* social quem trabalha com atividades que exigem estudo formal. Além disso, numa economia capitalista, o poder de compra é supervalorizado, portanto é mais bem visto quem pode comprar seus alimentos ao invés de precisar produzi-los e, a agricultura urbana, por ser de pequena escala, é vista como agricultura de subsistência.

Outros pré-requisitos colocados para o futuro da AU foram o apoio do governo e o uso de novas tecnologias. A opinião sobre o apoio do governo trás em si uma crença de que a atividade não tem potencial de desenvolvimento espontâneo. O uso de novas tecnologias (sem citar quais seriam), indica a crença de que a AU não pode se desenvolver usando as técnicas tradicionais.

Dentre os feirantes, que não acreditam no futuro da agricultura urbana, foi destacado como um dos motivos a falta de espaço físico como limites à atividade na cidade. Devido ao aquecimento do mercado imobiliário pelo qual passa a cidade, existe a crença de que a agricultura urbana acabará cedendo espaço para novos edifícios. A realidade comprova que de fato, o valor da terra tem crescido muito em Salvador e há uma pressão grande por muitos desses espaços ocupados atualmente por hortas, muitos deles localizados em áreas de grande crescimento imobiliário.

Outro entrave apontado nas entrevistas foi a falta de locais com higiene adequada para o cultivo de alimentos. Como já foi observado anteriormente, a higiene é um dos principais requisitos para a determinação da qualidade do produto.

Outro fator limitante é a falta de interesse da população urbana nas atividades agrícolas. Acredita-se que o homem do campo tem mais habilidade para o manejo da terra, enquanto o cidadão urbano prefere buscar atividades mais rentáveis e que necessitem uma maior qualificação escolar, opinião essa reforçada pelo Entrevistado 01, que responde que um dos potenciais de desenvolvimento da AU seria a inserção de pessoas que vivem nas ruas nessa atividade.

6.1.4 As vantagens da agricultura urbana em Salvador

Visando captar as percepções dos feirantes sobre as vantagens da AU em Salvador realizou-se a seguinte questão: Você vê vantagens na agricultura urbana? Quais?

Segundo a percepção dos feirantes, um dos principais fatores de vantagem da AU é a proximidade com o mercado consumidor. Essa proximidade traria benefícios como a diminuição do preço do produto, a oferta de um alimento mais fresco (o que agregaria valor ao produto) e a facilidade de acesso aos alimentos. Outro fator positivo seria a possibilidade do aproveitamento de espaços ociosos na cidade e uma fonte de atividade para pessoas em situação de marginalidade. Apenas um entrevistado declarou não ver vantagem alguma na AU em Salvador.

Assim, os agricultores que vêem vantagens na agricultura urbana em relação à agricultura tradicional. Eles foram unânimes em citar a proximidade das hortas como um fator positivo, pois reduz o valor do produto e agrega qualidade devido ao frescor dos alimentos. As percepções sobre esta questão foram as citadas a seguir:

Se nós tivéssemos umas hortas aqui mais próximo era melhor, como no caso hortaliças (...) era uma coisa tanto produtivo como era mais fácil pra gente trabalhar aqui. Ficava tudo mais fácil e a qualidade melhor não é? Também tem o outro lado da saúde. (...) Eu acho vantajoso, tem muitas terras por aí improdutivas, ajudaria a tirar alguém da rua pra botar nesses lugares pra trabalhar.**Entrevistado 01.**

Vantagem nenhuma. **Entrevistado 02**

Uma vantagem seria um produto mais natural, mais fresco, entendeu? Chegaria ao mercado um produto mais fresco. (...) Outra vantagem é o produto daqui mesmo, não é? (...) Tendo aqui mesmo seria um produto mais em conta pra todo mundo.**Entrevistado 03**

Pra gente sairia mais em conta (...). Acho que pra pessoa que fornece a gente, o custo seria menor, não é? Não tem transporte, não tem produção, é outra coisa, não é?(...).**Entrevistado 04.**

A vantagem aqui na cidade é a questão de você já ter o produto com mais facilidade não é? Aqui na cidade não precisa ter talvez a questão do transporte, você facilita um pouco mais, porque não vem de tão longe. Assim, já está aqui pertinho, das pessoas... Acredito que a vantagem seja essa, não é?**Entrevistado 05.**

A partir das entrevistas junto aos dos feirantes extraiu-se as ideias-chaves, sobre as vantagens da AU em Salvador. No Quadro 10 são apresentadas as ideias-chave e a ancoragem na percepção dos feirantes quanto à questão aqui discutida.

Quadro 10 - Ideias-chave e ancoragem sobre as vantagens da AU em Salvador, na percepção dos feirantes. Salvador, 2012

Ideias-chave	1	Se as hortas fossem mais próximas dos pontos de venda, os produtos chegariam ao mercado mais baratos e mais frescos.
	2	A agricultura urbana pode dar uso a terras improdutivas na cidade.
	3	A agricultura urbana pode servir para tirar pessoas das ruas.
	4	A agricultura urbana não tem nenhuma vantagem sobre a agricultura tradicional.
Ancoragem para a AU em Salvador	O custo do transporte tem importância significativa na composição do valor final do produto, portanto uma das principais potencialidades da agricultura urbana é a possibilidade da oferta de alimentos a um preço mais baixo em função do menor custo do transporte. A agricultura urbana pode ser ainda uma possibilidade para o aproveitamento de espaços ociosos na cidade e uma atividade para pessoas em situação de rua.	

Fonte: Própria.

6.1.5 Desvantagens da agricultura urbana em Salvador

Questionados sobre as desvantagens da agricultura urbana em Salvador, os feirantes entrevistados foram da seguinte opinião:

Não vê desvantagem **Entrevistado 01.**

Desvantagens são muitas. Como eu lhe disse, não tem como ter isso aí, não tem área pra isso. Outra desvantagem também que eu vejo, assim: até o cliente quando compra uma alface, ele procura saber de onde vem, quem é que faz... Tem área aqui que eles plantam não é? Como ali por Baixa de Quintas, não sei o quê... E eles (os clientes) acham, e eu também, que seja água que vem de esgoto, do cemitério ali, que é próximo (...) **Entrevistado 02.**

A desvantagem seria para os fornecedores de fora, que já iam parar de fornecer bem mais, essas coisas (...). **Entrevistado 03.**

Não vê desvantagem. **Entrevistado 04**

A desvantagem é que a gente não sabe a questão de como vai ser, é a qualidade. **Entrevistado 05.**

Entre as desvantagens citadas pelos feirantes estão a procedência do produto. Os agricultores acreditam que os clientes não comprariam se desconfiassem das condições de higiene do local onde o alimento é cultivado e, segundo um dos entrevistados, os locais de AU de seu conhecimento em Salvador não ofereceriam as condições adequadas. Os feirantes que declararam ver desvantagens na AU desconfiam da qualidade do produto que é ou pode ser produzido na cidade. Outra desvantagem destacada envolve a perda do mercado consumidor por parte dos produtores de fora, caso a AU fosse muito desenvolvida na cidade.

A partir das entrevistas junto aos dos feirantes extraiu-se as ideias-chaves e a ancoragem sobre as desvantagens da AU em Salvador (Quadro 11).

Quadro 11 - Ideias-chave e ancoragem sobre as desvantagens da AU em Salvador, na percepção dos feirantes. Salvador, 2012

Ideias-chave	1	Não há espaço na cidade para isso.
	2	A água de rega na cidade vem do esgoto, não se sabe como vai ser qualidade dos alimentos.
	3	Os fornecedores de fora reduziram o fornecimento

Ancoragem para a AU em Salvador	As principais desvantagens da agricultura urbana são a falta de espaço e a poluição da água e do solo. Outra desvantagem é que se a agricultura urbana se desenvolver muito, os produtores de fora perderão seu mercado.
--	--

Fonte: Própria.

6.1.6 Desafios e oportunidades para a agricultura urbana em Salvador na percepção dos feirantes

Com base nas ideias-chaves extraídas das entrevistas realizadas com os feirantes, foi possível identificar as seguintes variáveis-chave que influenciam no desenvolvimento da agricultura urbana em Salvador (Quadro12).

Quadro 12 – Variáveis-chave que influenciam no desenvolvimento da AU.
Salvador, 2012

Item	Variáveis-chave
A	Qualidade do produto
B	Preço do produto
C	Apoio do governo
D	Uso de novas tecnologias
E	Área para cultivo (áreas disponíveis e com condições de higiene adequadas)
F	Interesse da população em trabalhar com AU
G	Divulgação da AU

Fonte: Própria.

6.2. Percepção dos agricultores sobre a agricultura urbana em Salvador

Visando captar a percepção dos agricultores sobre a agricultura urbana de Salvador, foram entrevistados quatro agricultores, sendo dois da Hortivasf, um da Apromol e outro da horta no terreno da Chesf, sendo que a esposa desse último estava no momento da entrevista e interagiu em alguns momentos, tendo sido consideradas as respostas dela quando as intervenções foram consideradas relevantes.

6.2.1. Características socioculturais dos agricultores urbanos

O primeiro conjunto de questionamentos visou identificar as características socioculturais dos agricultores, quanto à sua origem e inserção na atividade da AU.

Ao se questionar sobre o tempo em que viviam em Salvador e por que vieram morar na cidade, os agricultores responderam:

Eu nasci no sul da Bahia, sou de Ubaíra. Eu vim, tem muito tempo que tô aqui em Salvador, trabalhando como pedreiro.**Entrevistado 01.**

Eu cheguei aqui no 1998. Eu comecei a trabalhar em construção civil aqui (...). A situação ficou um pouco difícil lá, as pessoas falavam tanto de cidade grande; que cidade grande tinha mais uma chance de oferecer uma vida melhor pra população né, mais carente.**Entrevistado 02.**

Eu sou de Sergipe (...). Vim prá aqui com 14 anos. Tô com 59 anos. (...) Eu tinha irmão mais velho que eu que chegava lá [de Salvador] com dinheiro, bem vestido (...). Aí eu disse: vou-me embora também!**Entrevistado 03.**

Eu sou de Petrolina (...). Quando eu vim pra cá eu morava em Jacobina. Tem muito tempo. Eu não lembro assim, mas já tem tempo. (...) Vim por esporte (...).Na época eu tinha só uma filha, a minha filha morava 'mar' (*sic*) minha mãe. Eu andava pelo mundo correndo..**Entrevistado 05.**

Dos depoimentos constata-se que todos os agricultores entrevistados nasceram fora de Salvador. Segundo a literatura, uma das características da agricultura urbana é a inserção nesta atividade de pessoas de baixa renda provenientes da zona rural. Muitas vezes são pessoas que se identificam com a atividade agrícola por terem trabalhado ou vivenciado o trabalho na terra em seu cotidiano ou em algum momento da sua vida. E, uma vez migrando para as cidade, com poucas opções de trabalho em face da qualificação profissional e grau de educação, passam a se envolver com a agricultura.

Muitos são os motivos para a escolha por viver na cidade de Salvador. O que pôde ser visto em comum entre as pessoas entrevistadas é que têm uma renda baixa, pouca escolaridade e qualificação profissional e não tiveram opções de trabalho que proporcionassem uma vida financeira mais confortável, diferente do que esperavam quando passaram a viver na cidade.

As ideias-chaves e a ancoragem extraídas das entrevistas estão apresentadas no Quadro13.

Quadro 13 - Ideias-chave e ancoragem sobre origem dos agricultores e motivos de inserção na AU. Salvador, 2012

Ideias-chave	1	Os agricultores urbanos são provenientes do meio rural.
	2	A cidade grande oferece maiores oportunidades de emprego.

<p>Ancoragem para a AU em Salvador</p>	<p>Os agricultores urbanos são provenientes do meio rural e migraram para Salvador buscando melhores oportunidades de vida. Uma vez instalados e não tendo alcançado a prosperidade almejada, começaram a trabalhar com agricultura, que é uma atividade mais ou menos familiar a todos eles.</p>
---	---

Fonte: Própria.

6.2.2. Início da atividade e relações anteriores com a agricultura

Ao se fazer os questionamentos aos agricultores de como eles começaram a trabalhar na horta em Salvador, eles declararam o seguinte:

Eu comecei aqui. Porque achei a gente do projeto (...), cumé (*sic*), cadastrou o pessoal da vila e ai eu entrei nessa onda ai. Acho que já tem mais de oito anos que agente ta aqui. (...)A Chesf fez uma pesquisa na vila, fez uma pesquisa de quem trabalhou, de quem gostava de roça (...). E ai foi vendo essas pessoas e cadastrou. **Entrevistado 01.**

Eu comecei logo quando iniciou aqui. Eu morava aí (...), mas a gente não fazia parte nessa escala que eles fizeram pra selecionar (para o projeto). Mas ai como tava (*sic*) vago alguns desistiram, ai nos convidaram, ai a gente entrou aqui. **Entrevistado 02**

Esse terreno aqui é da Chesf, né? (...) Aí tava(*sic*)um mato grande aí, aí juntamo(*sic*)aqui um pessoal, comecemos (*sic*)a limpar e continuemo (*sic*)a roça. E aí ficou, uns foi morrendo, uns foi vendendo as parte (*sic*) que tinha e eu fiquei aqui. **Entrevistado 03**

Foi assim: Eu não era de rua, eu morava lá na Baixa de Quinta, lá dentro do cemitério. Aí eles fizeram uns projetos das casas, pras (*sic*) pessoas vim(*sic*) pra cá(...). Os pessoal (*sic*) que entrou (*sic*) nas casas perguntava assim: como é que a gente vai pra um lugar longe, não tem colégio, não tem nada. Aí a moça de lá da Conder(...)prometeu pra gente que a gente vinha; que a gente não se preocupasse com isso não, que ia ter escola pros (*sic*) nossos filhos; ia ter trabalho pra quem tinha estudo; e pra quem não tinha eles ia (*sic*) dar um jeito (...). Não sei o que foi que aconteceu, o Padre Piazza resolveu fazer curso na ONG né? Resolveu fazer aquelas (*sic*) pessoas que muita gente entrou nas fábricas e as pessoas que não tinha estudo? Aí ele resolveu dar um curso e aí botou (*sic*) o professor Juca pra fazer um curso com a gente (...). Parece que foi (*sic*) seis meses fazendo [o curso]. **Entrevistado 04.**

Foram entrevistados agricultores que iniciaram na agricultura urbana por iniciativa própria, ocupando terrenos baldios e por estímulo de ONGs ou do governo. Dentre esses últimos, houve aqueles que foram cadastrados considerando aptidão e interesse pela atividade e aqueles que foram treinados para isso, pois havia uma intenção de inserir pessoas de baixa escolaridade e renda em uma atividade que pudesse garantir o seu sustento na periferia, sem a necessidade de grandes

deslocamentos. Não foi observado no entanto, nenhum agricultor que tenha sido filho de agricultores urbanos, embora a atividade exista na cidade a muitas gerações, o que evidencia que a agricultura urbana é uma atividade predominantemente exercida por imigrantes.

As ideias-chaves e a ancoragem extraídas das entrevistas estão apresentadas no Quadro 14.

Quadro 14 - Ideias-chave e ancoragem sobre início de atividades em AU em Salvador, segundo os agricultores. Salvador, 2012

Ideias-chave	1	Comecei a trabalhar na horta através de projeto de ONG ou de governo.
	2	Ocupei um terreno baldio e resolvi fazer uma horta
Ancoragem para a AU em Salvador	A agricultura urbana é uma atividade exercida predominantemente por imigrantes, e os agricultores urbanos iniciam na atividade por motivos diversos, desde a iniciativa própria, à inserção voluntária em projetos sociais.	

Fonte: Própria.

Outro ponto explorado relacionou-se à inserção anterior dos agricultores na atividade de agricultura. Parte elucidativa dos depoimentos pode ser vista a seguir:

(...)eu nunca trabalhei em roça, minha profissão mesmo é pedreiro.**Entrevistado 01.**

Lá [em Remanso-BA] meus pais, eles cultivavam já a roça, é... das macaxera, né? Eles produzia (sic)farinha e aí agente acabava aprendendo alguma coisa, né? Eu entendia um pouquinho de roça, em relação à plantação de macaxera, de feijão, essas coisas. Mas horta mesmo eu nunca tinha trabalhado.**Entrevistado 02.**

A vida toda eu trabalhei como agricultor, a vida toda(...). É a única coisa que eu sei fazer é isso mesmo. Desde menino pequeno que eu tô nessa vida.**Entrevistado 03.**

Eu sou neta de uma pessoa que, já morreu, né? Que ele era roceiro. (...). Ele queria que eu fosse um menino homem pra ajudar ele. Eu nunca tive oportunidade de ir na horta dele. Assim, na roça, né? Às vezes eu acho, assim, que é um dom, que toda vida eu gostei de plantar. É um dom.**Entrevistado 04.**

Pode-se observar que todos os agricultores já tinham relação anterior com o cultivo da terra e que em certa medida a herança familiar teve influência em tal relação.

Por outro lado, com as entrevistas pôde-se constatar que existe certa regularidade do trabalho na horta e que alguns agricultores realizam outras atividades para complementar a renda.

O meu tempo todo era sempre aqui na horta, mas esse dia de sol tá(*sic*)plantando nada. (...). Hoje eu trabalho como vigia e na obra, mas sempre tô (*sic*)trabalhando de pedreiro(...)e a roça tá(*sic*)mal.Tem nada aqui (...). Com um sol danado, [mas], a gente não pode passar fome. O salário que ganha é pouco, tem que arranjar alguma coisa pra complementar, né?.**Entrevistado 01.**

Desse emprego[fora da horta] trabalho quatro dias, quatro dias seguido e folgo os outros dias. Então, os outros dias que tô(*sic*)fora de escala, eu tô(*sic*)na horta. **Entrevistado 02.**

Ah, eu fico aqui de cinco da manhã até seis da noite, a semana toda, de domingo a domingo. (...) Não, é só isso mesmo. É daqui mesmo que a gente consegue as coisas.**Entrevistado 03**

Depois quando eu vi que eu tava(*sic*) ganhando dinheiro eu fui e deixei de fazer pastel. Fui me dedicar só à minha horta. Até hoje eu parei, às vezes quando aparece assim alguém que me chama pra fazer uma faxina, passar uma roupa, lavar..., eu vou. Mas, eu num tenho outro trabalho não, o meu trabalho é só a horta. (...). Todo dia eu tô(*sic*)aqui, a maioria das vezes que eu tô(*sic*)aqui, eu fico mas é de tarde, mas todo dia agora eu tô (*sic*) vindo de manhã. **Entrevistado 04.**

As ideias-chaves e a ancoragem extraídas das entrevistas estão apresentadas no Quadro 15.

Quadro 15 - Ideias-chave e ancoragem sobre a inserção anterior na agricultura e atividades de complementação de renda. Salvador, 2012

Ideias-chave	1	Os agricultores urbanos em sua maioria já tiveram contato prévio com a agricultura.
	2	A atividade agrícola é importante na formação da renda mensal dos agricultores.
Ancoragem para a AU em Salvador	A maioria dos agricultores urbanos já tiveram contato prévio com a agricultura e a atividade agrícola é importante na formação da renda mensal.	

Fonte: Própria.

6.2.3. Sucessão do trabalho

Outro dado pesquisado foi a existência de pessoas que ajudem o agricultor nas atividades diárias, fator que influencia diretamente na produtividade. Quanto mais pessoas, maior poderá ser a área cultivada e maior poderá ser a produção.

Os agricultores também foram perguntados sobre a intenção dos seus filhos (quando têm), em seguir na atividade.

Horta uma pessoa só é difícil pra trabalhar, pra horta você tem que ter um parceiro, se não tiver um parceiro que ajude, que pegue junto, a horta é difícil uma pessoa só. (...) Eu tenho oito filhos, mas todo mundo trabalha e ninguém quer saber de horta, apesar de eu gostar. **Entrevistado 01**

Minha esposa ela fica aqui, né? Todo dia, algum dia que tem algum médico, algum compromisso mais sério, a gente acaba deixando de vir, mas normalmente ela tá aqui todos os dias. (...) Algumas coisas que a gente faz, nós não podemos obrigar nossos filhos a fazer, né? (...) ao longo do tempo quando era menininho, às vezes se interessava um pouco. Mais depois foi se afastando e aí foi se interessando por outras coisas, né? Deixando de lado. **Entrevistado 02**

Trabaia (*sic*) aqui eu, ela, o menino e a menina. (...) Um tem 12, o outro tem 17. Eles ajudam, eles gostam de trabaia (*sic*). Se é do interior, a vida no interior era trabaia (*sic*) mermo (*sic*). **Entrevistado 03**

O menino e a menina ficava (*sic*) aqui me ajudando, mas depois que cresceu não quis mais. **Entrevistado 04**

Foram perguntados ainda se gostariam que os filhos também fossem agricultores urbanos.

Talvez isso aconteça com muitas famílias. Que os nossos filhos é... Não, se interessem em trabalhar com a terra, em cultivar a terra... Dê valor tanto à natureza. (...) Infelizmente a maioria acaba optando por outras coisas, né? Que não tenha nada haver com a natureza, né? (...) Em Salvador cada vez mais eles estão tirando o verde e colocando o cimento, concreto. Então nossos filhos opina (*sic*) as vezes que quer ser engenheiro, quer ser tantas outras coisas, mas não querem trabalhar com roça, trabalhar com horta, não quer saber nada disso. Não tem aquele interesse, aquele incentivo dos pais e nossos governantes, que deveria (*sic*) ter um pouco mais de dedicação, né? A respeito disso. **Entrevistado 2**

Não, os meninos estudam. Esse trabaio (*sic*) é só pra quem não tem estudo mesmo, como eu. Eu só sei assinar meu nome a pulso. Os meninos não vão se criar, como estão as coisas hoje, pra tá (*sic*) aí dentro. Eles estão aí porque tá (*sic*) ajudando a gente. Vão pro colégio de tarde, de manhã eles ajuda (*sic*) a gente aqui. **Entrevistado 3**

O menino se envolveu com uns cara (*sic*) dessa invasão aí. (...) Ele veio aí disse que um dos caras viram ele, aí mandaram dizer que se pegar ele aqui embaixo que ia matar ele. Aí ele parou de vir. (...) Eu também já nem faço questão que ele venha. Trabalho na minha horta só. **Entrevistado 4**

Quadro 16 - Ideias-chave e ancoragem sobre a participação dos filhos no trabalho com a agricultura a intenção dos agricultores de vê-los seguir na atividade. Salvador, 2012

Ideias-chave	1	Os filhos dos agricultores não se interessam pela atividade
	2	Alguns agricultores não desejam que os filhos sigam na atividade
	3	As gerações atuais não valorizam a natureza
Ancoragem para a AU em Salvador	Alguns agricultores não desejam que seus filhos sigam na atividade pelas dificuldades que enfrentam. Entre os que desejam, os filhos não têm interesse. Logo, não há uma perspectiva de continuidade familiar da agricultura urbana.	

Fonte: Própria

6.2.5. Condições de trabalho e a produção

Foram realizadas um conjunto de questões que visaram caracterizar as condições de trabalho e aspectos relacionados à produção. A seguir faz-se referência aos depoimentos extraídos das entrevistas.

Alguns agricultores recebem recursos externos para a aquisição de ferramentas e insumos, outros adquirem com recursos próprios, conforme depoimentos a seguir:

Segundo eu soube tinha uma verba de um governo, e essa verba eles não dão em dinheiro dão em materiais, né? Então pra nos aqui veio meio caminhão de adubo, fez, reformou esses dois balcão aí que a gente já tinha. Quer dizer, começou a reformar, aí depois o dinheiro acabou, que num deu e parou ai e ficou no que está. **Entrevistado 1**

A gente vende as verdura aqui, e do dinheiro das verdura a gente compra, com o dinheiro da gente mesmo, ninguém dá nada. **Entrevistado 3**

Rapaz, o adubo daqui a CDM doava com a gente, todo instante... Quando ela tava aqui junto com a gente, agora ela não ta mais. (...) E aí agora tem a CONDER e tem a 'CAMAPET', o pessoal da CAMAPET que ta aí fazendo um trabalho aí com a gente. Mas a CAMAPET é só mais 'capaticitação', sabe? **Entrevistado 4**

O acesso a água é uma questão complexa que mereceria uma maior atenção do Poder Público, no geral é um dos maiores problemas dos agricultores. Os dados revelam que alguns agricultores, usam água da Embasa e outros têm poços escavados e bombas. Os que possuem bomba, têm dificuldade para pagamento da conta de energia. Alguns fazem uso das duas fontes de água. Não foi possível

verificar se existe algum acordo da Embasa quanto ao fornecimento de água para alguns agricultores ou se o uso é clandestino. Um dos agricultores fez o seguinte depoimento

Às vezes trazia um balde de água de lá de casa, pra molhar aqueles que mermo (*sic*) tavam necessitando, assim não tava agüentando. (...) O que nós queria mesmo era ver fazer um poço aqui, um poço artesiano pra gente ter uma água... e ter também um bico de água da Embasa pra quando a bomba desse defeito, der defeito, que sempre da né?(...) Eu podia até permanecer mais na horta, mas assim... nessa condições ta ruim de água pra gente... difícil. **Entrevistado 1**

A gente trabalha com água da EMBASA.(...) Aqui tem seis poço, aí a gente enche de água, liga a água aí, aí bota as bomba e vai molhando...(os poços)Foi com dinheiro da gente mesmo, ninguém entrou com nada. (...) A gente liguemo a água da EMBASA, a água vai direto ao poço. Então isso aqui tá como horta comunitária, aí não paga nem água nem energia.(...) É liberado, a energia pela CHESF e a água pela EMBASA. **Entrevistado 3**

A gente tem um poço aqui dentro da horta. (...) O poço quem doou foi a COELBA. **Entrevistado 4**

Quadro 17 - Idéias-chave e ancoragem sobre o acesso a auxílio técnico e financeiro

Ideias-chave	1	Necessidade de auxílio financeiro
	2	Dificuldade com irrigação
Ancoragem para a AU em Salvador	Não existe apoio técnico e financeiro para os agricultores e quando existe, não possui regularidade.	

Fonte: Própria

A produção dos agricultores, a maioria pequena, é destinada ao comércio local e aos vizinhos, tarefa feita pelos próprios agricultores. O depoimento a seguir evidencia este fato:

Isso aqui é o próprio mais pra vender... A gente não vai consumir tudo que agente planta aqui, que planta muito o aipim, planta as outras coisas, planta hortaliças. Tudo agente vende aí, né? (...) Pra proximidade, pra todo mundo que passa, muita gente que vem de fora, os pessoal daqui todo mundo nessa barraquinha e naquela dali, vem comprar aqui. **Entrevistado 2**

A gente vende na Sete Portas, faz entrega em mercado, vende aqui aos vizinhos... (...) a entrega é semanal, ou diariamente, aí quando falta eles vem pegar. **Entrevistado 3**

Não, ta vendo? Hoje eu fui vender.(...) Vim buscar o aipim que o cara pediu, vim arrancar. **Entrevistado 4**

A renda obtida com a horta é irregular e deveria ser suficiente para a compra dos insumos, das ferramentas e a subsistência da família, o que normalmente não é. Tal

renda depende da área de cultivo, do acesso à água, das condições da terra e da produção propriamente dita. Nesse aspecto existe muita incerteza e a necessidade de complementação da renda. Os depoimentos a seguir ilustram esta realidade:

A gente não pode passar fome, o salário que ganha é pouco tem que arranjar alguma coisa pra complementar, né? **Entrevistado 1**

Às vezes dá, às vezes não dá. É por tempo isso, isso aqui é como um jogo né? Tem vez que pega no dinheiro tem que comprar o adubo, tem que comprar a semente, tem que comprar ferramenta... Quando tá com um trocadinho guardado tem que comprar o material e a comida, fica sem nada. **Entrevistado 3**

Ela (a assistente social) disse assim: Ói (*sic*), vai chegar um tempo que você nem vai mais querer trabalhar na rua, você vai querer só se dedicar só à sua horta. Quando você começar a ganhar dinheiro mermo (*sic*). O que eles botarra (*sic*) na cabeça da gente assim, que (...) outros trabalho que a gente fizesse, a gente ia abandonar. Como foi isso mermo (*sic*) que aconteceu. (...) Depois quando eu vi que eu tava ganhando dinheiro eu deixei de fazer pastel. **Entrevistado 4**

Quadro 18 - Ideias-chave e ancoragem sobre a situação econômica dos agricultores

Ideias-chave	1	A produção é para subsistência e para venda no comércio local ou feira em pequena escala.
	2	A rentabilidade da horta é irregular.
Ancoragem para a AU em Salvador	Alguns agricultores possuem diversas fontes de renda. Outros, têm a AU como fonte de renda exclusiva, no entanto, os ganhos são irregulares.	

Fonte: Própria

Existem muitas dificuldades para o trabalho na horta, a exemplo: número reduzido de pessoas envolvidas no trabalho; acesso à água, acesso ao adubo, às ferramentas e às sementes; existência de pragas; dificuldade para manter os equipamentos, como as bombas de água; disponibilidade de transporte para o escoamento da produção, dentre outros. Os depoimentos a seguir evidenciam tais dificuldades.

Na horta uma pessoa só é difícil pra trabalhar, pra horta você tem que ter um parceiro. (...)A maior dificuldade daqui pra nós aqui é a água, é a maior dificuldade nossa aqui mermo é a água. Porque o adubo a gente corre atrás, semente esses negócio, mas o principal de uma horta é a água. (...) Precisa de outras coisas, né? Ajuda, por exemplo quando nos entramos aqui nos não tivemos ajuda de custo assim de pá(ferramentas). **Entrevistado 1**

Primeiro a dificuldade de água, que são muita. A dificuldade de se conseguir adubo, que não é tão fácil de se conseguir também. Sementes boas também não são fácil encontrar (...) A dificuldade grande também é as

pragas (...)por a gente trabalhar mais com matéria natural material orgânico com produtos orgânico, sem usar defensivo químico a agente acaba tendo dificuldade. **Entrevistado 2**

As vezes falta adubo, falta semente, aí não tenho dinheiro pra comprar, aí falta as coisas. (...) Bomba também, que bomba às vezes queima. (...) A maior dificuldade que tem é o transporte, pra levar mercadoria. Esse transporte aí a gente já tem que pagar por fora, porque não tem um carrinho, né? **Entrevistado 3**

O que a gente tava precisando mermo aqui, com urgência é calcário e pó de rocha, a terra ta fraca. (...) Tem também o presidente daqui que é muito coisa. Tira muito da gente, aí chega as verba, eles que ta por dentro, a gente não sabe, quando a gente vem saber é por boca de um e de outro. As coisinha vem minguada. **Entrevistado 4**

Quadro 19 - Idéias-chave e ancoragem sobre dificuldades de trabalhar com AU

Ideias-chave	1	Necessidade de acesso à água para irrigação
	2	Necessidade apoio técnico e financeiro
Ancoragem para a AU em Salvador	Os agricultores enfrentam atualmente dificuldades de ordem financeira, técnica e logística.	

Fonte: Própria

Por outro lado, os agricultores vêem pontos positivos no seu trabalho. Questões como o prazer do contato com a natureza e da distração das questões cotidianas são colocadas, como se pode observar:

Pra mim, o meu beneficio, o que eu acho mais aqui mesmo, que pra mim aqui mais é uma terapia, certo? **Entrevistado 1**

O que nos motiva mesmo é o amor que agente tem pela natureza, né? (...)Um espaçozinho que agente tem pra produzir horta, pra produzir alguma coisa orgânica, agente acaba descarregando aquela, aquela preocupação, aquele estresse. **Entrevistado 2**

Ô trabalhar com horta, pra quem gosta é bom, é bom... É uma terapia, às vezes a gente chega aqui de cabeça quente, começa a trabalhar, passa o dia todinho até... Num é que esqueça sabe? Mar alivia mais. (...) Porque é assim, eu não sei ler não, sabe? Mar a horta ela é assim. Eu tenho uma experiência de quem sabe ler que num tem. Que é como se fosse uma escola, a cada dia que passa você ta aprendendo uma coisa diferente. **Entrevistado 4**

Quadro 20 - Idéias-chave e ancoragem sobre os pontos positivos de se trabalhar com agricultura urbana

Ideias-chave	1	Atividade como terapia
	2	Contato com a natureza
	3	Oportunidade de aprendizado
Ancoragem para a AU em Salvador	Os agricultores vêm como pontos positivos a oportunidade de aprendizado, o contato com a natureza e a higiene mental.	

Fonte: Própria

6.2.4. Desafios e oportunidades sobre a agricultura urbana da Salvador na percepção dos agricultores

Como síntese das entrevistas, foram extraídas algumas idéias sobre as percepções que o agricultor urbano de Salvador têm sobre sua atividade:

Quadro 21 - Percepção dos agricultores urbanos sobre a sua atividade

Item	Variáveis-chave
A	Desinteresse das gerações atuais pela agricultura
B	Insegurança sobre a permanência na terra
C	Perda de confiança no Poder Público
D	A AU produz poucos ganhos financeiros
E	Importância das relações de vizinhança
F	Descrença sobre o futuro da AU em Salvador
G	Necessidade de acesso à seguridade social
H	Contato com a natureza como ponto positivo
I	Necessidade de auxílio técnico e financeiro
J	Dificuldade e/ou desinteresse dos agricultores em se organizarem formalmente

Fonte: Própria

6.3. Ações e percepção de representantes do Poder Público sobre a agricultura urbana em Salvador

As entrevistas com representantes do Poder Público foram realizadas com o objetivo de identificar quais são as principais ações em curso no apoio à AU em Salvador, quais os projetos em andamento e qual a perspectiva de desenvolvimento da

atividade na visão desses profissionais que trabalham direta e diariamente com a agricultura urbana.

A primeira pergunta referiu-se à forma que a agricultura urbana está inserida nas ações em curso desenvolvidas pelo órgão onde o entrevistado trabalha. Os entrevistados trabalham na Secretaria Estadual de Agricultura e na Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola.

Ela nem está, vamos dizer assim, inserida. A Secretaria da Agricultura do Governo do Estado, ela tem como prioridade atender, assistir o agricultor familiar. Mas o agricultor familiar que reside no meio rural. **Entrevistado 1**

Esse programa já existia na Empresa através de um fruto de um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social. Esse convênio está finalizando agora o Programa de Agricultura Urbana vai sobreviver mesmo sem este recurso do Governo Federal. A gente está tentando manter ele através de uma vertente que é um programa do Governo do Estado chamado Pacto pela Vida. Visa o que? A implantação de hortas comunitárias, nessas comunidades onde vão ser instaladas as bases comunitárias da Polícia, né? (...) Vamos formalizar um convênio de cooperação técnica com a secretaria de administração penitenciária e ressocialização, através do treinamento e capacitação de internos da Penitenciária Lafaiete Coutinho lá em Castelo Branco e Casa do Albergado. **Entrevistado 2**

A partir de 2008 a EBDA está trabalhando no sentido de transformar a agricultura urbana e peri-urbana numa Política Pública (...) A gente tem aqui na Região Metropolitana é... 10 projetos através de um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Entrevistado 3**

Pelas entrevistas, pôde-se perceber que a agricultura urbana não está inserida nas ações da Secretaria de Agricultura, uma vez que no âmbito Federal, ela é tratada mais como política social do que de agricultura.

A EBDA concorreu em um Edital do Governo Federal para apoio à agricultura urbana em 2008. Nessa gestão, esforços foram feitos no sentido de se instituir uma Política Pública de agricultura urbana para a Região Metropolitana de Salvador, com enfoque participativo. No entanto, foram encontradas dificuldades relacionadas à atuação da EBDA, que não possui tradição de agir em projetos sociais no meio urbano. Além disso, com as mudanças políticas no Governo Federal, o corpo técnico e gestor foi modificado e o projeto não teve o andamento que foi planejado. A atual gestão da EBDA continua com a Coordenação de Agricultura Urbana, no entanto, com a finalização do convênio com o MDS, será dado um novo enfoque à atividade, apoiando produção em penitenciárias e nos bairros onde serão instaladas bases comunitárias da Polícia Militar, estando inserida dentro do projeto Pacto Pela Vida.

Tem-se portanto como idéias-chave e ancoragem relativas a atuação do poder Público na agricultura urbana:

Quadro 22 - Atuação do Poder Público sobre a AU em Salvador

Ideias-chave	1	Os setores agrícolas têm pouco interesse na AU
Ancoragem para a AU em Salvador	A Agricultura Urbana é uma questão a ser tratada pelos órgãos que tratam das questões sociais, não agrícolas. A EBDA é uma empresa predominantemente agrícola de cunho produtivista e não tem priorizado a AU. Apesar disso, tem realizado algumas ações no sentido de promover práticas de agricultura urbana e instituir uma Política Pública, porém de forma cada vez menos ambiciosa.	

Fonte: Própria

Além das ações em curso, buscou-se saber quais teriam sido as ações em prol da agricultura urbana até o momento, realizadas pelo órgão onde o entrevistado trabalha e suas principais dificuldades na ampliação dessas ações.

A Seagri não apóia a agricultura urbana. **Entrevistado 1**

Nós temos estabelecido convênios (...) Agora uma dificuldade muito grande, não na prestação de assistência técnica, mas na concessão desses equipamentos, é que muitas vezes, para você fazer uma concessão exige que tenha uma documentação.(...) E isso aí é prerrogativa, tem que determinadas certidões ISS, INSS, regularização com a receita federal, etc. (...) A gente trabalha com entidades formalizadas: ou associações, ou cooperativas (...) O espírito é você atingir uma parcela da comunidade.

Entrevistado 2

A EBDA aqui na cidade ela não tem muito assim... não tinha, assim uma visibilidade grande porque o foco maior dos seus clientes é mais na zona rural e aí, e a agricultura familiar, então não tinha. Vinha uma pessoa aqui pedir orientação, (...) os técnicos nossos tavam sempre dando essa orientação. **Entrevistado 3**

A Seagri não possui ações de apoio à agricultura urbana. O foco da EBDA continua sendo o meio rural, no entanto, a empresa tem trabalhado com o tema e possui algumas ações de apoio cujo acesso é dificultado devido à exigência de documentação que muitos não possuem. O que vinha sendo feito era a orientação pontual para aqueles que buscavam a empresa.

Quadro 23 - Forma de atuação do Poder Público na agricultura urbana

Ideias-chave	1	Dificuldade de acesso aos recursos do governo para a AU
	2	Desorganização das ações do governo
Ancoragem para a AU em Salvador	Existem poucas ações do poder público voltadas para a agricultura urbana e poucas são as estratégias de enfrentamento sobre as dificuldades existentes.	

Fonte: Própria

Buscou-se ainda analisar se os entrevistados tinham conhecimento de alguma experiência de agricultura urbana em Salvador que estivesse em curso.

Conhece (Alto de Coutos). **Entrevistado 1**

Tenho, tenho, é... (...) Quando eu fui lá em Coutos, eu fiquei surpreso de ver uma estrutura daquela, o pessoal produzindo e sobrevivendo daquilo ali (...) depois a gente começou a ter o relato de algumas coisas bem pontuais (...).

Entrevistado 2

(...) essa área de Coutos, eles cultivam com a concessão da Conder.

Entrevistado 3

Quadro 24 - Conhecimento do Poder Público sobre a agricultura urbana local

Ideias-chave	1	Desconhecimento do poder público sobre as hortas de Salvador
Ancoragem para a AU em Salvador	Os representante do poder público têm conhecimento de atividades de agricultura urbana na cidade, porém sempre se referem ao mesmo exemplo, de Alto de Coutos. Conclui-se que o poder público conhece pouco a realidade das hortas urbanas de Salvador.	

Fonte: Própria

Buscou-se ainda entender de que forma o agricultor urbano pode obter benefício atualmente dentro dos programas já existentes

A Seagri-BA não apóia a agricultura urbana. **Entrevistado 01**

Veja bem, o apoio técnico, a assistência técnica (...) A EBDA não funciona como aporte financeiro. (...) Agora por exemplo, no Pacto pela Vida, a gente vai fornecer o que? (...) sementes, equipamentos de irrigação simples, ferramentas, pra se dar o pontapé inicial, certo? (...) Se você ficar ali o tempo todo, você não vai contribuir para a sustentabilidade dele e vai ficar um círculo vicioso que não vai acabar nunca. **Entrevistado 02**

Olha, tem o programa de aquisição de alimentos, é... que eles podem estar vendendo (...) Também tem o programa de merenda escolar (...) eles só

podem comercializar com uma organização formalizada através de organizações coletivas, não é individualizado. (...) Nas unidades penitenciárias estão fazendo, é, um termo de convênio, (...) pra que trinta por cento da produção sejam comercializados com esses fornecedores de alimentação pra os presídios, e o excedente ser vendido pra beneficiar as famílias dos detentos. (...) Já aconteceu cursos de horticultura orgânica e a gente forneceu adubo e já tá preparando os canteiros pra esse plantio. Então é um convênio que a gente tá firmando entre essas organizações pra questão da assistência técnica. **Entrevistado 03**

A Seagri não dispõe de nenhum programa através do qual o agricultor urbano possa obter benefício. A EBDA fornecerá apoio técnico, sementes, ferramentas e outros insumos para hortas urbanas que estejam em comunidades atendidas pelo programa Pacto pela Vida. A idéia é ajudar a comunidade com um apoio inicial para que a atividade se torne sustentável. Outro programa, em convênio com penitenciárias, oferece apoio técnico a hortas cultivadas por detentos. A produção servirá para atender ao próprio presídio e beneficiar as famílias dos detentos.

Quadro 25 - Ações de apoio a agricultura urbana

Ideias-chave	1	Sustentabilidade das hortas
	2	Inclusão social
Ancoragem para a AU em Salvador	As poucas ações do poder público de apoio a AU têm como objetivo promover a inclusão social e a sustentabilidade econômica das comunidades apoiadas. A EBDA não promove o apoio individual ao agricultor, mas somente a grupos organizados.	

Fonte: Própria

Outra questão analisada foi a perspectiva dos entrevistados no que se refere à construção de uma Política Pública de Agricultura Urbana, seja estadual ou municipal, uma vez que havia sido construído um grupo de trabalho para discutir e implementar a Política Estadual de Agricultura Urbana.

(...)se você me perguntasse a dois anos atrás eu lhe diria com certo otimismo (...) mas eu francamente hoje eu lhe digo que... não sei (...). Nós estamos vivendo um momento, realmente, até um momento retrocedível (...) Porque esse coletivo com tantas instituições (...) pra que se organize, pra que seja feito um trabalho contínuo, duradouro, é preciso de uma liderança. (...) acho que a gente tem que fazer um esforço no sentido de que esse trabalho que teve início tenha continuidade. Quer seja liderado pela EBDA ou não (...) A política pública (...) tem que ter alguns pilares. Pra ser política pública ela tem que ter antes de tudo financiamento público (...) Um outro pilar de qualquer política pública... na verdade é o marco legal regulador. (...) Então a necessidade de ter um marco legal regulatório é uma coisa que no coletivo a gente estava discutindo e talvez no estado ainda não se tenha, vamos dizer, condições de partir para a legislação (...) o terceiro, estrutura operacional. Tem que ter estrutura operacional. (...) a EBDA ela tem

capacidade de realizar (...). É uma questão apenas de focalizar e dar importância a suas ações nessa atividade (...) a própria Universidade com seu trabalho de extensão também pode vir a fazer um trabalho nas comunidades (...) E o quarto pilar é o controle social. (...). E aí é que tá avançando na questão do coletivo também com essa finalidade, de ser um instrumento de vigilância cidadã. Recurso público tem que ser bem aplicado e pra isso tem que ter instâncias que acompanhem, que fiscalizem até a aplicação. **Entrevistado 1**

Eu acredito (...) eu acho que se a gente implanta mesmo como política pública, isso vai melhorar a questão ambiental, a questão de saúde, as pessoas vão se alimentar melhor, vai ter dinheiro pra complementar o seu lazer, vai estar mais feliz por tudo isso, então eu acho que é por aí. (...) as pessoas que não têm muita perspectiva de vida lá fora (...) acho que a agricultura urbana vai ajudar muito, tanto na questão alimentar, quanto na questão econômica (...) A gente sabe que existe (...) é uma questão cultural, é um fato, e as pessoas se sentem orgulhosas em estar mostrando sua plantaçoão.(...) minha perspectiva é muito grande. **Entrevistado 3**

Quadro 26 - Perspectiva de futuro da agricultura urbana em Salvador sob a percepção do Poder Público

Ideias-chave	1	Necessidade de liderança sobre os atores envolvidos
	2	Criação de política pública de agricultura urbana
	3	Acompanhamento e fiscalização das ações planejadas
Ancoragem para a AU em Salvador	As perspectivas não são boas. Não há liderança para agregar os atores envolvidos com a agricultura urbana. A estrutura operacional existe, mas é preciso organização. É necessário financiamento e controle social. Para isso, deve haver quem acompanhe e fiscalize a política até a sua aplicação.	
	As perspectivas são boas, desde que implantada como política pública. A agricultura urbana é cultural e pode ajudar muitas pessoas nas questões econômicas e alimentares.	

Fonte: Própria

Além das perspectivas de futuro relacionadas a construção de uma Política Pública de AU, os entrevistados foram perguntados sobre o que vêm como fatores limitantes e impulsionadores para a agricultura urbana no cenário atual.

Em primeiro plano eu colocaria ainda a falta de sensibilidade dos gestores públicos (...) atividade aqui, básica é o setor terciário e o secundário. Então os nossos gestores não dão importância. (...) A agricultura urbana, se ela não tem peso na questão econômica, ela pode ser um instrumento de inclusão social importante, sobretudo na região metropolitana em que...

inchada, com alto índice de desemprego (...) parte desses desempregados eu costumo dizer também que são inempregáveis. Pessoas que não têm perspectivas de ter uma carteira assinada porque nesse mercado competitivo se exige cada vez mais do trabalhador (...) pessoas que estão em uma faixa etária que o mercado não absorve mais, que o mercado é preconceituoso, a partir dos 40 anos está cada vez mais difícil. Você tem pessoas com baixo nível de escolaridade, analfabetos (...) Algumas pessoas dizem “sim, mas e terreno, espaço?”. Aparentemente pode ser uma dificuldade. Essa é uma meia verdade. (...) nós temos uma área urbana com algumas possibilidades. As áreas públicas, por exemplo. (...) que não podem ser edificadas (...) Você tem as áreas públicas dentro das escolas, hospitais, postos de saúde. Empresas públicas... (...) além de terrenos particulares que poderiam ser utilizados. (...) a grande dificuldade ainda é a falta de percepção da importância da agricultura urbana enquanto política pública porque ela apresenta algumas vantagens. (...) com a mudança do Governo Federal, com a mudança no Ministério de Desenvolvimento Social, dá pra sentir realmente uma certa retração na construção da política. (...) Mudou o ministro, mudou a equipe (...) o ministério até hoje não fez uma reunião com os centros que seriam implantados (...) **Entrevistado 1**

O limitante eu acho que é a desinformação (...) em todos os sentidos. Além de como cultivar, onde encontrar informação (...) Quais são as possibilidades de se cultivar, ou de se criar (...) a desinformação é um fator muito, muito, muito limitante. Agora, o impulsionador são essas organizações que estão percebendo agora a importância e querendo transformar isso (...) colocar isso como uma política mesmo pública. E o comprometimento (...) das pessoas envolvidas, eu acho que também impulsiona muito. **Entrevistado 3**

Quadro 27 - Fatores limitantes e oportunidades para o desenvolvimento da AU em Salvador segundo a percepção do Poder Público

Fatores limitantes		
Ideias-chave	1	Falta de interesse do poder público com a AU
	2	Descontinuidade das ações do poder público com a mudança de poder
	3	Falta de informação dos agricultores
	4	Comprometimento dos atores envolvidos
Oportunidades		
Ideias-chave	1	Geração de ocupação e renda
	2	Exploração de áreas públicas e particulares sem uso
	3	Surgimento de novos atores interessados no tema

Ancoragem para a AU em Salvador	Os principais fatores limitantes para a agricultura urbana em Salvador estão diretamente ligados à atuação do poder público
	A AU tem muitas potencialidades, sendo as principais aquelas relacionadas ao bem estar social e a integração da Au no Planejamento Urbano.

Fonte: Própria

6.3.1. Desafios e oportunidades para a agricultura urbana na percepção de representantes do Poder Público

Diante das idéias-chave e das ancoragens, foi necessário realizar uma síntese das idéias apresentadas na entrevista para uma posterior discussão com os atores durante a Oficina I.

Quadro 28 - Desafios e oportunidades para a agricultura urbana na percepção de representantes do Poder Público

Item	Variáveis-chave
A	Possibilidades de exploração de áreas públicas e privadas para AUO
B	Geração de emprego e renda
C	Construção de Política Pública de Agricultura Urbana
D	Desinteresse dos setores agrícolas e do poder público pela AU
E	Dificuldade de acesso aos recursos do governo para AU
F	Necessidade de liderança entre os atores envolvidos
G	Falta de comprometimento dos atores envolvidos
J	Desinformação dos agricultores
Oportunidades	
H	Agregação de valor aos produtos da AU
I	Necessidade de formalização de grupos de agricultores
K	Surgimento de novos atores interessados no tema da AU

Fonte: Própria

6.4. Sintetização das percepções dos feirantes, agricultores e Poder Público sobre a agricultura urbana em Salvador

Segundo a metodologia de construção de cenários proposta por Godet, não é recomendado considerar um número muito grande de variáveis, sendo preferível

sintetizá-las em idéias o mais abrangentes possíveis, que consigam expressar o pensamento dos atores e a realidade sobre o objeto estudado.

Chegou-se, portanto a uma primeira sintetização dessas idéias:

Quadro 29: Sintetização das percepções dos atores sobre a agricultura urbana em Salvador

FEIRANTES	AGRICULTORES	PODER PÚBLICO
Qualidade do produto	Desinteresse das gerações atuais pela agricultura	Possibilidades de exploração de áreas públicas e privadas para AUO
Preço do produto	Insegurança sobre a permanência na terra	Geração de emprego e renda
Apoio do governo	Perda de confiança no Poder Público	Construção de Política Pública de Agricultura Urbana
Uso de novas tecnologias	A AU produz poucos ganhos financeiros	Desinteresse dos setores agrícolas e do poder público pela AU
Área para cultivo (áreas disponíveis e com condições de higiene adequadas)	Importância das relações de vizinhança	Dificuldade de acesso aos recursos do governo para AU
Interesse da população em trabalhar com AU	Descrença sobre o futuro da AU em Salvador	Necessidade de liderança entre os atores envolvidos
Divulgação da AU	Necessidade de acesso à seguridade social	Falta de comprometimento dos atores envolvidos
	Contato com a natureza como ponto positivo	Desinformação dos agricultores
	Necessidade de auxílio técnico e financeiro	Agregação de valor aos produtos da AU
	Dificuldade e/ou desinteresse dos agricultores em se organizarem formalmente	Necessidade de formalização de grupos de agricultores
		Surgimento de novos atores interessados no tema da AU

Fonte: Própria

7. PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA EM SALVADOR

Para a construção de cenários, faz-se necessário um conhecimento prévio sobre o objeto de estudo de forma geral, ou seja um panorama da situação, identificando quais são os fatores que influenciam direta ou indiretamente no êxito das ações.

De acordo com a Metodologia de Construção de Cenários Prospectivos, tais fatores, chamados de variáveis-chave, devem passar por uma análise, onde deve ser apresentando o histórico, a situação atual e as perspectivas de futuro.

Através da revisão de literatura e das entrevistas realizadas foi possível estabelecer algumas variáveis-chave relativas à construção de uma Política Pública de Agricultura Urbana para Salvador, são elas:

- Integração da Agricultura Urbana no planejamento urbano.
- Integração da Agricultura Urbana na nas políticas e na gestão do saneamento.
- Valorização do Agricultor.
- Fortalecimento da AU como opção no mercado de trabalho para imigrantes rurais, pessoas com baixa escolaridade, entre outros.
- Estímulo à formação e fortalecimento dos grupos de agricultores.
- Agregação de valor aos produtos da AU.
- Integração da AU com políticas de igualdade gênero.
- Sensibilização social.
- Fortalecimento dos grupos de atores atuantes ou potencialmente atuantes na AU.
- Possibilitar acesso do agricultor urbano ao micro crédito e às linhas de crédito existentes para a agricultura familiar.
- Facilitação e garantias no acesso à terra para cultivo.
- Integração da Agricultura Urbana nas políticas de segurança alimentar.
- Assessoria técnica.

Nesse sentido, a seguir faz-se uma abordagem sobre as variáveis-chave, buscando conexões entre a realidade local e o que foi constatado durante a revisão de literatura.

7.1. Evolução da ocupação do espaço da cidade e permanência das hortas

A cidade de Salvador sempre teve suas principais fontes de abastecimento fora do Município. Devido à sua íntima ligação com o mar, especialmente a Baía de Todos os Santos, até o início do século XX, os alimentos vinham de cidades do Recôncavo Baiano. No entanto, o abastecimento complementar sempre existiu através das chácaras e fazendas que havia na periferia da cidade.

Na primeira metade do século XIX, havia, dentro dos limites urbanos, criação de gado leiteiro, cuja produção era consumida dentro da própria cidade e distribuída de porta em porta. Ainda nos anos de 1950, havia em bairros como Brotas e Cabula, produção de leite, frangos, ovos, frutas e hortaliças (SAMPAIO, 2005). No bairro do Cabula havia grande produção de laranjas. Porém, o bairro era formado por sítios e fazendas que foram subdivididas após uma praga nos anos de 1950, que acabou com boa parte dos laranjais, favorecendo assim a urbanização (FERNANDES e REGINA, 2005). Até meados dos anos 70, podiam ser encontrados laranjais na região do Cabula e Pernambués. No bairro do Retiro, havia um Matadouro Municipal, um dos principais fornecedores de carne para cidade de Salvador. Ainda hoje existem hortas nos bairros de Brotas, Pirajá e Baixa de Quintas (PARAGUASSU, 2013).

Atualmente, as maiores hortas da cidade estão localizadas nas baixadas e seguindo as redes hídricas (PARAGUASSU, 2013), uma vez que, além da maior disponibilidade de água para irrigação, essas áreas não são interessantes para construções devido ao risco de deslizamentos e inundações.

Na segunda metade do século XIX, a cidade de Salvador deu início ao seu processo de expansão e modernização. A primeira expansão do Centro Antigo iniciou-se pelos bairros da Graça, Barra e Rio Vermelho, onde foram morar as classes mais abastadas. Também havia núcleos habitacionais no Bonfim, Ribeira e Itapagipe. Gradativamente, a cidade foi se expandindo para o miolo, iniciando-se então a ocupação de Nazaré, Brotas, Baixa de Quintas, Retiro, etc. Para a integração desses diversos pontos da cidade foi iniciada a construção de linhas de bonde. Nessa época, a cidade ainda mantinha, no seu miolo, características mais rurais do que urbanas e foi nesse período em que diversas chácaras foram urbanizadas, pois passaram a ser cortadas por linhas de bonde (SAMPAIO, 2005).

Muito embora tenha havido um período de expansão e modernização da cidade a partir do século XIX, muitas das áreas agrícolas sobreviveram devido a uma queda no crescimento à medida que Salvador passou a perder importância frente ao Rio de Janeiro – que em 1808 passou a ser sede do império português, e às capitais da região Sudeste como um todo. Somente nos anos de 1950, com a exploração de petróleo no Recôncavo Baiano, a cidade voltou a retomar o crescimento. Nessa fase, houve não só expansão física da cidade, como grande crescimento populacional, o que fez surgir os primeiros aglomerados de ocupação informal (PARAGUASSU, 2013).

No entanto, mesmo com a aceleração do crescimento da cidade, pode-se observar que a existência de remanescentes de hortas centenárias, além do surgimento de outras mesmo após o início do processo de urbanização maciça, demonstram o caráter de resistência e permanência dessas hortas, uma vez que a pressão da urbanização sobre elas é quase tão antiga quanto sua existência.

Uma das causas dessa permanência pode ser a função complementar no abastecimento da cidade que a agricultura urbana historicamente cumpre. Em situações adversas como guerras e crises econômicas, em que há comprometimento do abastecimento ou alta de preços, as populações urbanas recorrem à AU para suprir parte de suas necessidades alimentares (McCLINTOCK, 2010; ALTIERI, *et al.*, 1999).

Segundo Paraguassu (2013), em Salvador a AU vem historicamente cumprindo essa função desde a sua fundação. No século XIV, devido à ausência de regiões agrícolas próximas à cidade, a produção de hortaliças e gêneros perecíveis era feita no próprio meio urbano. No século XV, inicia-se a tradição dos quintais – trazida pelos jesuítas – que tinham, dentre outras funções, a de auxiliar no abastecimento doméstico. No século XIX, com a valorização do açúcar e consequente perda de interesse dos produtores no cultivo de gêneros alimentícios, foram os quintais e hortas urbanas que auxiliaram no abastecimento da cidade.

No século XXI, com a transformação da economia, o aumento da oferta de alimentos e a urbanização, a AU passou a ter novas funções. Novas hortas surgem na cidade com objetivos distintos, como a preservação de áreas *non aedificandi* e a integração

de pessoas vindas do campo ou em situação de exclusão do mercado de trabalho formal.

Devido à inserção do Programa de Agricultura Urbana no Ministério do Desenvolvimento Social, pode-se apontar a evolução da AU no cenário nacional com objetivos de combate à fome.

De acordo com as entrevistas, uma das crenças sobre o futuro da agricultura urbana em Salvador é que ela vai acabar ou não tem perspectivas de evolução devido à aceleração no processo de urbanização. No entanto, é importante contextualizar essa percepção. Nos últimos anos o número de edifícios, sobretudo residenciais, aumentou exponencialmente na cidade, com absorção desses empreendimentos pelo mercado, que possuía um déficit habitacional quantitativo e qualitativo acumulado de 81 mil unidades, segundo relatório do Plano Municipal de Habitação (SEHAB,2008).

O novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Salvador e os incentivos do Governo Federal no campo do financiamento habitacional, abriram campo para que houvesse um enorme incremento no número de novos empreendimentos. Entre os anos de 2003 e 2008, houve um aumento da ordem de 500% no número de novos empreendimentos imobiliários em toda a Bahia. No entanto, em 2011 já se pôde observar uma queda de 25% no número de novos lançamentos com relação a 2008 e queda de cerca de 10% nas vendas entre 2011 e 2012 (SINDUSCON, 2012). Logo, a cidade vem caminhando para um desaquecimento do mercado imobiliário.

Percebe-se, portanto que a ideia feita de que a agricultura urbana em Salvador vai perder espaço para os edifícios, ou mesmo que não há espaço para ela, vem sendo bastante influenciada pelo momento atual.

Porém, com a desaceleração do crescimento imobiliário, o recente interesse do Poder Público sobre as questões da agricultura urbana e levando em consideração uma característica histórica inerente à atividade que é o seu caráter de resistência mesmo com todas as transformações urbanas sofridas pela cidade ao longo dos séculos, o que se pode apontar como tendência otimista de futuro para a atividade é que a AU em Salvador se fortaleça, embora deva haver ações em outros fatores associados que impulsionem esses pontos positivos.

7.2. Integração da Agricultura ao Planejamento Urbano

Para o sucesso da agricultura urbana é imprescindível a participação do poder local. Ainda que o cenário seja favorável nos níveis federal e estadual, é no município que decisões cruciais podem ser tomadas em favor da AU. Como no caso da expansão imobiliária, só foi possível o crescimento desse mercado através de medidas combinadas – o governo federal com incentivos ao financiamento imobiliário e o plano diretor municipal com índices urbanísticos e zoneamento mais permissivos.

Foi visto na revisão de literatura que a AU possui grande potencial para a geração de renda – especialmente entre as populações excluídas do mercado de trabalho –, para a preservação de áreas *non aedificandi*, dentre outros. No entanto, se não for prioridade para o poder local a resolução desses problemas através da AU, a atividade continuará existindo, porém apenas de forma espontânea, com pouco aproveitamento dos seus principais potenciais.

Atualmente, no nível regional, os setores interessados em elaborar e implantar incentivos para a AU são os de agricultura e desenvolvimento social, acompanhando as políticas federais. No entanto, é sabido que as experiências mais exitosas de agricultura urbana tiveram também incentivo do poder local, integrando a AU ao planejamento urbano (FUNCHAL, 2011; VIDAL, 2009; ALTIERI, 2009).

A pressão imobiliária pelas áreas livres é grande. A valorização do solo urbano, quando não vem acompanhada de medidas eficientes de controle de uso do solo, pode levar à ocupação desordenada. A ocupação de encostas, áreas alagadas, áreas de risco e o desmatamento das áreas de preservação têm causado problemas no longo prazo de difícil resolução não só em Salvador, como em boa parte das grandes cidades latino-americanas.

Em Salvador, a agricultura urbana apenas é citada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) vigente como um dos objetivos de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional que deveria ser estabelecida no município. Conforme o Art. 33 da Lei nº 7.400/2008:

Art. 33. O Município promoverá programas de educação ambiental atendendo às seguintes diretrizes:
IV - promoção e apoio à formação de recursos humanos para a preservação, conservação e gerenciamento do ambiente e da agricultura urbana sustentável (SALVADOR, 2008, p. 21).

E ainda, conforme o Art. 115 da mesma Lei:

Art. 115. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional deverá orientar-se pelos seguintes objetivos:

VII - apoiar atividades de agricultura urbana, estimular novos projetos de qualificação profissional e produção agrícola (SALVADOR, 2008, p. 66).

No entanto, o que se observa é que o município não desenvolve programas consistentes de educação ambiental. Durante essa pesquisa, não se teve conhecimento de nenhum trabalho de formação de recursos humanos para a preservação, conservação e gerenciamento do ambiente e da agricultura urbana sustentável. Também não existe apoio municipal às atividades de agricultura urbana. Sequer foi criada a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do município.

A situação da AU na Lei de Ordenamento e Uso do Solo é ainda mais indefinida. De acordo com o Art. 33, "*Aos Empreendimentos e Atividades com Potencial de Poluição Ambiental aplicam-se às restrições estabelecidas na Tabela III.2, do Anexo 3 desta Lei*" (LOUOS, 2012). A Tabela citada faz referência às atividades agrícolas que utilizam defensivos e fertilizantes, e classifica como atividade com alta emissão de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas e baixa emissão de ruído. Outras atividades agrícolas, sem uso de defensivos e fertilizantes não são citadas (Quadro 30).

Quadro 30 - Potencial de Poluição Ambiental e Risco de Segurança. Salvador, LOUOS. 2012

Código	Atividade	Potencial de poluição ambiental e risco de segurança				
		RUÍDO	RESÍDUO SÓLIDO	EFLUENTE LÍQUIDO	EMIÇÃO ATMOSFÉRICA	SEGURANÇA
1.3	ATIVIDADE ATACADISTA					
	Atividades atacadistas em geral	Médio				
1.4	SERVIÇOS					
1.4.1	Agricultura					
1.4.1.2	Atividades agrícolas que usam fertilizantes e defensivos	Baixo	Alto	Alto	Alto	

Fonte: LOUOS, 2012

Segundo o Art. 100 da Louos (2012), para os empreendimentos enquadrados nos níveis de poluição ambiental alto será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), sendo este enquadrado na menor classificação, o EIV-1.

Entre os elementos que podem ser exigidos em um EIV-1, constam peças gráficas do local, indicação de vias, sinalizações e proposta para mitigação dos impactos ambientais. O EIV deverá ser encaminhado para análise de uma comissão multidisciplinar de representantes de diversos órgãos da Prefeitura.

Para o caso de empreendimentos que necessitem de EIV será necessário também solicitar a Análise de Orientação Prévia (AOP), expedida pelo órgão de Planejamento da Administração Municipal. A solicitação da AOP deve conter diversos documentos que comprovem a propriedade e legalidade do imóvel e peças gráficas diversas, cujo foco está nas informações relativas aos acessos e impactos nas vias existentes.

Em uma análise crítica pode-se observar que o nível de exigências para a legalização da atividade é muito alto quando levada em conta a realidade dos agricultores urbanos de Salvador, o que contribui para a marginalização e exercício ilegal da atividade na cidade.

De acordo com o panorama analisado, conclui-se que não há inserção da agricultura no planejamento urbano em Salvador e as exigências impostas à regularização da atividade são inviáveis para a realidade dos agricultores, necessitando da adoção de estratégias para a legalização e funcionamento apropriado não só nos aspectos do uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, mas também no manejo da água e dos efluentes e resíduos sólidos.

Como perspectiva de futuro, não há indicadores concretos que apontem para uma mudança nessa situação. Em Salvador a agricultura, desde o início da urbanização massiva da cidade, em momento algum foi objeto de análise na área do planejamento urbano. Até mesmo na escala mundial, percebe-se que esse é um movimento ainda recente.

Como tendência de futuro, considerando que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano tem vigência de 10 anos e a Louos foi revisada em 2012, não há perspectivas no médio prazo de inserção da agricultura no planejamento urbano,

exceto se houver uma improvável mobilização social para que tal questão seja tratada.

O uso de defensivos e fertilizantes é de fato potencialmente perigoso para a vizinhança e para o usuário direto, porém outras formas de controle da atividade poderiam ser mais eficazes na minimização dos seus impactos negativos.

A atividade agrícola causa poucos impactos no trânsito, visuais e de ruído. O que se pode observar das exigências para empreendimentos que necessitam de EIV e AOP é que a maioria das informações solicitadas não se aplica à agricultura urbana.

Uma forma mais eficaz de garantir a minimização dos impactos do uso de agroquímicos na área urbana seria a fiscalização sistemática dos órgãos ambientais da Prefeitura, acompanhada de orientação sobre o uso desses produtos.

Além da inserção da AU no planejamento em nível territorial, Cabannes (2003) sugere que ela seja incorporada também no microplanejamento, que ela esteja inserida nos novos loteamentos, planos para renovação de bairros, entre outros, visando o máximo de aproveitamento do solo para a agricultura. Como foi visto na revisão de literatura, a cidade de Funchal, em Portugal, tem adotado essas medidas e tem sido crescente o número de interessados nas hortas urbanas.

7.3. Integração da Agricultura Urbana nas Políticas de Segurança Alimentar

O contexto atual aponta para uma evolução da Agricultura Urbana no Brasil, pautada em ações de promoção de segurança alimentar.

Foi constatado que o Município de Salvador não contempla a AU nas leis que regem a ocupação urbana. No entanto, a Lei Orgânica do Município de Salvador (LOMS) estabelece princípios sob os quais deve ser elaborada a Política Agrícola e de Abastecimento Alimentar do município. Essa política deverá ser elaborada com os seguintes objetivos (LOM, 2006, p. 64):

Art. 218.São objetivos da política agrícola e do abastecimento alimentar do Município:

I - dinamizar e expandir a economia, através do aumento da oferta de alimentos, incorporando ao processo produtivo terras inexploradas e melhorando a produtividade de mão-de-obra e das terras já trabalhadas;

II - criação de novas oportunidades de trabalho, de forma a ampliar o mercado interno e reduzir o nível de pobreza absoluta;

III - estimular o uso da propriedade como bem de produção;

IV - integrar as áreas de produção de alimentos com as do mercado consumidor, envolvendo, prioritariamente, o extrato de pequenos produtores com as organizações de mercadores de bairros;

V - oferecer assistência técnica aos pequenos produtores, especialmente de hortigranjeiros;

VI - incentivo a implantação e manutenção de hortas comunitárias e criação de animais de pequeno porte;

VII - fiscalizar o abate de animais e a comercialização de alimentos;

VIII - desenvolver ações voltadas para o combate à fome e o atingimento de condições plenas de segurança alimentar (prifo do autor).

De um modo geral, a Política Agrícola e de Abastecimento Alimentar propõe uma nova visão sobre o papel da agricultura na cidade, à medida que a coloca enquanto dinamizadora da economia e geradora de empregos, colaborando para o combate à fome e à pobreza e incorporando ações de fiscalização da atividade e assistência técnica aos agricultores.

Implicitamente, a Política Agrícola deverá estimular a integração da agricultura no planejamento urbano, uma vez que propõe a expansão das áreas agrícolas através da ocupação de terras inexploradas e a consolidação das hortas já existentes.

O estímulo ao uso da propriedade como bem de produção incorporado na Política Agrícola do município, propõe também um novo olhar sobre o domínio e o direito ao uso da terra urbana, indo na contramão da prática da especulação imobiliária. Muitas cidades já adotaram a prática de garantir direitos de uso agrícola em terras públicas e/ou particulares ao cidadão urbano, desde que ele comprove periodicamente a continuidade da produção.

Essa visão quebra o paradigma de que o solo urbano não é solo agricultável, mas sim solo para construção. Com isso, abre-se espaço para que sejam criados dispositivos legais que impeçam a manutenção de terras improdutivas e espaços ociosos nas cidades.

A Política reconhece ainda a importância da agricultura no combate à fome. Salvador é uma cidade onde predomina a função de serviços, característica que mais atrai o homem do campo devido à "elasticidade" do emprego (SANTOS, 2008). Muitos dos agricultores urbanos de Salvador são migrantes do meio rural, e

trouxeram consigo o hábito de produzir seus próprios alimentos, utilizando como estratégias de cultivo, aquelas aprendidas no seu meio original (PARAGUASSU, 2013).

Como boa parte dos migrantes das grandes cidades, essas pessoas não conseguiram se encaixar no mercado de trabalho conforme as suas expectativas e acabaram encontrando na AU uma forma de complementar a renda e garantir a alimentação de subsistência.

Em Alto de Coutos na horta da Apromol, somente pessoas em situação de miséria, predominantemente moradores de rua, foram cadastrados para ter direito ao cultivo de, aproximadamente, 200m² de terra cada um. Durante as entrevistas, constatou-se que muitos deles vieram do meio rural e não conseguiram se encaixar em uma atividade produtiva rentável na cidade devido ao baixo nível de escolaridade. Em outra horta, mesmo com alguma inserção no mercado de trabalho urbano, houve por parte dos agricultores necessidade em complementar a renda familiar e a subsistência. Logo, a agricultura urbana é uma forma eficiente e dignificante de combate à fome, à medida em que, ao invés de colocar o cidadão em situação de miséria em posição passiva de receptor de repasses e "doações" do governo, coloca-o em condição ativa, onde irá perceber melhoria das suas condições de vida através do fruto do seu próprio trabalho diário. Dessa forma, a relação entre trabalhadores e Poder Público deixa de ser uma relação de dependência, para ser uma relação de cooperação.

Outro ponto de grande importância para a cidade que pode favorecer a AU é a valorização do comércio local. Como foi visto anteriormente, um dos grandes benefícios ambientais da AU é a redução das distâncias entre os locais de produção e de consumo, o que reduz significativamente o uso de combustíveis fósseis e as perdas de alimentos. Além disso, o fortalecimento do comércio local reduz os deslocamentos para as compras e favorece o pequeno agricultor, que não produz em escala suficiente para a venda em grandes redes de supermercados e feiras livres. Dessa forma, o agricultor poderá oferecer produtos a um preço mais baixo que o dos grandes mercados e ainda assim ganhar mais, em valores unitários, do que se vendesse para eles, praticando dessa forma um comércio mais justo.

A assistência técnica e a fiscalização, que são hoje algumas das grandes deficiências da agricultura urbana em Salvador, também foram estabelecidas. Além disso, está prevista a criação e abate de pequenos animais, o que trará, certamente, grandes desafios quando da elaboração de lei específica dada Política Agrícola e de Abastecimento Alimentar do município.

Dentre todos os documentos analisados que dispõem legalmente sobre a agricultura urbana em Salvador, este foi o que contemplou um maior número de pontos positivos e consistentes para o desenvolvimento da atividade. Deve-se observar, no entanto, que a produção orgânica não foi incorporada no documento.

7.4. Situação do agricultor

O agricultor urbano de Salvador vive em situação de marginalidade. Não há reconhecimento da sociedade e do Poder Público da sua atividade. Paraguassu (2013) traçou um perfil dos agricultores das hortas que produzem comercialmente na cidade, onde constatou o seguinte:

- Na maioria das hortas o homem tem o papel mais importante e central.
- Cerca de 95% dos agricultores possuem mais de 50 anos de idade.
- Entre os homens, a maior parte possui até o ensino fundamental. Entre as mulheres há muitas analfabetas.
- Aproximadamente, 90% dos agricultores nunca tiveram outra atividade além da agricultura.
- Muitos são oriundos do meio rural, mais especificamente do estado de Sergipe.
- Maioria não possui apoio da família para continuar na atividade; o apoio vem de vizinhos, que se beneficiam com a proximidade das hortas.
- A atividade é realizada por necessidade e também por prazer.
- A maioria produz individualmente e não tem interesse em se associar.
- Muitos contratam mão-de-obra externa para ajudar nas épocas de maior demanda de trabalho.

De acordo com o perfil traçado percebe-se que, apesar de ser um trabalho que demanda muito esforço físico, a idade mais avançada não tem sido impeditiva para que os agricultores continuem suas atividades. Como a maioria deles sempre

trabalhou com agricultura, a falta de opções e a necessidade do trabalho pode explicar parte dessa realidade. No entanto, dois entrevistados com idade maior do que 50 anos e que possuem outras fontes de renda afirmaram trabalhar na horta por prazer (PARAGUASSU, 2013).

Quanto à aposentadoria, ainda não existem dados com relação a agricultores que já poderiam estar aposentados. Porém entre os entrevistados, há uma idosa que possui aposentadoria por outra atividade, mas continua trabalhando na horta porque gosta, mesmo sem obter quase nenhuma renda. Segundo ela, que não trabalhava com carteira assinada, pessoas próximas a auxiliaram a conseguir o benefício. Outra entrevistada de 44 anos afirmou ser a aposentadoria uma das suas maiores preocupações, pois não tem dinheiro para pagar o INSS. Ela disse:

Eu tenho vontade de poder pagar meu INSS porque a gente vai chegando na idade né? (...) hoje em dia tem gente aí que sofre mais do que eu porque tem doença, é mais velho, e tá aí correndo atrás, não sabe nem se vai conseguir se aposentar (PARAGUASSU, 2013).

O Governo Federal permite que agricultores familiares solicitem aposentadoria por idade em regime especial, mas alguns dos critérios não podem ser preenchidos pelos agricultores urbanos por não estarem na zona rural. Eles precisariam estar sindicalizados, possuir Incra da propriedade e estarem cadastrados no sistema federal de cadastro de agricultores familiares. Apesar disso, já existe jurisprudência para pedido de aposentadoria por agricultores urbanos mediante comprovação testemunhal da atividade por tempo prolongado e propriedade do terreno em nome da família, o que provaria a prática da agricultura em regime de economia familiar. O que foi levado em conta foi a atividade desenvolvida, com a justificativa de que o fato de residir na cidade, não a descaracteriza, uma vez que as condições e rotina de trabalho do agricultor rural e do urbano são as mesmas. No entanto, considerando-se a baixa escolaridade do agricultor urbano em Salvador, é provável que a maioria deles não tenha acesso a todas as formas possíveis para garantia do seu benefício.

Com isso, percebe-se que uma das medidas de atenção ao agricultor urbano deve ser uma maior garantia com relação à sua aposentadoria, igualando os seus direitos aos dos agricultores familiares da zona rural.

Outro ponto importante a ser observado relativo à idade média dos agricultores é o potencial de contribuição da agricultura urbana para a complementação da renda e saúde física e mental do idoso.

Um dos entrevistados da presente pesquisa, de 63 anos, faz trabalhos temporários e esporádicos como pedreiro e vigia, mas complementa a sua renda e alimentação com o trabalho na horta, que segundo ele, realiza a atividade também porque gosta.

O trabalho com a terra é pesado quando a área é grande, porém em proporções menores, pode proporcionar ao idoso uma oportunidade de relaxamento, atividade física e complementação da renda.

Através das entrevistas e do trabalho de Paraguassu (2013), como já referido pôde-se constatar que todos os agricultores entrevistados possuem baixa escolaridade, sendo muitos analfabetos ou analfabetos funcionais. No mercado de trabalho, essas pessoas possuem poucas opções e a agricultura urbana se mostrou uma boa opção de ocupação e geração de renda, como pôde ser visto na horta da Apromol.

Uma das pessoas entrevistadas, durante esta pesquisa, vivia de catar latas de alumínio da rua para a venda para reciclagem, mas depois que começou a trabalhar na horta, passou a preferir essa atividade do que a primeira. Segundo ela, com a agricultura ela "*esquece dos problemas*" e aprende muitas coisas. Ela diz:

Eu não sei ler não, sabe? Mas (...) eu tenho uma experiência de (da qual) quem sabe ler, que não tem. É como se fosse uma escola, cada dia que passa você tá aprendendo uma coisa diferente. **Entrevistado 04**

Existem ainda, agricultores que estão na atividade por falta de opções melhores. Um dos entrevistados afirmou:

Claro que eu gosto! [de trabalhar com horta]. Se eu não gostasse não tava esses anos todos trabalhando (...) eu não tenho outra profissão, se eu tivesse outra profissão ou uma leitura qualquer, eu não taria nesse negócio não. **Entrevistado 03**

Pessoas vindas do campo que não conseguiram se encaixar no mercado de trabalho encontram na agricultura uma forma de sobrevivência na cidade, fazendo uma das poucas coisas que sabem para garantir o seu sustento e de sua família.

Essa característica acontece em outras cidades estudadas, como em Pirapora - MG (MARTINS E SOUZA, 2009).

Nenhum dos entrevistados nessa pesquisa afirmou ter nascido em Salvador, o que pôde ser constatado também no trabalho de Paraguassu (2013). Isso reforça a ideia de que a agricultura pode ser uma importante fonte de trabalho para emigrantes que não conseguem se encaixar no mercado de Salvador.

7.5. Formação e fortalecimento de grupos de agricultores

Dentre as experiências levantadas foi constatado que os agricultores, de um modo geral, não estão organizados em grupos formalizados, o que enfraquece o poder de pressão deles sobre as autoridades.

Dentre as hortas visitadas, duas delas são formadas por grupos de agricultores que dividem o mesmo terreno, tendo cada um o direito de cultivar uma parcela do mesmo. A renda extraída não é dividida, porém os apoios externos em recursos financeiros são disponibilizados para o grupo e eles fazem a divisão dos benefícios.

Esses grupos, que não foram organizados espontaneamente, mas através de ações do Poder Público e da Igreja, não estão fortalecidos. Um deles não possui liderança e o outro, segundo pôde ser constatado em entrevista, possui liderança conflituosa, o que enfraquece e desestimula o grupo.

Não foi identificada nenhuma cooperativa de agricultores em Salvador. Tanto os agricultores associados entre si como os não associados têm a opinião comum de não querer dividir a renda extraída com outros, pois percebem diferença no esforço do dia-a-dia, o que reflete na produtividade.

Apesar de não estarem formalmente associados, os agricultores mantêm algum tipo de relação entre eles, e a principal forma de interação/colaboração observada foi a compra e venda mútua de produtos agrícolas e sementes. No entanto, não houver relatos de agricultores que tenham se juntado a outros para fazer reivindicações junto ao Poder ao Público.

Em Belo Horizonte, por exemplo, os agricultores fizeram em conjunto um pedido ao Governo Federal para a revisão da Lei de acesso ao Pronaf, para que eles também pudessem ser beneficiários dessa linha de crédito. Se aprovada, essa será uma

grande conquista para os agricultores urbanos e abrirá espaço para o pedido de aposentadoria em regime especial com as mesmas condições do agricultor rural.

Certamente, que os agricultores organizados em grupos têm mais possibilidade de acessar recursos do Poder Público devido à sua capacidade de pressão e mobilização.

7.6. Acesso à terra para cultivo

Segundo Martins e Souza (2009), o agricultor urbano que dispõe de propriedade da terra possui maior poder de competitividade com o mercado de produtos rurais. Isso porque, tendo garantia de permanência no longo prazo, ocorre o aumento da sua disponibilidade para investimentos.

Em nenhuma das hortas pesquisadas o agricultor possui propriedade da terra, apenas permissão para uso agrícola. No entanto, os agricultores da região de São Marcos vivem sob a constante ameaça de serem removidos para a passagem de uma via, pois segundo eles, técnicos que se identificaram como sendo da Prefeitura fizeram diversas medições no local e passaram essa informação. O mesmo foi dito pelo agricultor que ocupa a horta na outra extremidade do terreno, também de propriedade da Chesf.

Além da garantia de permanência aos agricultores é necessário facilitar a criação e permanência de novas hortas. Muitas medidas podem ser adotadas nesse sentido, como isenção de pagamento de IPTU (VIDAL, 2009) e uso produtivo de propriedades ociosas.

7.7. Fontes de financiamento

Na cidade de Salvador não há projetos de apoio à AU sendo desenvolvidos pela administração municipal e os agricultores urbanos têm realizado pressão neste sentido, por outro lado não possuem linhas de acesso a financiamentos por parte da Prefeitura.

No Brasil, as fontes de financiamento para a agricultura familiar não podem ser acessadas pelos agricultores urbanos, pois elas são exclusivas para o meio rural,

sendo de responsabilidade do Ministério da Agricultura. Enquanto prática institucionalizada, a AU está inserida no Ministério do Desenvolvimento Social.

No ano de 2009, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), realizou uma série de atividades com discussões sobre a agricultura urbana, que, no entanto, não foram revertidas em ações concretas para a melhoria das condições do agricultor.

Atualmente, a EBDA presta apoio a iniciativas pontuais de AU na Região Metropolitana de Salvador através de assistência técnica e bens de consumo. A única horta em Salvador assistida pela EBDA é a da Apromol, no Alto de Coutos.

Segundo os entrevistados da EBDA, essa empresa só oferece apoio a hortas urbanas coletivas, nunca individuais. Para isso, os agricultores têm que estar organizados e constituírem associação ou cooperativa devidamente legalizada, o que não acontece com a maioria dos agricultores. Como foi visto, isso só ocorre em casos onde houve intervenção de algum ente governamental, mas as iniciativas mais comuns são as individuais, o que restringe bastante o acesso do agricultor a recursos do governo.

A Chesf oferece anualmente ferramentas e insumos agrícolas para a Hortivasf, na Estrada da Muriçoca, porém os agricultores entrevistados relataram ser o apoio insuficiente para as suas necessidades.

As outras hortas, que não estão ligadas a alguma iniciativa governamental, não possuem apoio externo e os agricultores entrevistados declararam não ter conhecimento de nenhuma fonte de recursos financeiros que pudesse ser acessada diretamente por eles.

As principais necessidades relatadas pelos agricultores estão associadas ao acesso à água; aquisição de bombas para auxílio na irrigação; compra de veículo para vendas mais distantes; e compra de insumos agrícolas.

Logo, conclui-se que é importante a disponibilidade de fontes de financiamento que possam ser acessadas diretamente pelos agricultores para minimizar a sua dependência dos projetos e dos interesses do governo.

7.8. Agregação de valor a produtos da AU

Os produtos agrícolas têm baixo valor de mercado, sendo uma opção rentável apenas quando praticada a venda em grande escala. Como foi visto, a lógica prevalente do agronegócio acaba por excluir os pequenos agricultores, que possuem poucas terras, não têm acesso à tecnologia, e, sendo assim, só conseguem produzir em pequena escala, como é o caso dos agricultores urbanos.

Em Salvador, normalmente, os agricultores vendem seus produtos na própria horta ou na vizinhança em carrinhos de mão, sendo que alguns vendem para pequenos mercados de bairro. Nenhum dos agricultores entrevistados possui veículo para vendas em maiores quantidades e distâncias.

Foi observado ainda que os produtos comercializados nas hortas são vendidos a preços mais baixos do que os das grandes redes de supermercados. Aliando-se o pouco espaço, a baixa produtividade e o baixo valor de mercado dos produtos, os ganhos com a atividade normalmente são baixos.

Uma alternativa para aumentar os ganhos dos agricultores urbanos é o beneficiamento dos produtos antes da venda ao consumidor final.

Em uma das hortas foi observada a venda do aipim ralado, que possui valor superior àquele vendido como é retirado da terra. No entanto, são necessários recursos financeiros e espaço físico para um beneficiamento maior dos produtos. A venda de doces, licores, geleias, dentre outros produtos, pode agregar valor à produção e aumentar os ganhos dos agricultores.

A EBDA vem apoiando algumas iniciativas nesse sentido, entre agricultores urbanos da Região Metropolitana de Salvador, porém nenhum em Salvador.

Na Apromol, em uma tentativa de aumentar a renda dos agricultores, a Conder iniciou as obras de um galinheiro, que é uma alternativa para o fornecimento de matéria orgânica para adubação do solo. Apesar do maior valor de venda com os produtos, alguns agricultores se preocupam com questões como a segurança do galinheiro, pois temem que ocorram roubos à noite.

Dois dos agricultores entrevistados relataram a incidência de roubos de produção. Uma forma encontrada de contornar esse problema é a presença constante de ao

menos um agricultor que more ou passe a noite dentro da horta, para que faça a vigilância noturna ou intimide a entrada de invasores.

Para a inserção de atividades que gerem produtos de maior valor nas hortas, será necessária a construção de galpões equipados e que atendam às condições de higiene para a manipulação de alimentos. Os resíduos poderiam ser utilizados na própria horta, os sólidos orgânicos para adubação e as águas servidas para irrigação.

Em alguns terrenos onde estão instaladas as hortas e na maioria das áreas potenciais, não é permitido construir e para que seja possível a realização desses galpões, deve haver uma adaptação tanto das leis de uso do solo quanto dos materiais e técnicas construtivas para que não haja comprometimento ambiental e de segurança.

7.9. Assessoria técnica

A inexistência de assessoria técnica para os agricultores urbanos pode ter consequências não somente para o agricultor como para os consumidores dos produtos e vizinhança imediata. Estudos realizados pelo IDRC, apontam que a falta de apoio técnico, financeiro e jurídico, associados à insegurança e à concorrência pela terra, resultam em: práticas perigosas; perdas de produtos; baixa produtividade, rendimentos e lucros; recursos ociosos ou desperdiçados (KOCet *al.*, 1999).

A falta de apoio técnico pode levar a um uso indiscriminado que agroquímicos, que como já foi visto, é uma prática potencialmente perigosa sobretudo no meio urbano. Para os agricultores que produzem organicamente, a falta de orientação pode levar a uma grande perda de produtos, como pôde ser observado na Hortivasf. Nessa horta, há uma obrigação e sobretudo um interesse coletivo na produção orgânica, porém, devido à ausência de orientação técnica, esses produtores enfrentam grandes dificuldades com o controle de pragas, manejo do solo, tipos de culturas, etc.

O apoio técnico é de fundamental importância para que sejam maximizados os benefícios da agricultura urbana para a cidade. Muitos agricultores não possuem

conhecimentos suficientes sobre técnicas adequadas de compostagem, reúso de água, controle biológico de pragas, manejo adequado do solo e adubação orgânica.

É necessário ainda que haja orientação para o uso de agroquímicos naquelas hortas que estiverem em período de transição para a produção orgânica, pelos riscos que uso desses produtos, sem orientação adequada, oferecem.

São técnicas que podem aumentar a produtividade das hortas e a renda gerada, proporcionar o fornecimento de alimentos mais seguros e minimizar os riscos potenciais do uso de agroquímicos.

8. CENÁRIO DA AGRICULTURA URBANA EM SALVADOR

Conforme descrito na Metodologia, a construção dos Cenários da Agricultura Urbana em Salvador envolveu a realização de duas oficinas junto aos atores sociais. A primeira objetivou sistematizar as variáveis-chave que influenciam nos cenários possíveis e também construiu Matriz de Influência das variáveis-chave conforme técnica adaptada de Godet (2007). A segunda Oficina buscou estabelecer os cenários propriamente ditos.

Na primeira Oficina buscou-se garantir a representação de diferentes atores sociais interessados no tema, sendo convidados representantes de diversos seguimentos (instituições públicas, agricultores, feirantes, ONG e universidade). Fizeram-se presentes os atores apresentados no Quadro 31.

Quadro 31 – Atores Sociais Representados na 1ª Oficina de Construção de Cenários da AU. Salvador, 2012

Atores sociais	Representação
Feirante	Presidente da Associação dos Feirantes da Feira de São Joaquim
Agricultores	Agricultor de horta urbana
Poder Público	Assessor da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (ex-coordenador de Agricultura Urbana da EBDA). Coordenadora de Agricultura Urbana da EBDA.
Universidades	Professora do Instituto Federal da Bahia, desenvolve pesquisas em Agricultura Urbana e Biologia da Prefeitura Municipal de Salvador. Estudante de Engenharia Sanitária e Ambiental, com experiência em eco ecologia.

Fonte: Própria.

Durante a Oficina os participantes relataram suas experiências sobre a agricultura urbana e também discutiram suas expectativas para o futuro da atividade. Os presentes destacaram durante as discussões as dificuldades encontradas e as estratégias de enfrentamento adotadas. Nessa fase da Oficina foi possível perceber a necessidade de interação entre os diversos atores envolvidos com a AU em Salvador, o que não vem acontecendo.

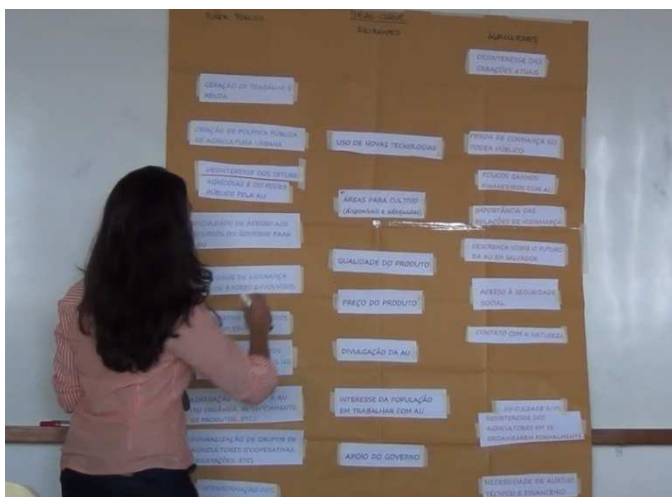
8.1. Construção de variáveis-chaves que influenciam na agricultura urbana em Salvador

Após as discussões iniciais os participantes foram orientados a realizarem a seleção das variáveis-chave que influenciam nos cenários da agricultura urbana de Salvador.

Assim, com auxílio de um monitor, os presentes passaram a debater o painel que apresentava todas as ideias-chaves identificadas nas entrevistas com os atores sociais (Figura 13). Após o reconhecimento e debate das ideias-chaves, os participantes foram instruídos a agruparem as ideias-chaves por similaridade em variáveis-chaves. Nesse processo algumas ideias-chaves foram descartadas e outras novas foram incorporadas.

O objetivo era encontrar um grupo de variáveis que descrevesse, de forma sintética, os principais fatores que exercem influência sobre a agricultura urbana em Salvador.

Figura 14– Painel utilizado para sintetizar as ideias-chave durante a 1ª Oficina.



Fonte: Própria.

As variáveis-chave sintetizadas pelos atores durante a 1ª Oficina foram as apresentadas no Quadro 32.

Quadro 32– Variáveis-chaves que influenciam na agricultura urbana de Salvador, segundo os atores sociais. 1ª Oficina. Salvador, 2012

	Variáveis-chave
A	Previsão de acesso a áreas para cultivo.
B	Construção e formulação de Política Pública de Agricultura Urbana nos três níveis de governo.
C	Interação entre instituições.
D	Inclusão Social.
E	Organização social dos agricultores urbanos.
F	Educação e comunicação social.
G	Qualidade e preço do produto.
H	Comprometimento dos atores envolvidos.

Fonte: Própria.

A definição dessas variáveis foi um momento importante, pois além de representarem a percepção de atores diretamente envolvidos na AU, permitiram identificar os principais pontos a serem desenvolvidos para o sucesso da agricultura urbana em Salvador.

8.2. *Matriz de influência das variáveis-chave para o desenvolvimento da agricultura urbana em Salvador*

Com a definição das variáveis-chaves de influência o passo seguinte foi a construção da matriz de influência de cada variável-chave para o desenvolvimento da agricultura urbana em Salvador.

Para a construção da matriz os participantes atribuíram pontos de influência de cada uma das variáveis sobre as outras. Por exemplo, fazia-se a seguinte pergunta para a variável-chave “área de cultivo”: *a previsão de acesso a áreas de cultivo influencia na construção e formulação de política pública de agricultura urbana nos três níveis de governo?* Se a resposta fosse *sim*, perguntava-se aos participantes o grau de influência da variável sobre as outras. Caso se considerasse que a influência era *muita*, a nota atribuída era 3; se fosse *mediana*, nota 2; e se fosse *pouco*, nota 1. Se a resposta fosse não, a nota atribuída era 0.

Nos pontos divergentes entre os atores havia a tendência a atribuir notas medianas, aparentemente como forma de minimizar conflitos. Uma matriz com maioria de notas medianas, poderia mascarar os resultados, uma vez que o objetivo dela é mostrar os pontos mais influentes e dependentes do sistema, ou seja, suas fragilidades e seus pontos fortes. Quando essa tendência foi identificada, foi estimulada uma reflexão um pouco maior antes da atribuição da nota comum, para minimizar a quantidade de notas medianas.

O resultado da matriz pode ser visto na Figura 15, a seguir apresentado.

Figura 15 – Matriz de Influência para a agricultura urbana, segundo atores sociais. 1ª Oficina. Salvador,2012

VARIÁVEIS-CHAVES DEPENDENTES											
VARIÁVEIS-CHAVES		Previsão de acesso a áreas para cultivo	Construção e formulação de Política Pública de Agricultura Urbana nos três níveis de governo	Interação entre instituições	Inclusão Social	Organização social dos agricultores urbanos	Educação e comunicação social	Qualidade e preço do produto	Comprometimento dos atores envolvidos	Σ	
		A	B	C	D	E	F	G	H		
VARIÁVEIS-CHAVE INFLUENTES	Previsão de acesso a áreas para cultivo	A	0	0	0	3	0	0	3	0	6
	Construção e formulação de Política Pública de AU nos três níveis de governo	B	3	0	3	3	1	0	0	0	10
	Interação entre instituições	C	3	3	0	3	0	0	0	0	9
	Inclusão Social	D	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Organização social dos agricultores urbanos	E	3	3	0	3	0	0	0	0	9
	Educação e comunicação social	F	3	1	0	3	0	0	0	0	7
	Qualidade e preço do produto	G	0	0	0	2	0	0	0	0	2
	Comprometimento dos atores envolvidos	H	2	3	3	3	3	3	2	0	19
Σ		14	11	6	20	4	3	5	0		

Fonte: Própria.

8.3. Variáveis-chave mais influentes e dependentes para a agricultura urbana em Salvador

Através da Matriz de Influência, segundo a técnica de Godet é possível identificar as variáveis mais influentes sobre o objeto de estudo, no caso a Agricultura Urbana em Salvador. Também permite identificar as variáveis mais dependentes e, ainda, classificar as variáveis segundo o seu grau de influência. A seguir são apresentados os resultados obtidos a partir da Matriz construída na 1ª Oficina.

– Variáveis mais influentes

As variáveis mais influentes são aquelas que exercem maior influência sobre o sistema como um todo. São as forças motrizes, aquelas capazes de promover as mudanças mais profundas sobre o sistema em questão, no caso, a agricultura urbana em Salvador. A relação delas com as outras variáveis também fornece informações sobre o sistema: quanto mais influente for uma variável, mais ela influencia sobre a probabilidade de ocorrência das demais.

As variáveis mais influentes foram as apresentadas no Quadro 33:

Quadro 33 - Variáveis-chave mais influentes na agricultura urbana em Salvador, segundo atores sociais. 2012.

Variáveis-chave mais influentes	
H	Comprometimento dos atores envolvidos.
B	Construção e formulação de Política Pública nos três níveis de governo.
C	Interação entre instituições.
E	Organização social dos agricultores urbanos.

Fonte: Própria.

– Variáveis mais dependentes

As variáveis mais dependentes são aquelas que dependem fortemente da ação das variáveis influentes. Quanto maior a dependência, mais a sua probabilidade de ocorrência é influenciada pelas demais. As variáveis mais dependentes estão apresentadas no Quadro 34.

Quadro 34 - Variáveis-chave mais dependentes na agricultura urbana em Salvador, segundo atores sociais. 2012

Variáveis-chave mais influentes	
D	Inclusão social.
A	Previsão de acesso a áreas para cultivo.
B	Construção e formulação de Política Pública nos três níveis de governo.

Fonte: Própria.

8.4. Grau de influência das variáveis-chave para a agricultura urbana em Salvador

Segundo a Matriz de Influência a variável de entrada encontrada durante a 1ª Oficina foi a variável-chave “H” (**comprometimento dos atores envolvidos**), que recebeu 19 pontos de influência e 0 de dependência.

Na visão dos participantes da Oficina, o comprometimento dos atores envolvidos é condição essencial para o sucesso da AU em Salvador. O motivo da ênfase nesse ponto pode ser explicado justamente por ter sido o descomprometimento do Poder Público com a AU um dos principais entraves identificados para o seu desenvolvimento.

O comprometimento dos atores envolvidos influencia em todas as outras variáveis relacionadas à agricultura urbana. Para os participantes, o Poder Público, os agricultores e a sociedade em geral devem estar empenhados na viabilização da agricultura urbana em Salvador, isso porque numa cidade em que o crescimento se dá de forma desordenada e onde a preocupação com a sustentabilidade urbana não é prioridade, muitos fatores tendem a inviabilizar a agricultura urbana. A pressão por áreas livres na cidade para a construção de vias e moradias para as classes de média e baixa renda; o desinteresse das novas gerações em trabalhar com agricultura; a pouca organização dos agricultores; e o desconhecimento do próprio Poder Público sobre a situação das hortas na cidade são alguns dos principais fatores que exigem medidas enérgicas dos atores diretamente envolvidos na questão para que uma nova visão sobre a produção de alimentos no meio urbano seja inserida e assimilada na cidade como um todo.

Essa variável, portanto, deve ser objeto de ações prioritárias. Inicialmente, deve ser pensada uma forma de sensibilizar e agregar os principais atores em potencial. Para isso, é necessário que uma das entidades lidere o processo, preferencialmente alguma que já possua corpo técnico com conhecimento sobre o tema. No cenário atual, três das entidades identificadas pelos participantes poderiam liderar o processo por possuírem estes profissionais: a EBDA, a Secretaria Municipal de Saúde e a UFBA.

- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola(EBDA) possui uma Coordenação de Agricultura Urbana, desenvolvendo trabalhos de apoio à atividade na Região Metropolitana de Salvador, com projetos isolados na capital. Já foi responsável pela organização de um Seminário Internacional de Agricultura Urbana com participação do Poder Público, universidades e organismos internacionais, o que demonstra a sua credibilidade frente à sociedade. As principais vantagens dessa entidade na

condução do processo são a legitimidade social e a capacidade de captação de recursos financeiros no âmbito estadual e federal.

- Secretaria Municipal de Saúde: realizou diagnóstico de todas as hortas de Salvador, tendo conhecimento, portanto, da dimensão da questão. As principais vantagens dessa entidade na condução do processo são o conhecimento da realidade local e a possibilidade de alocação de recursos humanos para trabalhar exclusivamente nessa questão, uma vez que a sua abrangência de atuação é o município.

- Universidades, em especial a Universidade Federal da Bahia: possuem pesquisas em desenvolvimento sobre planejamento urbano, agricultura urbana, aproveitamento de resíduos urbanos na agricultura, dentre outros. As principais vantagens dessa entidade na condução do processo são a disponibilidade de corpo técnico qualificado e multidisciplinar para trabalhar sobre a questão e a credibilidade frente aos atores envolvidos, além de ter uma posição politicamente mais isenta do que as entidades que fazem parte da administração pública. Por outro lado, a Universidade não possui poder de decisão, o que pode ser considerado como sua principal desvantagem.

Para agregar os atores envolvidos, a entidade condutora do processo pode agir inicialmente através da formação de Grupos de Trabalho, com o objetivo de sensibilizar os atores e gradativamente atribuir responsabilidades para cada um deles, formalizando compromissos que se traduzam em medidas práticas para o apoio à agricultura urbana em Salvador.

- **Variável de ligação**

A variável de ligação encontrada durante a 1ª Oficina foi a **variável-chave “B” (construção e formulação de política pública de agricultura urbana nos três níveis de governo)**, tendo recebido 10 pontos de influência e 11 de dependência.

A importância de políticas de apoio nos três níveis de governo se deve ao fato de que, quanto mais abrangente a ação de uma política sobre determinado tema, maior legitimidade ela pode alcançar no nível local, além de serem ampliados os acessos a recursos técnicos e financeiros para apoio à atividade.

Por meio dessas políticas, devem ser identificados os principais objetivos da AU – no caso da política municipal, especificamente para Salvador – estabelecidas as diretrizes para o seu desenvolvimento e garantidos os mecanismos para o apoio financeiro e institucional.

Foi considerado unanimidade entre os participantes que uma Política Pública de Agricultura Urbana deve ser construída coletivamente, com o envolvimento de diversas entidades e com participação social. Por esse motivo, a construção dessa política é fortemente influenciada pelo grau de comprometimento dos atores envolvidos, pela interação entre as instituições atuantes e pela organização social dos agricultores urbanos, que são diretamente interessados.

Uma vez construída e implementada essa Política, ela deverá influenciar fortemente sobre: a previsão de acesso a áreas para cultivo, uma vez que deve influenciar no planejamento urbano da cidade; a inclusão social, uma vez que uma Política Pública de Agricultura Urbana deve prever apoio aos agricultores existentes e inclusão de outros; a interação entre as instituições, uma vez que a Política construída coletivamente deve prever que os atores envolvidos na sua construção participem ativamente também da sua implementação.

Logo, a Política Pública de Agricultura Urbana é a variável mais instável, sendo influenciada e influenciando diversas outras, podendo ser considerada, portanto, o elemento mais importante para a viabilização da agricultura urbana na cidade.

- **Variáveis de resultado**

A principal variável resultado foi a variável-chave “**D**” (**inclusão social**), que recebeu pontuação 20 de dependência e 1 de influência. Isso significa que o principal resultado da implementação de uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador deve ser a inclusão social, confirmando os dados do diagnóstico que indicam a inclusão social como principal papel da agricultura urbana na cidade.

Outra variável-chave que pode ser considerada como resultado é a “**A**” (**previsão de áreas de acesso para cultivo**), que recebeu 14 pontos que dependência e 6 de influência. Com o crescimento acelerado da cidade e o aumento da demanda por espaço para habitação e infraestrutura urbana, um dos principais resultados de uma Política de AU é a garantia de espaços para cultivo, que vêm sendo gradativamente absorvidos pela urbanização, como pôde ser demonstrado neste trabalho.

- **Variáveis de pelotão**

O resultado da Matriz mostrou que todas as variáveis-chave exercem algum grau de influência e/ou dependência umas sobre as outras. No entanto, duas delas receberam pontuação mediana e/ou baixa tanto de influência quanto de dependência. A variável-chave **“G” (qualidade e preço do produto)**, recebeu 2 (dois) pontos de influência e 5 (cinco) de dependência, o que demonstra que, apesar de ter sido identificada como uma das variáveis mais importantes para a agricultura urbana, não se pôde estabelecer claramente o seu papel frente às outras. Por ser um fator diretamente ligado ao mercado, pode-se concluir que uma vez sendo favoráveis as condições para a agricultura urbana em Salvador, a qualidade e o preço do produto se auto regulariam, não sendo prioritária uma ação específica sobre essa variável. Nesse caso, não foi considerada a ação dos atravessadores, uma vez que, pela escala de produção e pela proximidade do mercado consumidor, os produtores urbanos têm condições de negociar diretamente com os comerciantes ou consumidores finais o valor dos seus produtos.

Outra variável-chave para a qual não ficou claro o papel frente às outras foi a **“F” (educação e comunicação social)** que recebeu 7 pontos de influência e 3 de dependência. Segundo Godet (2007), a matriz de influência serve para confirmar hipóteses sobre a explicação do funcionamento de um sistema. Para o autor, muitas vezes o resultado da análise é surpreendente, pois entre 10% e 20% dos resultados são contra intuitivos, conduzindo muitas vezes a uma atribuição de influência ou dependência às variáveis diferente do previsto. Foi o caso dessa variável, para a qual se esperava um valor de influência maior do que o resultado.

Foi identificado que a educação e a comunicação social influenciam na previsão de áreas para cultivo e na inclusão social; no entanto, isoladamente, ela não influencia e nem é influenciada com força suficiente para modificar o cenário de nenhuma das variáveis. Nesse sentido, Pontual (2005), coloca que na América Latina, embora os mecanismos de educação popular e os processos de democratização e consciência cidadã tenham sido ampliados nos últimos anos, cresceu também a desigualdade social, o trabalho precário e a deterioração do tecido social.

É possível concluir portanto, que a educação e comunicação social, apesar de consideradas importantes por estarem entre as variáveis-chave do sistema, não são

tão influentes ou dependentes quanto as outras. De acordo com Paulo Freire (1995) *“Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem a educação, é difícil construir a cidadania”*.

O resultado da Matriz evidenciou uma ideia coletiva de que a educação sozinha não será capaz de modificar a situação dos agricultores urbanos, embora ela seja um dos instrumentos de transformação.

Nota-se que o fator comprometimento é considerado mais influente do que o fator educação, por exemplo. Logo, as variáveis consideradas como essenciais para a construção do cenário desejado foram aquelas que traduzem uma ação mais direta sobre o sistema.

8.5. Caracterização das Forças Atuantes sobre os Fatores Críticos na Agricultura Urbana de Salvador

A partir da matriz de influência e após a classificação das variáveis-chave, como exposto nos itens 8.3 e 8.4, foi possível identificar os principais pontos a serem trabalhados para o desenvolvimento da AU em Salvador:

- Previsão de acesso a áreas para cultivo.
- Construção e formulação de Política Pública de Agricultura Urbana nos três níveis de governo.
- Interação entre instituições e comprometimento dos atores envolvidos.
- Inclusão Social.
- Organização social dos agricultores urbanos.

De acordo com a metodologia utilizada, com a identificação dos principais fatores críticos, deve ser feita uma caracterização das forças que podem atuar sobre cada uma e, posteriormente deve-se identificar os estados futuros possíveis para cada uma.

A seguir discute-se as forças que podem atuar em cada fator crítico:

- **Previsão de acesso a áreas de cultivo**

A principal força atuante sobre este fator é a legislação local, sendo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano o instrumento que trata da função do solo urbano.

Segundo o resultado da Matriz de Interação, todos os outros fatores que exercem influência sobre este têm como objetivo final a implementação de dispositivos legais no âmbito municipal que garantam a reserva de áreas para a AU.

- **Construção e formulação de Política Pública de Agricultura Urbana nos três níveis de governo**

Influenciam sobre esse fator: a interação entre as instituições, a organização social dos agricultores urbanos, e o comprometimento dos atores envolvidos. Nesse caso, dois fatores são preponderantes: os políticos e os sociais. É necessário um comprometimento político dos governos atuantes, que devem estar alinhados sobre a importância da agricultura urbana. Por outro lado, é importante a participação social, especialmente a dos agricultores, de modo que eles possam pressionar os governos e exercer o controle social sobre as ações a serem implementadas.

- **Interação entre instituições e comprometimento dos atores envolvidos**

Sobre esse fator atuam questões políticas e legais. A interação entre os entes atuantes e o comprometimento dos atores são capazes de influenciar na construção de uma Política Pública de Agricultura Urbana, bem como são influenciados por ela.

- **Inclusão social**

A agricultura urbana tem grande potencial para a promoção da inclusão social, como se pôde verificar nas Oficinas e na revisão de literatura. Esse fator é fortemente influenciado por todos os outros considerados como chave para o sistema em questão.

- **Organização social dos agricultores urbanos**

A organização social dos agricultores urbanos é fortemente influenciada pelo comprometimento dos atores envolvidos, ou seja, é necessário o comprometimento tanto dos agricultores com sua atividade, quanto das universidades, sociedade civil organizada, e do próprio Poder Público, que podem estimular essa organização através da disseminação de informação, abertura de canais para a participação e controle social, ações para a promoção da organização social, promoção da educação para a cidadania, associativismo, cooperativismo, etc.

8.6. Identificação dos Estados Futuros Possíveis para a Agricultura Urbana em Salvador

Uma vez identificados os fatores críticos e as forças que influenciam sobre eles foram relacionados os fatores críticos com os fatores de influência. Cada cenário foi o resultado de uma hipótese que surgiu da seguinte pergunta: Como uma força X pode influenciar sobre um fator Y?

Durante a Oficina foram trabalhados de forma mais detalhada apenas os fatores endógenos, ou seja, de abrangência no nível do cotidiano dos participantes. Os fatores exógenos, ou de âmbito nacional, foram tratados na oficina de forma geral, pois os participantes não possuem atuação no nível federal.

8.6.1. Fatores Endógenos

- Hipóteses que podem influenciar na **previsão de áreas para cultivo**

HIPÓTESE 1
Havendo uma Política Pública de Agricultura Urbana na cidade
Uma Política Pública de Agricultura Urbana prevê a reserva de áreas para cultivo em Salvador. Essa reserva é feita através de modificações no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano municipal, assegurando a manutenção das áreas existentes, seja nos locais onde estão hoje, seja por relocação dessas, e prevendo novas áreas, a exemplo de áreas <i>non aedificandi</i> , terrenos particulares sem uso, áreas próximas às áreas de preservação, que devem funcionar como zona de transição, áreas de risco para habitação, áreas reservadas para planos futuros, como futuros corredores viários ou locais onde se pretende construir grandes equipamentos urbanos, de modo que se dê um uso não construído ao local, até que seja o momento de executar o plano previsto. Com a existência de uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador, aumentam as áreas de cultivo na cidade.
Havendo interação entre instituições
Ocorre interação entre os setores da Prefeitura Municipal ligados ao planejamento urbano, educação, saúde, etc. Desse modo, passam a ser ampliadas as possibilidades de áreas para cultivo, pois além de terrenos sem uso, são implantadas hortas nas escolas,

integrando-as ao ensino das ciências e educação ambiental e complementando a merenda escolar; hortas nos presídios, como forma de reintegração social dos detentos; hortas nos asilos e hospitais, como terapia ocupacional, entre outras possibilidades.

Havendo educação e comunicação social e organização social dos agricultores urbanos

Os agricultores urbanos se organizam, promovendo maior pressão sobre o poder público para a criação e implementação de medidas de apoio à AU. Além disso, os interesses individuais passam a ser coletivizados, de modo que todos ganham força em situações onde é necessária relocação das hortas, indenização das famílias, etc

HIPÓTESE 2

Não havendo uma Política Pública de Agricultura Urbana na cidade

Não são reservadas áreas para agricultura urbana. Os agricultores urbanos se instalam em terrenos baldios, terrenos alagados, proximidades das áreas de preservação e áreas *non aedificandi*. A pressão do mercado imobiliário valoriza os terrenos urbanos e expulsa os agricultores do miolo de Salvador. Alguns agricultores criam novas hortas em áreas mais periféricas, entre os limites municipais. Outras hortas deixam de existir, devido a idade avançada dos agricultores. O trabalho árduo e o baixo incentivo governamental faz com que seus descendentes não tenham interesse em seguir com a atividade e vendem os terrenos para uso imobiliário.

A Prefeitura utiliza os terrenos públicos onde estão instaladas hortas para novos projetos de vias para a cidade. Os agricultores são indenizados com baixos valores devido às poucas benfeitorias. Para eles, surgem as seguintes opções: a) comprar terrenos menores em áreas menos valorizadas e continuar com a atividade; b) invadir outros terrenos para continuar com a atividade; c) voltar para o interior, em busca de auxílio familiar; e d) buscar outro trabalho informal em Salvador. Com a dificuldade para encontrar terreno agricultável na cidade, no longo prazo dificulta-se cada vez mais a dinâmica de surgimento de novas hortas iniciadas por pessoas vindas do interior do Estado. Os que conseguem encontrar terreno, invadem áreas cada vez próximas dos limites intermunicipais.

Não havendo interação entre instituições

Hipótese 2.1

Uma das Secretarias Municipais se responsa pela criação de uma política pública de agricultura urbana, sem contato direto com as outras, o que leva a uma política limitada, que contempla poucas áreas do conhecimento e não possui todas as possibilidades exploradas para a expansão da atividade na cidade.

Hipótese 2.2

Não é criada uma Política Pública de AU no município e as ações de agricultura urbana são isoladas. Algumas iniciativas surgem através de apoio do Governo do Estado, Universidades e Secretarias Municipais, no entanto, sem a união das potencialidades de cada uma, nenhuma iniciativa adquire grande relevância na escala municipal.

Em ambas as hipóteses, a agricultura continua a existir na cidade, porém como iniciativas isoladas, em poucos espaços, ficando extremamente vulnerável a fatores externos.

- Hipóteses que podem influenciar na **Construção e formulação de Política Pública de Agricultura Urbana nos três níveis de governo**

HIPÓTESE 1

Havendo interação entre instituições e comprometimento dos atores envolvidos

Havendo interação entre as instituições, é facilitada a construção de uma Política Pública mais consistente e com maior comprometimento dos atores envolvidos na busca por resultados.

Havendo organização social dos agricultores

A organização dos agricultores facilita a participação destes enquanto atores na construção de uma Política Pública alinhada com os seus interesses, sendo portanto, mais passível de sucesso, uma vez que estes são os atores principais na atividade.

HIPÓTESE 2

Não havendo comprometimento dos atores envolvidos

Não há adesão entre os atores envolvidos para a construção de uma Política Pública de AU consistente.

<p>Hipótese 2.1</p> <p>É criada uma Política Pública por uma das Secretarias prevendo a interação entre as instituições e a participação da sociedade, porém sem o comprometimento delas, a Política não encontra terreno fértil para se consolidar e não se concretiza de fato.</p> <p>Hipótese 2.2</p> <p>Sem o comprometimento dos atores envolvidos, as discussões sobre o tema se iniciam, porém não chegam a um ponto comum. Dessa forma, as discussões se encerram se que se chegue ao objetivo da construção coletiva de uma Política Pública de agricultura urbana.</p>
<p>Não havendo organização social dos agricultores</p>
<p>Hipótese 2.1</p> <p>Os agricultores urbanos continuam atuando de forma clandestina, sem reconhecimento profissional, sem garantias sobre a terra e sua atividade. O governo local ignora a existência desses agricultores, uma vez que não há qualquer pressão social para que eles sejam reconhecidos. A prefeitura não reconhece os agricultores urbanos como uma parcela da população que deve estar inserida em uma Política Pública específica.</p> <p>Hipótese 2.2</p> <p>É construída uma Política Pública com participação pouco representativa dos agricultores. Os interesses coletivos não são contemplados e a Política Pública não se concretiza conforme o esperado. Sem controle social, há desvio de recursos e favorecimento de alguns agricultores em detrimento de outros, sem que haja conhecimento e reivindicação das partes por seus direitos.</p>

- Hipóteses que podem influenciar na **Interação entre instituições e comprometimento dos atores envolvidos**

<p>HIPÓTESE 1</p>
<p>Havendo uma Política Pública de Agricultura Urbana nos três níveis de governo</p>
<p>Havendo Políticas Públicas para Agricultura Urbana alinhadas nos três níveis de governo, cria-se o cenário favorável para uma maior interação entre as instituições nos três níveis</p>

de poder. Recursos técnicos e financeiros são captados com maior facilidade e são criados mecanismos de apoio consistentes para o apoio à AU.

HIPÓTESE 2

Não havendo uma Política Pública de Agricultura Urbana nos três níveis de governo

O comprometimento dos atores envolvidos e a interação entre as instituições fica submetido aos interesses individuais dos técnicos ou do grupo político atuante no momento. Sem uma base legal que direcione e obrigue às ações, as relações institucionais ficam fragilizadas e sem continuidade, perdendo força com o tempo.

- Hipóteses que podem influenciar na **Inclusão social**

HIPÓTESE 1

Havendo previsão de áreas para cultivo

Com a ampliação das áreas de agricultura urbana e a consolidação das existentes, aumenta a população beneficiada com a criação de novas hortas. Aquelas existentes são legalizadas, ordenadas e se necessário, relocadas para um local mais adequado. Os agricultores têm garantias sobre a terra que trabalham e o seu uso é regularizado. Com isso, eles se sentem mais seguros para investir tempo e recursos financeiros na atividade, aumentando a produtividade da terra e conseqüentemente os seus lucros. Além disso, se sentem mais tranquilos com relação ao futuro, o que influencia diretamente na auto-estima.

Havendo Políticas Públicas de Agricultura Urbana nos três níveis de governo

Com a construção de uma Política Pública de agricultura urbana que tem a inclusão social como um dos seus objetivos, os agricultores passam a ser reconhecidos como tal, estando inclusos socialmente enquanto profissionais.

Havendo interação entre instituições e comprometimento dos atores envolvidos

A interação entre as instituições favorece a inclusão dos agricultores urbanos nos diversos programas sociais, especialmente do Governo Federal. Por meio de uma ação integrada entre as instituições nos diversos níveis de governo, os agricultores urbanos passam a ter

acesso concomitante ao microcrédito, à aposentadoria rural, à capacitação técnica, entre outras medidas de incentivo. Com isso, aumenta o estímulo individual para continuar na atividade, mesmo entre as gerações mais novas.

Havendo educação e comunicação social e organização dos agricultores urbanos

Os agricultores estão capacitados e organizados para cobrar não somente a aplicação dos direitos adquiridos, como a criação de novas medidas de apoio para a atividade e para a sua situação enquanto profissional.

HIPÓTESE 2

Não havendo previsão de áreas para cultivo

Os agricultores se assentam em terras que não atraem o interesse de outras atividades. Vivem em situação de clandestinidade, como invasores, sem garantias ou direitos sobre a terra. Não há inclusão social.

Não havendo Políticas Públicas de Agricultura Urbana

Os agricultores urbanos não são reconhecidos pela sociedade como tal. Vivem em situação de clandestinidade e não possuem os mesmos direitos dos agricultores rurais, ainda que exerçam a mesma atividade. Não têm acesso a crédito, assistência técnica e outros meios de melhorar o seu trabalho sua produtividade e seus lucros, de modo que os ganhos são sempre poucos. Os estímulos são muito poucos, de modo que os filhos dos agricultores não querem seguir a mesma profissão. Os agricultores são socialmente excluídos.

Não havendo interação entre instituições e comprometimento dos atores envolvidos

Não há esforço coletivo para a inclusão dos agricultores em programas sociais e nem para a criação de medidas que garantam direitos e deveres relativos à sua atividade. Algumas medidas são criadas nos diversos níveis de governo, mas sem interação institucional, essas medidas não chegam ao agricultor urbano de Salvador.

Não havendo educação e comunicação social e organização dos agricultores urbanos

Os agricultores praticam a sua atividade isoladamente de forma clandestina e não se

organizam para buscar os seus direitos e o seu reconhecimento junto aos governos. Sem pressão externa, os governos não realizam medidas que modifiquem efetivamente a situação de clandestinidade em que se encontram.

- Conjunto de hipóteses que podem influenciar na **Organização social dos agricultores urbanos**

HIPÓTESE 1

Havendo comprometimento dos atores envolvidos

Os atores envolvidos estão comprometidos com o progresso da AU e é estimulada a organização social dos agricultores urbanos. Organizados, os agricultores colaboram para que os outros atores (governo, universidades, ONGs, etc) exerçam o seu papel.

HIPÓTESE 2

Não havendo comprometimento dos atores envolvidos

Os agricultores urbanos não se organizam sem estímulo externo e não há nenhum ente que estimule essa organização. Desorganizados, eles ficam cada vez mais vulneráveis a fatores externos à sua atividade.

8.6.2. Fatores Exógenos

Os fatores exógenos são aqueles de abrangência nacional, que não sofrem influência direta do poder local, mas o influencia fortemente. A dependência dos fatores endógenos vai depender dos interesses locais, embora a criação de medidas de apoio à agricultura urbana no nível federal possam influenciar as ações locais.

Os principais fatores exógenos identificados pela revisão de literatura foram: a) preço dos alimentos; b) crescimento da população urbana em situação de pobreza ou desemprego; e c) criação de estímulos à agricultura urbana e ao agricultor urbano no nível federal.

- **Preço dos alimentos**

HIPÓTESE 1

Grandes investimentos com irrigação e tecnologia no meio rural possibilitam que a produção de alimentos atenda satisfatoriamente o mercado interno, mesmo com as mudanças climáticas. O Governo Federal regula a produção agrícola, de modo que o abastecimento do mercado interno com alimentos para todos seja prioridade sobre outras produções, a exemplo de matéria-prima para biocombustíveis, indústrias têxteis, cosméticas, e outros. Incentivos fiscais impedem que os preços aumentem quando há um incremento nos gastos com tecnologia. Os preços dos alimentos se estabilizam, de modo que não ocupam uma proporção inviável nos gastos da grande maioria das famílias brasileiras residente nos centros urbanos.

HIPÓTESE 2

As mudanças climáticas afetam diretamente a produção agrícola. Mudanças nos regimes de chuvas, com grandes enchentes e secas no meio rural, afetam principalmente a agricultura familiar, que possui pouco acesso a recursos financeiros e tecnologia. O mercado interno segue a tendência atual de ser majoritariamente abastecido por gêneros alimentícios não beneficiados provenientes da agricultura familiar, estando os maiores investimentos agrícolas direcionados para a exportação e para a produção industrial.

Os investimentos do Governo Federal no setor agrícola estão mais direcionados para setores que movimentam a macroeconomia. Sem grandes investimentos, a agricultura familiar não consegue abastecer o mercado interno satisfatoriamente. Os preços dos alimentos aumentam nos centros urbanos, ocupando uma proporção cada vez maior da renda da população mais pobre.

- **Crescimento da população urbana em situação de pobreza ou desemprego**

HIPÓTESE 1

Programas sociais do Governo Federal aumentam a renda da população, retirando da linha de pobreza uma parcela cada vez maior da população. A economia do país cresce, de modo que o desemprego diminui na maioria das grandes cidades do país. Incentivos aos pequenos agricultores no meio rural fixam o homem no campo, de modo que diminui

(e ou) imigração para os centros urbanos.

HIPÓTESE 2

Os programas sociais do Governo Federal se mostram insuficientes para retirar da linha de pobreza boa parte da população urbana. Cresce o trabalho informal. O Governo Federal não implementa medidas de combate às mudanças climáticas. Os pequenos agricultores no meio rural, sem água para produzir e para beber, migram para os centros urbanos em busca de maiores facilidades e oportunidades. Sem qualificação profissional, essas pessoas não conseguem emprego e partem para o trabalho informal, aumentando o contingente de pessoas pobres nas cidades.

- **Criação de estímulos para a agricultura urbana e o agricultor urbano no nível federal**

HIPÓTESE 1

O Governo Federal amplia gradativamente o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, chegando a criar a Política Nacional de Agricultura Urbana, estabelecendo linhas de financiamento para os municípios e fixando objetivos e diretrizes gerais para que estes desenvolvam suas ações no nível local. Os agricultores urbanos são reconhecidos como tal e apesar de estarem inseridos no meio urbano, seus direitos equiparam-se aos dos agricultores rurais, sendo assim ampliados os acessos a programas sociais e financiamentos independente da atuação do município.

HIPÓTESE 2

Os incentivos para a agricultura urbana não são ampliados. Os recursos disponíveis para esse fim no nível federal são limitados e dependem de editais. Os agricultores urbanos não têm seus direitos equiparados aos dos rurais, fazendo com que a atividade seja cada vez menos atrativa e os agricultores excluídos de diversos programas sociais. Sem garantia de recursos permanentes vindos de fontes externas, e tendo uma gama extensa de problemas urbanos consequentes de décadas de crescimento desordenado, o poder municipal não prioriza a aplicação de recursos técnicos e financeiros na agricultura urbana. A atividade fica sendo desenvolvida então de forma marginal, sem participação efetiva do poder público.

8.7. Estabelecimento de premissas e condicionantes para as variáveis-chave

A partir identificação dos estados futuros possíveis para da Agricultura Urbana em Salvador foi possível, então, elaborar um quadro sintético das premissas e condicionantes de cada variável-chave (Quadro 35).

Quadro 35 - Premissas e Condicionantes para as Variáveis-chave

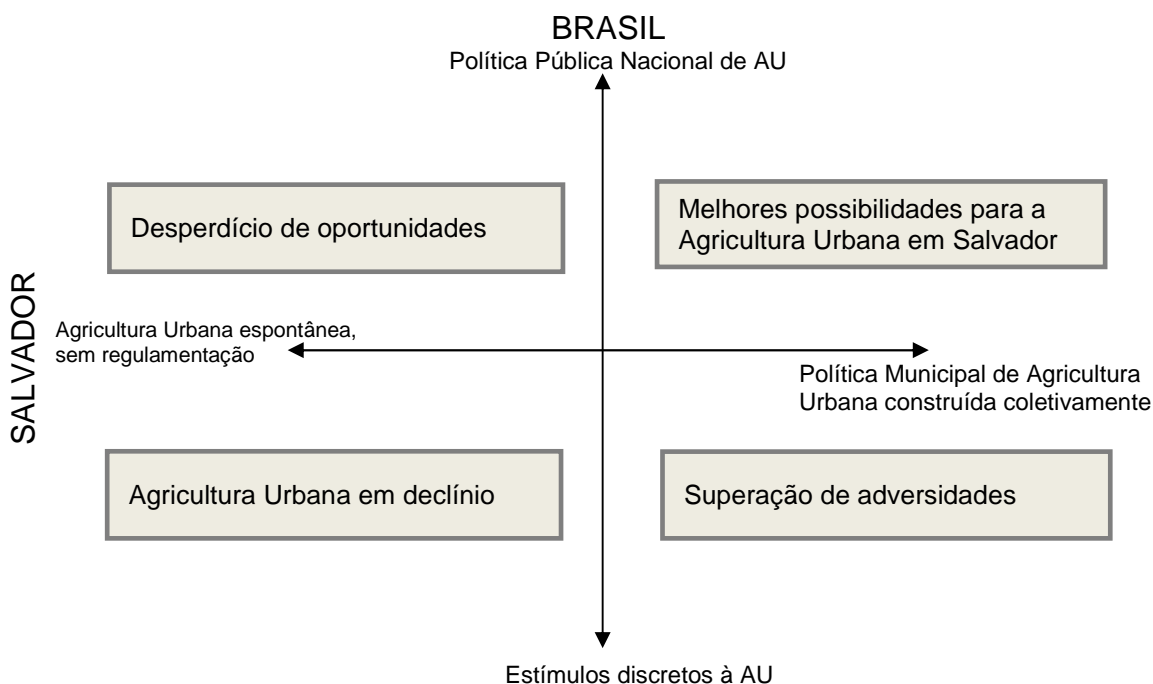
Variável-chave	Premissas	Condicionantes
Previsão de acesso a áreas de cultivo	<ul style="list-style-type: none"> ○ existência de áreas adequadas para cultivo na cidade de Salvador ○ existência de pessoas interessadas em praticar agricultura urbana 	<ul style="list-style-type: none"> ○ revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano ○ inserção da agricultura urbana em programas fora do âmbito do planejamento urbano (hortas nas escolas, presídios, hospitais, etc) ○ pressão dos agricultores organizados sobre o poder público
Construção e formulação de Política Pública de Agricultura Urbana nos três níveis de governo	<ul style="list-style-type: none"> ○ interesse e comprometimento político dos governantes dos três poderes sobre as questões da agricultura urbana 	<ul style="list-style-type: none"> ○ comprometimento político dos governos atuantes ○ interação entre as instituições ○ participação dos movimentos sociais e dos agricultores urbanos
Interação entre as instituições	<ul style="list-style-type: none"> ○ interesse e comprometimento dos técnicos e/ou dos governantes sobre as questões da agricultura urbana 	<ul style="list-style-type: none"> ○ interesse e comprometimento político dos governantes sobre as questões da agricultura urbana
Inclusão social	<ul style="list-style-type: none"> ○ existência de uma Política Pública de Agricultura Urbana 	<ul style="list-style-type: none"> ○ garantias sobre o uso da terra ○ apoio técnico e financeiro ○ organização social dos agricultores urbanos ○ reconhecimento social e profissional do agricultor urbano, com garantias e direitos
Organização social dos agricultores urbanos	<ul style="list-style-type: none"> ○ existência de agricultores urbanos em Salvador 	<ul style="list-style-type: none"> ○ existência de comunicação e educação social ○ existência de potenciais lideranças entre os agricultores urbanos

Fonte: Própria.

8.8. Estruturação da matriz de cenários

Após a eliminação das alternativas improváveis e da escolha dos cenários compatíveis com o objeto, foi feita a estruturação da matriz de cenários através de combinação entre os estados futuros possíveis e as premissas condicionantes e determinantes de cada fator crítico pode ser vista na Figura 16;

Figura 16 – Matriz de Cenários da Agricultura Urbana em Salvador. 2012.



Fonte: Própria.

Com isso, e com os resultados anteriores pode-se descrever cada cenário, conforme apresentado no Quadro 36.

Quadro 36 – Descrição dos Cenários para a Agricultura Urbana em Salvador. 2012.

Cenário	Descrição
Cenário I: Melhores possibilidades para a Agricultura Urbana em Salvador	O Governo Federal amplia significativamente o apoio à agricultura urbana, em um entendimento da sua importância para as cidades. É criada a Política Nacional de Agricultura Urbana. A Prefeitura de Salvador, impulsionado por ela, decide criar a sua Política Municipal de Agricultura Urbana, construída com a participação de diversos setores do poder público, movimentos sociais, universidades e agricultores.

Cenário II: Desperdício de oportunidades	O Governo Federal amplia significativamente o apoio à agricultura urbana, em um entendimento da sua importância para as cidades. É criada a Política Nacional de Agricultura Urbana, e com elas diversas possibilidades para a inserção social do agricultor urbano e um maior desenvolvimento da atividade. A cidade de Salvador, no entanto, não se insere nesse contexto e não cria a sua Política Municipal de Agricultura Urbana. A atividade segue sendo desenvolvida sem apoio municipal, dependente de ações pontuais de apoio do Governo do Estado, Universidades, e outros organismos externos.
Cenário III: Superação das adversidades	Não é criada uma Política Nacional de Agricultura Urbana e o apoio Federal à atividade se mantém discreto. A Prefeitura Municipal de Salvador, no entanto, entendendo a agricultura urbana como realidade secular e considerando a sua importância para a cidade, cria a sua Política Municipal de Agricultura Urbana, com previsão de recursos técnicos e financeiros para a atividade, regulamentação, garantias para o agricultor, entre outros. Ocorre expansão quantitativa e qualitativa da agricultura urbana na cidade.
Cenário IV: Agricultura Urbana em declínio	No cenário nacional, a agricultura urbana não ganha espaço. O município desperdiça as poucas oportunidades que surgem nos níveis federal e estadual e permite que a atividade seja desenvolvida de forma clandestina. Muitas hortas deixam de existir devido principalmente a obras públicas. Os espaços ficam cada vez mais escassos e agricultura urbana tende a não existir mais em escala comercial.

Fonte: Própria

8.9. Validação da Matriz de Influência e da Matriz de Cenários da Agricultura Urbana em Salvador

A validação dos resultados parciais, da matriz de influência e da matriz de cenários foi realizada na 2ª Oficina realizada junto aos atores sociais. A Oficina contou com a participação de dois representantes da EBDA; 3 representantes dos agricultores; 1 representante dos feirantes; e 2 representantes da universidade.

Os cenários foram apresentados aos participantes para que juntos chegassem a uma conclusão sobre qual seria o mais provável, o mais improvável e o indesejável.

Na construção de cenários, tão importante quanto estabelecer o cenário desejado é identificar o cenário indesejado, pois ele servirá de controle, mostrando onde se chegará se as etapas a serem seguidas não acontecerem conforme o planejado.

O resultado da Construção de Cenários se configurou da seguinte forma:

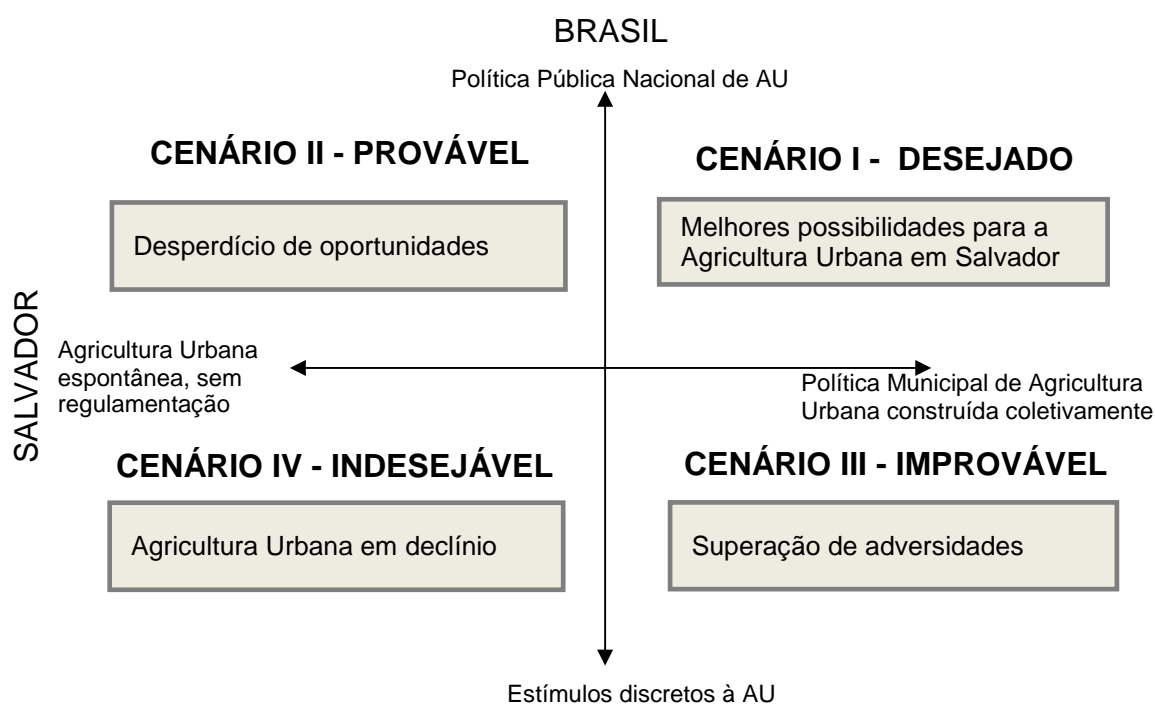
Quadro 37 – Descrição dos Cenários para a Agricultura Urbana em Salvador, após validação em Oficina. 2012.

Cenário	Descrição
Cenário Desejado: Melhores possibilidades para a Agricultura Urbana em Salvador	No cenário desejado a agricultura urbana seria apoiada por meio de Políticas Públicas tanto no âmbito nacional quanto no local. Com isso, existiriam as melhores possibilidades para o desenvolvimento da agricultura urbana em Salvador. Para que se chegue nesse cenário é necessário, portanto, a reunião de todos os esforços do governo local para a construção e aplicação da Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador e aproveitamento de todas as oportunidades criadas pelo Governo Federal para impulsionar a agricultura urbana. Outra ação importante é a ação coletiva dos atores envolvidos para exercer pressão junto ao Governo Federal para incluir os agricultores urbanos nas políticas de apoio ao pequeno agricultor rural.
Cenário Provável: Desperdício de oportunidades	É um cenário pessimista, porém não considera o desaparecimento da AU em Salvador. Os participantes acreditam que as medidas de apoio à agricultura urbana tendem a ser maiores no âmbito federal do que no local. Embora se deseje as melhores possibilidades para a agricultura urbana, o contexto atual leva a crer que Salvador continuará desperdiçando oportunidades. Se nada for feito no âmbito local, a tendência é que a agricultura urbana não deixe de existir, mas continue a ser desenvolvida de forma espontânea, marginal e pouco explorada em suas potencialidades.
Cenário Improvável: Superação das adversidades	O grupo não acredita que o município, mesmo sem nenhum apoio federal, tome a iniciativa de apoiar a agricultura urbana com recursos próprios. Considerou-se portanto, que não haverá uma mudança radical com relação à tendência atual que é a da AU sem apoio do Poder Municipal.
Cenário Indesejado: Agricultura Urbana em declínio	Se todas as iniciativas de apoio governamental recuarem, dificilmente a AU poderá resistir em Salvador e a tendência é o seu desaparecimento em escala comercial. Sem incentivos externos e com a pressão pelo espaço urbano cada vez maior, as áreas agrícolas já existentes deixarão de existir ou serão cada vez mais reduzidas, sem possibilidades de aproveitamento de suas potencialidades

	socioeconômicas e ambientais. Esse é portanto o cenário de controle, ou seja, o futuro que se chegará se as medidas de apoio não forem executadas.
--	--

Fonte: Própria

Figura 17 – Cenários Provável, Desejável, Indesejável e improvável da Agricultura urbana em Salvador



Fonte: Própria

Além dos cenários, outras questões consideradas necessárias para a expansão da agricultura urbana em Salvador foram discutidas na Oficina, sendo as principais delas:

- União e liderança entre os agricultores.
- Educação de base para aceitação e reconhecimento da agricultura urbana entre cidadãos e profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia.
- Uso racional da água para irrigação.
- Acesso à terra.

- Apoio financeiro e incentivos para baixar o preço dos alimentos orgânicos.
- Interação entre as entidades envolvidas.

Como a escolha dos cenários foi feita em conjunto, foi solicitado a cada ator que individualmente propusesse o que seria o cenário desejado e o provável para a AU em Salvador. Com esse recurso, poderia ser avaliado o nível real de homogeneidade e os níveis de otimismo do grupo.

Quadro 38 – Cenário Desejado e Provável para a Agricultura Urbana em Salvador. 2012.

CENÁRIO DESEJADO	CENÁRIO PROVÁVEL
ATOR 01	
<ul style="list-style-type: none"> • Entre 15% e 30% dos produtos consumidos na cidade possuem produção orgânica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Haverá organização entre os agricultores.
ATOR 2	
<ul style="list-style-type: none"> • 50% dos vegetais e hortaliças consumidos na cidade são provenientes da Região Metropolitana de Salvador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Haverá organização entre os agricultores e o Estado estabelecerá o marco legal da AU.
ATOR 3	
<ul style="list-style-type: none"> • O consumo de alimentos orgânicos aumentará, melhorando a saúde da população. A renda do produtor orgânico será cerca de três vezes maior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Haverá maior consciência ambiental e maior consumo de orgânicos.
ATOR 4	
<ul style="list-style-type: none"> • O consumo de alimentos orgânicos aumentará bastante, chegando a representar cerca de 30% de todo o consumo da população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Idem cenário desejado.
ATOR 5	
<ul style="list-style-type: none"> • Todas os produtos de AU seguirão os princípios da agroecologia. 	<ul style="list-style-type: none"> • 50% dos agricultores urbanos produzirão seguindo os princípios da agroecologia.
ATOR 6	
<ul style="list-style-type: none"> • Haverá uma política integrada de agricultura urbana nos três níveis de governo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Idem cenário desejado
ATOR 7	
<ul style="list-style-type: none"> • Os consumidores vão se conscientizar e passar a consumir mais alimentos orgânicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Haverá maior consciência ambiental e maior consumo de orgânicos.
ATOR 8	
<ul style="list-style-type: none"> • Serão consolidadas lideranças entre os agricultores. • 100% da humanidade consumirá orgânicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Haverá incentivo financeiro para a AU.

Fonte: Própria.

Com esse quadro, pôde-se perceber que os atores envolvidos estão, de um modo geral, otimistas com relação ao progresso da agricultura urbana e do consumo de alimentos orgânicos em Salvador. No entanto, pôde-se identificar opiniões individuais discrepantes dos cenários construídos pelo grupo, tendo o cenário desejado se aproximado muito do provável em alguns casos.

8.10. Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador - Limites e Oportunidades

Considerando as questões levantadas e os resultados da pesquisa, pôde-se fazer um levantamento dos principais fatores limitadores e oportunidades para a formulação de uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador.

Os principais limites são:

- **A falta de comprometimento dos atores envolvidos com a agricultura urbana:** Diversas ações de apoio a AU já tiveram início em Salvador, porém sem um projeto de continuidade, elas acabaram fracassando. Não há interesse, prioridade e comprometimento do Poder Público, de ONG's, de Universidades e outros atores sociais atuantes em Salvador no desenvolvimento da agricultura urbana.
- **Ausência de interação institucional entre os atores envolvidos:** Ao longo do trabalho ficou evidenciado que os atores que desenvolvem trabalhos em torno da agricultura urbana em Salvador o fazem isoladamente, sem compartilhamento de informações e experiências entre as instituições. Isso ficou claro durante as Oficinas realizadas onde os próprios participantes puderam constatar essa fragilidade uma vez que nenhum dos atores tinha conhecimento prévio sobre os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelos outros. Diante disso, eles mesmos identificaram esse fato como sendo um dos principais limitadores para a construção de uma Política Pública de Agricultura Urbana na cidade.
- **Ausência de organização social dos agricultores urbanos:** Para que os agricultores possam estar bem representados durante a formulação de uma Política Pública de Agricultura Urbana é importante que haja organização, com representações legítimas e democráticas, que conheçam as diferentes

realidades dos agricultores e defendam os interesses coletivos. Considerando ainda que o controle social deve ser um dos princípios da Política Pública de AU, é muito importante que os agricultores urbanos estejam organizados para exercer esse controle de forma efetiva. Atualmente, mesmo entre os pequenos grupos organizados existentes, as lideranças são frágeis, o que dificulta a resolução de conflitos, desperdiçando-se oportunidades de conquistas relevantes por meio da ação coletiva.

Dentre as **oportunidades** que podem ser aproveitadas com o desenvolvimento da agricultura urbana, podem ser destacadas como principais:

- **A inclusão social produtiva:** A pesquisa evidenciou que os agricultores urbanos são, em sua maioria, provenientes do meio rural e possuem baixa renda e escolaridade, sendo a agricultura urbana muitas vezes uma das poucas opções viáveis de sustento para essa parcela da população. Com a exploração dessa potencialidade, a agricultura urbana pode ser um instrumento efetivo para a melhoria da segurança alimentar e complementação de renda, tanto das famílias que já atuam na agricultura, quanto de outras que se encontrem em situação semelhante.
- **Preservação da qualidade do meio ambiente urbano por meio da reserva de áreas para cultivo:** Um dos grandes serviços que a agricultura urbana presta em todas as cidades estudadas, inclusive Salvador, é a preservação de áreas verdes e permeáveis no meio urbano, bem como a inibição da ocupação irregular em áreas *non edificandi*. Devido à pressão pela ocupação do solo, tem se tornado cada vez mais difícil a preservação de áreas verdes em Salvador, o que vem ocasionando diversos problemas de drenagem, desconforto ambiental e ocupação irregular de áreas de risco ou de preservação ambiental. Estabelecendo um uso que minimize prejuízos ambientais, e ao mesmo tempo promova a vigilância diária desses espaços, torna-se mais fácil e viável a preservação dessas áreas.

8.11. Definições para uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador

Uma vez que se planeja o Cenário Desejável, em uma Política Pública de Agricultura Urbana em Salvador, deveriam constar, portanto, como princípios e diretrizes:

- **Princípios**

- Controle social, com participação efetiva dos agricultores urbanos na tomada de decisão.
- Acesso ao saneamento básico, com destaque para a água.
- Acesso e uso da terra urbana para agricultura, de forma legal.
- Integração da agricultura urbana nas políticas sociais e no planejamento urbano.
- Promoção da segurança alimentar e combate à pobreza.
- Utilização de técnicas de cultivo apropriadas que não agredam o meio físico e natural e a saúde dos usuários e consumidores.
- Cultivo de plantas nativas ou adaptadas ao ecossistema e a cultura local.
- Qualidade e segurança dos cultivos produzidos.
- Acesso à assessoria técnica.

- **Diretrizes**

- Uso racional dos recursos naturais.
- Priorização do acesso à terra para cultivos a populações de baixa renda.
- Incentivo à geração de renda por meio da agricultura.
- Estímulo à produção orgânica e agroecológica.
- Incentivo ao consumo local, devendo a produção percorrer as menores distâncias possíveis até chegar ao consumidor.
- Acesso a fontes de financiamento exclusivas.
- Reserva de áreas na cidade exclusivas para o cultivo agrícola em áreas adequadas e suficientes para que haja a possibilidade de ganhos econômicos.
- Utilização da agricultura urbana como instrumento de educação ambiental.
- Garantia de incentivos para a competitividade econômica da produção local.
- Educação para o empoderamento dos agricultores urbanos.
- Promoção da melhoria da capacidade técnica e independência econômica dos agricultores.
- Fortalecimento da cadeia produtiva, desde o plantio ao consumidor final.
- Promoção da economia solidária e a inclusão social.

Em uma Política Pública faz-se necessária a definição do objeto sobre o qual as medidas de incentivo se referem. Portanto, é importante que se defina o que é agricultura urbana para os efeitos da lei que se pretende criar. Quon (1999), propõe a definição dos seguintes parâmetros: local, atividade desenvolvida, propriedade legal do espaço, estágio de produção e escala.

Para a definição do que será definido como agricultura urbana passível de regulação através de uma Política Pública Municipal propõe-se as seguintes definições:

- **Atividade desenvolvida:** produção vegetal de alimentos, sejam hortaliças, frutas, leguminosas ou raízes; produção de ervas medicinais ou especiarias (devem seguir outras legislações sobre o assunto); produção de flores e plantas ornamentais; criação de animais de pequeno porte para fins alimentícios (patos, galinhas, perus).
- **Locais:**
 - Terrenos particulares em áreas adensadas para produção vegetal.
 - Terrenos particulares em áreas pouco adensadas para produção vegetal e animal.
 - Terrenos públicos em áreas *non-aedificandi*, desde que a atividade não se sobreponha aos objetivos de preservação.
 - Terrenos em edifícios públicos (escolas, creches, hospitais, instituições governamentais, etc)
 - Coberturas de edifícios públicos ou particulares.
- **Propriedade legal do espaço e da produção:**
 - Produção em terrenos particulares: consumo próprio e comercialização.
 - Produção em terrenos públicos: consumo próprio e comercialização prioritária para setores públicos (hospitais, universidades, etc).
 - Coberturas de edifícios particulares: consumo próprio.
 - Cobertura de edifícios públicos: consumo próprio.
- **Estágios:**
 - Cultivo, colheita, beneficiamento, comercialização e distribuição.
- **Escala:** definir áreas mínimas e máximas para efeito de participação em Políticas Públicas.

9. CONCLUSÃO

"O agricultor urbano é órfão de pai e mãe". Assim define a situação atual do agricultor urbano em Salvador, um dos entrevistados neste trabalho, representante do Poder Público.

A agricultura urbana existe há muito tempo em diversos centros urbanos ao redor do mundo. No entanto, com poucas ações dos governos, essa atividade é, e sempre foi marginal, na grande maioria das cidades, como em Salvador. A sua manutenção ao longo do tempo não pode ser explicada facilmente já que diversos fatores influenciam no fenômeno, não só de ordem econômica, mas social, cultural, espacial, dentre outros. O fato é que mesmo diante de um processo intenso de urbanização; da escassez de solo urbano; das diversas atividades existentes no mercado de trabalho da cidade, mesmo as consideradas subalternas; da dificuldade de acesso à água, a insumos e assistência técnica; dentre outras, a AU se mantém e à margem da formalidade e da legalidade, tendo dinâmica própria que se renova ao longo do tempo, ao passo que a cidade e seus fluxos também se renovam.

O objetivo deste trabalho foi a análise dos desafios e oportunidades para a formulação de uma Política Pública de Agricultura Urbana Orgânica para Salvador, sistematizando seus princípios e diretrizes e construindo cenários para o futuro da atividade.

Desde o início, essa construção tomou como base o conceito de agricultura urbana de Mougeot (2000), para o qual um dos principais diferenciais da AU reside no fato de que ela é feita dentro da cidade e para a cidade, por isso, embora seja essencial a pesquisa de experiências externas, foi importante considerar os aspectos locais relacionados a atividade. Para isso, foi escolhida a metodologia de Construção Participativa de Cenários, da qual participaram atores envolvidos diretamente com a agricultura urbana em Salvador.

A análise das experiências investigadas, revelou os grandes desafios impostos para o desenvolvimento pleno e mais apropriado da AU em relação às exigências de um novo tempo. É importante destacar, contudo, que a situação de marginalidade da AU frente às outras atividades na cidade depende da realidade sociocultural local e da prioridade/comprometimento do poder local, tendo o projeto político-social da administração forte influência sobre seus rumos. Diversos são os fatores que podem

impulsionar a ação do Poder Público, além da realidade sociocultural, podendo-se citar: a necessidade da preservação de áreas verdes, a promoção da segurança alimentar, a inclusão social com geração de emprego e renda, dentre outras.

Em Salvador, foi possível perceber a urgência da atuação do Poder Público sobre a AU. Algumas medidas de apoio vêm surgindo no âmbito Federal e através de organismos internacionais, mas é necessária uma ação mais concreta, consistente e continuada da municipalidade, para que a atividade tenha garantias de continuidade ao longo do tempo, e todas as suas potencialidades possam ser aproveitadas.

No cenário atual, poucos sabem da existência das hortas urbanas e dos agricultores, e poucos se importam com as questões relacionadas a essa parcela da população que, de um modo geral, está desassistida pelo Poder Público e possui poucas opções de sobrevivência na cidade, seja pela precária formação escolar, pela ausência de experiências de trabalho para além da agricultura ou pela idade avançada.

Embora os olhos da municipalidade não se voltem para a atividade, ela existe e seus produtos são consumidos pela população, a despeito das condições sanitárias e legais de produção. Questões como ligações clandestinas de energia e de água para irrigação, qualidade da água, controle de vetores de doenças, fiscalização quanto ao uso de agroquímicos e disposição desses resíduos no meio urbano têm sido ignorados.

Por outro lado, não há atualmente uma valorização dos espaços livres na cidade, os quais poderiam abrigar a AU. Os dispositivos legais existentes para a ocupação urbana vêm privilegiando o mercado imobiliário, a despeito inclusive da existência de infraestrutura adequada para a instalação de novos empreendimentos. No panorama atual, se vê a reserva de espaços livres para a especulação imobiliária, a ocupação ilegal e desordenada de áreas de preservação, de áreas *non aedificandi* e de risco. Se a preocupação com a reserva de áreas verdes e permeáveis não é prioridade, é menor ainda com a criação e manutenção de áreas de solo produtivo dentro da cidade.

Um dos desafios para a AU refere-se ao desconhecimento da população em geral sobre a existência e importância desta atividade para a cidade, como pôde ser constatado por meio das entrevistas. Nesse cenário, é improvável que haja pressão popular para fazer frente aos desafios impostos. Os próprios agricultores, pela

precária educação cidadã, ignoram ou pouco aproveitam os possíveis benefícios do associativismo e cooperativismo para o fortalecimento da própria atividade. Desse modo, em ações isoladas e sendo ignorados pela sociedade em geral, têm pouca capacidade de pressão frente ao Poder Público. É necessário portanto que haja auxílio externo para estimular a organização dos agricultores, seja por parte da sociedade civil organizada, das Universidades ou do próprio Poder Público. No entanto, para que este último atue sem uma pressão externa diretamente sobre a questão, é necessário que haja um cenário político favorável, com a existência de um poder local que priorize o atendimento às necessidades das populações marginalizadas e também às questões ambientais que envolvem o ecossistema urbano, com destaque para a sustentabilidade da cidade.

Um ponto extremamente relevante refere-se à situação atual do agricultor urbano e de suas famílias. Se por um lado o agricultor urbano não se encontra integralmente inserido na lógica urbana, na medida em que pratica atividade predominantemente rural, por outro, não está inserido nas políticas públicas direcionadas ao trabalhador rural, ainda que suas atividades diárias sejam idênticas ou similares.

É sabido que esses agricultores não possuem as condições necessárias para desenvolver de forma adequada e digna a sua atividade. Sem assistência técnica, a maioria continua aplicando conhecimentos aprendidos no meio rural, a despeito das mudanças no mercado e principalmente das particularidades que envolvem a produção no meio urbano, tais como biodiversidade reduzida, esgotamento do solo, diferenças no clima, e outros fatores que interferem diretamente na produtividade.

Outro fator de fragilidade é a insegurança dos agricultores com relação à permanência nos locais de trabalho. Por serem áreas onde não há construções, esses espaços têm sido os eleitos pelos planejadores urbanos para obras de expansão do sistema viário da cidade. Como os agricultores não são inseridos nos processos de decisão, vivem na incerteza sobre até quando poderão continuar com seu trabalho e quais serão as condições de indenização ou reassentamento.

Se a agricultura urbana em Salvador já é um grande desafio, a produção orgânica ainda é uma realidade distante. Existe apenas uma horta declaradamente orgânica na cidade e os agricultores vêm enfrentando sérios desafios para manter a produção, já que não possuem o conhecimento necessário para manter uma boa produtividade de forma orgânica e menos ainda agroecológica. A limitação técnica

para que a agricultura urbana em Salvador se torne orgânica e agroecológica é muito grande, especialmente se for considerado que os biólogos, técnicos e engenheiros agrônomos possuem ainda conhecimentos limitados sobre esse tipo de produção, como ficou evidenciado durante as entrevistas e oficinas.

No entanto, ficou claro também que uma das formas de aumentar a inserção da AU no mercado é a produção orgânica, tanto pela escala de produção, quanto pela valorização econômica do produto. É necessário, portanto, que o Poder Público atue oferecendo capacitação para melhoria da produtividade e inserção dos conceitos e técnicas orgânicas e agroecológicas e que as universidades formem profissionais mais comprometidos com as questões socioambientais e de saúde coletiva. Além disso, é necessário conscientizar e estimular a população em geral para o consumo de alimentos mais saudáveis.

Nos locais estudados, a agricultura urbana tem contribuído para a manutenção de áreas verdes, servindo como barreira para a ocupação desordenada e a manutenção de áreas permeáveis e de reserva para futuros empreendimentos na cidade. Pôde-se perceber ainda que a AU em Salvador tem um grande potencial pouco aproveitado, de geração de renda para pessoas com baixa escolaridade e/ou dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tais como idosos, deficientes, imigrantes do meio rural, dentre outros.

No entanto, a despeito do seu potencial, o cenário atual aponta para uma diminuição em escala da agricultura urbana na cidade de Salvador. Pela própria configuração geográfica da cidade, existem poucas áreas de expansão urbana, e aquelas atualmente utilizadas pela agricultura devem sofrer pressão cada vez maior do mercado imobiliário e do próprio governo, com a realização de obras públicas nesses locais.

No entanto, a Agricultura Urbana em Salvador é viável e pode contribuir positivamente tanto para aspectos urbanísticos quanto sociais, embora para isso grandes desafios precisem ser superados. Desafios estes que, se superados, certamente trarão como contribuição uma quebra de paradigmas na forma de pensar a cidade, o que será benéfico também em outros campos.

Uma das principais contribuições dos diálogos ocorridos durante este trabalho, construído de forma participativa, reside no entendimento que o meio ambiente natural e o social estão intimamente ligados, especialmente no tocante às questões

da agricultura urbana e que o desenvolvimento humano, a educação ambiental e a melhoria das condições de vida e trabalho dos agricultores devem ser tratados com o mesmo peso das questões urbanísticas, sanitárias e legais.

Nesse sentido, somente uma Política Pública de Agricultura Urbana construída coletivamente, com atuação permanente do Poder Público e da sociedade, podem fazer frente a essas questões e garantir que a atividade seja praticada de forma digna e segura para os agricultores e sociedade em geral, podendo-se extrair assim, todos os seus benefícios para o meio ambiente urbano.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel A.; COMPANIONI, Nelso; CAÑIZARES, Cristina, *et al.* **The greening of the “barrios”: Urban agricultura for food security in Cuba**. *Agriculture and Human Values*, Holanda. V.16, nº 02, 1999.

BAPTISTA, Alberto; SILVA, Ana Cristina; PIRRA, Antônio, *et al.* **Passos Simples para a Sustentabilidade**. Sever do Vouga, Portugal. Solidários - Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário, 2010.

BOURQUE, Martin. **Policy Options for Urban Agriculture**. In: *Growin Cities, Growing Food*. DSE, 2001. Thematic Paper 5.

BRANDT, Mircon Jaco; DREBES, Layla Mayara *et al.* **Perspectivas de Gênero do Processo de Sucessão na Agricultura Familiar**. In: XX Congresso de Iniciação Científica e III Mostra Científica - UFPEL. 2011

BRASIL. **Lei nº 10.831/2003**. Lei de Agricultura Orgânica.

_____. **Lei nº 11.326/2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

_____. **Lei nº 11.346/2006**. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN

_____. **Fome Zero**. Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/>. Acesso em: jun 2012.

BUARQUE, Sérgio C.: **Metodologias e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003 (Texto para discussão, nº 939).

CABANNES, Yves. **Agricultura Urbana: gestão territorial e planejamento físico**. In: Orientações para a formulação de políticas municipais para a agricultura urbana. 1ª ed. Canadá: CIID/IPES/PGUALC, n.3, fev., 2003.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio Costa. **Agroecologia: Alguns Conceitos e Princípios**. 24 pg. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

CERESAN- Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional: **Segurança Alimentar e Fome no Brasil** – Rio de Janeiro – 2006. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/relatorio10anosCMA.pdf>>. Acesso em: 6 out 2010.

CHIANCA, Gustavo. **Agricultura Urbana e Periurbana nas Agendas das Agências Internacionais para Segurança Alimentar**. In: I Seminário de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Salvador. Salvador, 2009.

CHONCHOL, Jacques. **A soberania alimentar**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 19, n.55, pg 34-48, 2005.

COSTA, Antônio Zózimo; PEREIRA, João Louis *et al.* **Tecnologia de Aplicação de Agroquímicos**. CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Disponível em: < <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo1.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2011

COSTA, Alfredo José Lopes; MARCIAL, Elaine Coutinho. **O uso de cenários prospectivos na estratégia empresarial: vidência especulativa ou Inteligência Competitiva?** In: 25º ENCONTRO DA ANPAD, 2001, Campinas. Anais. Campinas: ANPAD, 2001.

DAROLT, Moacir Roberto. **Por que os alimentos orgânicos são mais caros?** Disponível em: <http://www.vivacomorganicos.com.br/porque-os-alimentos-organicos-sao-mais-caros.php>. Acesso em: 02 de jun. 2012.

DORST, Jean. **Antes que a Natureza Morra**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973.

DUBELLING, Marielle; SATANDREU, Alain (ed.). **Agricultura Urbana e Soberania Alimentar**. Orientações para a formulação de Políticas Municipais para a Agricultura Urbana. IPES. Canadá, 1ª edição, nº 08, fev. 2003.

ELLIS, Frank; SUMBERG, James. **Food Production, Urban Areas and Policy Responses**. World Development, Grã-Bretanha, v. 26, n. 2, p. 213-225, 1998.

EMBRAPA – **Metodologia de Construção de Cenários: Conceitos Básicos**., 2011.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: **Agricultura Urbana e Periurbana**. – Brasil – 2010. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/pr/prioridades/aup/>. Acesso em: 28 set. 2010

_____. **Food Security: concepts and measurements**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm>. Acesso em: jun 2012.

_____. **Urban Agriculture For Sustainable Poverty Alleviation and Food Security**. 2008

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável: **Agricultura Urbana e Periurbana na América Latina e no Caribe: Uma Realidade**. Disponível em: http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/FUM%20IPES_FAO.pdf. Acesso em: jun 2012.

FERNANDES, Maria do Carmo de Araújo. **Potencialidades da Agricultura Orgânica em Sistemas Urbanos e Periurbanos.** In: : I Seminário de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Salvador. Salvador, 2009.

FERNANDES, Rosali Braga; REGINA, Maria Emília Rodrigues. **O acelerado crescimento dos bairros populares na cidade de Salvador-Bahia e alguns dos seus principais impactos ambientais: o caso do Cabula, geograficamente estratégico para a cidade.** In: Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 39, p 119-131, jan./jun. 2005

FIALHO, Josefino de Freitas; SOUZA, Luciano da Silva. **Consortiação e rotação de culturas.** Sistemas de Produção. Embrapa. n. 08, jan. 2003.

FLORES, Dante. **Aproveitamento de Resíduos na Agricultura Urbana.** Orientações para a Formulação de Políticas Municipais para a Agricultura Urbana. Publicado por: IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Canadá, 1ª ed. N° 05, fev. 2003.

FUNCHAL - Câmara Municipal do Funchal: **Importância das Hortas Urbanas.** Disponível em: < http://www1.cm-funchal.pt/ambiente/index.php?option=com_content&view=article&id=332%3Aimportancia-das-hortas-urbanas&catid=103&Itemid=272>. Acesso em: 4 de abril de 2011.

GODET, Michel. **A Prospectiva Estratégica para as Empresas e os Territórios.** In: Cadernos do LIPSOR. Paris, 2007. Caderno nº 20.

GOIÁS. **Lei nº 16.476.** Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana.

GONZÁLES, Mário; MURPHY, Catherine. **Urban Agriculture in the city of Havana: A popular responser to a crisis.** In: Growing Cities, Growing Food. Feldafing: Deutsche Stiftung fur Ernährung und Landwirtschaft, 2001.

GOVERNADOR VALADARES. Lei nº 5265 de 29 de dezembro de 2003. **Cria o Programa de Agricultura Urbana do município de Governador Valadares.** Governador Valadares, 29 dez. 2003.

HOME. Direção: Arthus-Bertrand. Produção: Luc Besson e Denis Carot. Escrito por: Isabelle Delannoy, Yann Arthus-Bertrand, Denis Carot, Yen Le Van. França: Elzévir Films - Europacorp, 2009.

LAMBERT, Renaud. **Os economistas engajados.** Le Monde Diplomatique Brasil. mar. 2012. Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1129>>. Acesso em: nov. 2012.

LOVO, Ivana Cristina; SATANDREU, Alain. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção.** Belo Horizonte: IPES, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Pesquisa de Orçamentos Familiares. Brasil – 2009.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_20082009_encaa.pdf>. Acesso em: 7 out. 2010

IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible: **Apoio à Implantação de uma Rede Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras - Relação de experiências e contatos de atores relacionados à agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras.** Lima: Out. 2008.

KOC, Mustafa; MAC RAE, Rod; MOUGEOT, Luc; WELSH, Jennifer. **For Hunger-Proof Cities: sustainable urban food systems.** Canada, Toronto: International Development Research Centre - IDRC, 1999. p.17.

LA PROSPECTIVE. **CV of Michel Godet.** Disponível em: <<http://en.lapropective.fr/cv-of-michel-godet/77-cv-michel-godet.html>>. Acesso em: nov. 2012.

LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; LEFÈVE, Fernando. **O discurso do sujeito coletivo: Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos).** Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LIMPURB – Empresa de Limpeza Urbana de Salvador: **Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos.** Salvador. Disponível em: <<http://www.limpurb.salvador.ba.gov.br/Template.asp?nivel=000100040001&identidade=27>>. Acesso em: 7 fev. 2010.

MACROPLAN, Prospectiva, Estratégia e Gestão. **Cenários Exploratórios de Minas Gerais. 2007-2023.** Minas Gerais: Governo do Estado de Minas Gerais, 2007.

MADALENO, Isabel: **Urban Agriculture in Belém, Brazil.** Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Centro de Estudos de Tecnologia e Produção Agrícolas, 2000.

MARCIAL, Elaine. **Cenários Prospectivos.** In: Curso de Aperfeiçoamento para Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2005.

MARTINS, Geraldo Inácio; SOUZA, Ângela Fagna Gomes. **O trabalho na terra: A materialização da agricultura urbana na cidade de Pirapora - MG.** In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19., 2009, São Paulo. Anais. São Paulo: 2009. p.1-30.

McCLINTOCK, Nathan. **Why Farm the City? Theorizing urban agriculture through a lens of metabolic rift.** Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, Inglaterra, p. 191-207, mar. 2010.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasil. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 5 out. 2010

MICHEL, Maria Helena. **Técnicas de coletas de dados**. In:____Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009. cap. 6, p. 64-75.

MOREIRA, Crispim. **A Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e sua implementação no Brasil**. In: I Seminário de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Salvador. Salvador, 2009.

MOUGEOT, Luc. **Agricultura Urbana: Conceito e Definição**. Revista de Agricultura Urbana, Canadá, n.1, 2000.

_____. **Growing Better Cities: Urban Agriculture for Sustainable Development**. Canadá: International Development Research Centre - IDRC. 2006.

NASR, Joe; SMIT Jac. **Urban agriculture for sustainable cities: using wastes and idle land water bodies as resouces**. Environment and Urbanization. Estados Unidos, v. 04, n. 02, p. 141-152, out. 1992.

NUGENT, Rachel. **Urban and Periurban Agriculture, Household Food Security and Nutrition**. In: Urban and Periurban Agriculture on the Policy Agenda. 2000. Anais eletrônicos. Disponível em: < www.fao.org/urbanag/Paper1-e.doc>. Acesso em: nov. 2012.

OISHI, Jorge. **Algumas técnicas estatísticas multivariadas - Parte 1**. In: Seminário DEs/DESP. UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Disponível

em: < www.gepeq.dep.ufscar.br/arquivos/AnaliseEstrutural_I.ppt>. Acesso em: jul. 2012

OLIVEIRA, Jorge Arthur. **Aproveitamento de Resíduos em Sistemas Agrícolas Urbanos e Periurbanos**. In: I Seminário de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Salvador. Salvador, 2009.

PARAGUASSU, Lídice Almeida Arlego. **A agricultura urbana como estratégia de sustentabilidade da cidade do Salvador, Bahia, Brasil**. 2013. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Facultad de Geografía y Historia, Universidad de Salamanca.

PATHWAYS. **Cultivate London**. Disponível em: <<http://www.yourpathways.org.uk/portfolio/cultivate-london>>. Acesso em: abr. 2012.

PAZ, Judivan Oliveira. **Experiências Exitosas de Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil: A experiência de Teresina - Piauí**. In: I Seminário de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Salvador. Salvador, 2009.

PORTAL BRASIL. **Seis estados receberão R\$ 3,2 mi para investir em agricultura urbana**. Disponível em: <<https://www.brasil.gov.br/zmi/governo/2011/07/seis-estados-receberao-r-3-2-mi-para-investir-em-agricultura-urbana>>. Acesso em: nov. 2011.

QSP - Centro da Qualidade. **Segurança e Produtividade: O método Grumbach**. São Paulo. Disponível em: <www.qsp.org.br/doc/metodogrumbach.doc>. Acesso em: nov. 2011.

QUON, Soonya. **Planning for Urban Agriculture: A Review of Tools and Strategies for Urban Planners**. IDRC-International Development Research Centre, 1999.

RAU - Revista de Agricultura Urbana: **Tratamento e reutilização de águas servidas considerando a segurança da água e dos alimentos**. Canadá. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU8/AU8mena.html>>. Acesso em: 7 out. 2010

_____. **Agricultura Urbana: projetos e programas em andamento**. Brasil. Disponível em:< <http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/projetos/projetos.html> >. Acesso em: 7 out. 2010

SALVADOR. **Lei nº 7.400/2008**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de Urbanização - Salvador da Bahia no século XIX**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Versal, 2005. 294 p.

SANTANDREU, Alain. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana na América Latina e Caribe**. In: I Seminário de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Salvador. Salvador, 2009.

SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação. **Plano Municipal de Habitação de Salvador - 2008-2025**. Prefeitura Municipal de Salvador. 2008.

SOUZA, Juliana Bittar. **Planejamento de cenários prospectivos: um breve debate sobre as abordagens metodológicas existentes**. In: SEMEAD - Seminários em Administração, 12., 2009, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/462.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.

STURARI, Raul. **Metodologia de Descrição de Cenários**. Sagres - Política e Gestão Estratégica Aplicadas. 2008.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. Declaração da Diretora Executiva do UNFPA **Lançamento do Relatório sobre a Situação da População**

Mundial 2007. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/relatorio2007/swp_mensagem.htm>. Acesso em: 6 jul de 2011.

VEENHUIZEN, René van (org.). **Cities Farming For The Future: Urban Agriculture for Green and Productive Cities.** Filipinas: International Institute of Rural Reconstruction e ETC Urban Agriculture. 2006. 474 pg.

VERDE, Carlos Monteiro Villa; REZENDE, Gervásio Castro; CARVALHO, João Carlos de Souza, *et al.* **Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. 2004.

VIDAL, Dayane Moraes. **Agricultura Urbana na Cidade do Rio de Janeiro.** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009

ZEEUW, Henk; SABEL-Koschella, Ulrich; GUNDEL, Sabine, *et all.* **Growing Cities, Growing Food.** Feldafing: Deutsche Stiftung fur Ernährung und Landwirtschaft, 2001.

APÊNDICE A - Evolução Física das hortas

Por meio de comparação com fotografias áreas antigas, é possível perceber como as hortas urbanas vêm perdendo espaço ao longo do tempo, tanto em função da ocupação desordenada, quanto da construção de obras públicas, como pode ser visto nas imagens a seguir.

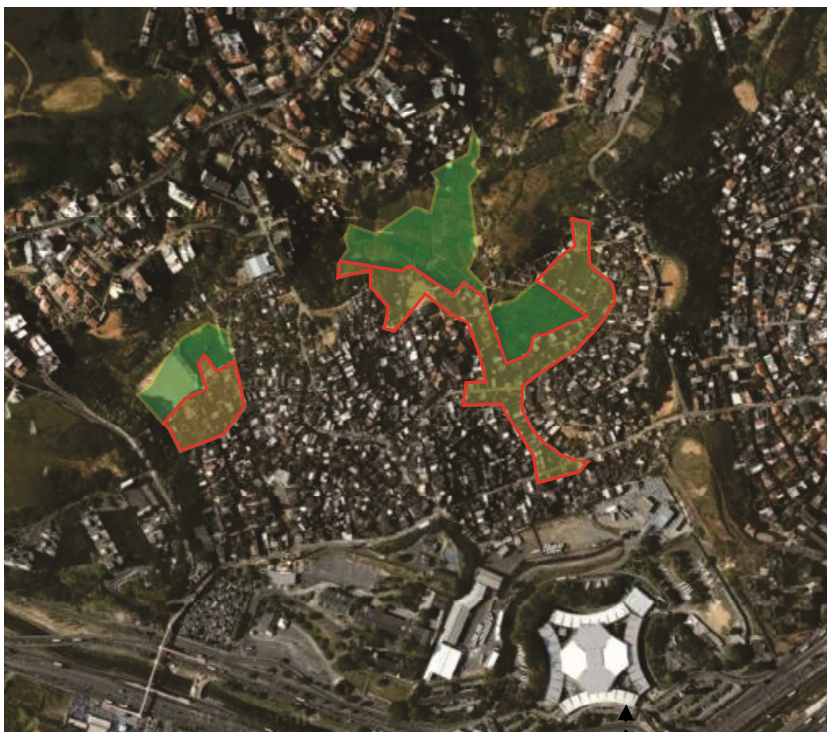
As áreas com contorno verde mostram o espaço ocupado pelas hortas. As áreas com contorno vermelho mostram o espaço que foi perdido ao longo do tempo para outras ocupações.

Horta 1 - Bairro de Pernambués, Salvador. Ano: 1989



Fonte: Própria

Horta 1 - Bairro de Pernambués, Salvador. Ano: 2011



Fonte: Própria

Ponto de referência: Estação
Rodoviária de Salvador

Horta 2 - Av. Luiz Eduardo Magalhães. Imagem anterior à construção da Avenida.
Salvador, 1989



Fonte: Própria

Horta 2 - Av. Luiz Eduardo Magalhães. Imagem posterior à construção da Avenida.
Salvador, 2011.



Fonte: Própria